

GISELE CÁSSIA DE SOUSA

**GRAMATICALIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES
COM ORAÇÕES COMPLETIVAS: O CASO DO
COMPLEMENTO ORACIONAL INTRODUZIDO
POR *SE***



ARARAQUARA – SÃO PAULO.
2007

GISELE CÁSSIA DE SOUSA

GRAMATICALIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES
COM ORAÇÕES COMPLETIVAS: O CASO DO
COMPLEMENTO ORACIONAL INTRODUZIDO
POR *SE*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves.

Bolsa: FAPESP (Processo n°. 04/01420-4).

ARARAQUARA – SÃO PAULO.
2007

Sousa, Gisele Cássia de

Gramaticalização das construções com orações completivas: o caso do complemento oracional introduzido por "se" / Gisele Cássia de – 2007

175 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,
Campus de Araraquara

Orientador: Maria Helena de Moura Neves

1. Lingüística. 2. Língua portuguesa.
3. Gramática comparada e geral -- Gramaticalização.
4. Gramática comparada e geral -- Sentenças. I. Título.

GISELE CÁSSIA DE SOUSA

**GRAMATICALIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES COM ORAÇÕES
COMPLETIVAS: O CASO DO COMPLEMENTO ORACIONAL
INTRODUZIDO POR SE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfosintática, Semântica e Pragmática.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves.

Bolsa: FAPESP (Proc. n. 04/01420-4).

Data de aprovação: 03/09/2007

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves

Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Araraquara /
Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Membro Titular: Profa. Dra. Mariangela Rios de Oliveira

Universidade Federal Fluminense.

Membro Titular: Profa. Dra. Marli Quadros Leite

Universidade de São Paulo.

Membro Titular: Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglio-Hattner

Universidade Estadual Paulista – Câmpus de São José do Rio Preto.

Membro Titular: Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Universidade Estadual Paulista – Câmpus de São José do Rio Preto.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Câmpus de Araraquara

À minha mãe, minha fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Sem a sorte de ter ao meu lado algumas pessoas especiais, com qualidades raras, eu certamente não teria conseguido realizar este trabalho. A todas elas agradeço por existirem, estarem ao meu lado nesta fase, e por serem quem são. Em especial, minha eterna gratidão:

à Profa. Maria Helena, pelas inúmeras seções de orientação, que eram, na verdade, seções de profundos ensinamentos, transmitidos sempre com paciência e generosidade próprias de grandes mestres. Para dizer claramente, nessas seções era comum que ela resolvesse em minutos, ou em segundos, “problemas” da pesquisa que eu, depois de pensar muito, já considerava insuperáveis. E eram sempre soluções tão particularmente lógicas e elegantes que eu mal conseguia anotá-las, tamanha era a minha perplexidade. Certamente é por isso que algumas dessas soluções não se encontram neste trabalho, ou encontram-se sem nenhuma elegância;

à minha família, por ter sempre apoiado minhas decisões sem nunca questioná-las, e por ter compreendido minha “ausência”;

ao “Eli” (Elias), meu amigo-irmão, por ter vivenciado comigo, sem perder a paciência, tanto os momentos de profundo desânimo quanto os de total entusiasmo com a pesquisa. Sem a sua amizade, tudo teria sido mais difícil;

ao Carlos, pela amizade, companheirismo, cumplicidade e, ainda, por ter me apontado os caminhos da Linguística e ter me incentivado até aqui;

à Marize, amiga com quem sempre pude contar, e profissional por quem tenho profunda admiração. Seu apoio e incentivo constantes foram simplesmente imprescindíveis;

à Taísa, amiga para todas as horas, pela acolhida e apoio em Araraquara;

ao Pepe, pela amizade e pelos vários esclarecimentos sobre o espanhol;

ao Prof. Luis Augusto Schmidt Totti, do IBILCE/ UNESP, pela revisão dos exemplos em latim; e

ao Prof. Américo Venâncio Lopes Filho, da UFBA, pela disposição em me enviar os textos do BIT-PROHPOR que compuseram o *corpus* desta pesquisa.

SOUSA, Gisele Cássia. **Gramaticalização das construções com orações completivas: o caso do complemento oracional introduzido por *se***. 2007. 175 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar o comportamento de uma oração completiva introduzida por *se* em textos escritos representativos das três fases em que comumente se subdivide o português: o português arcaico (séculos XIII a XV), o português moderno (séculos XVI e XVII) e o português contemporâneo (séculos XVIII a XX). Investigam-se, especificamente, os graus de integração dessa oração à oração matriz, nos diferentes períodos investigados, com base na proposta de Hopper & Traugott (1993) de que a integração elevada pode conduzir à ocorrência de gramaticalização da construção. O comportamento da oração completiva introduzida por *se* é comparado ao de uma completiva iniciada pela conjunção *que*, e, com isso, evidenciam-se várias diferenças entre essas duas formas de complementação oracional. A principal delas diz respeito ao modo como ocorre a gramaticalização em uma construção com completiva introduzida por *se*. Nos casos de integração máxima entre o complemento oracional e a oração matriz, a completiva introduzida por *se* não perde seus traços de oração finita, por não se reduzir a um constituinte não-oracional dentro da oração matriz do mesmo modo que ocorreria se se tratasse de uma oração introduzida por *que*. Em vez disso, apenas a conjunção *se* é reanalisada como parte da oração matriz, formando com ela, nos diversos casos, diferentes tipos de marcadores gramaticais, todos com alguma nuance de hipoteticidade/irrealidade, implicada no próprio *se*. Os resultados da pesquisa revelam que essa gramaticalização da completiva com *se*, em português, não pode ser configurada como uma mudança diacrônica, uma vez que se atesta a ocorrência de construções gramaticalizadas, com essa completiva maximamente integrada à matriz, desde os períodos mais remotos do português.

Palavras – chave: Gramaticalização de construções. Orações completivas. Oração completiva introduzida por *se*.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the behavior of a complement clause introduced by *se* (*if/whether*) in written texts that represent the three stages in which the Portuguese language is commonly divided: the archaic Portuguese (XIII to XV century), the modern Portuguese (XVI and XVII century) and contemporary Portuguese (XVIII to XX century). Specifically, degrees of integration of this clause to the matrix clause are investigated, in different periods, based on Hopper & Traugott proposal (1993), according to which elevated integration may lead to the occurrence of construction grammaticalization. The complement clause behavior introduced by *se* is compared to a complement clause initiated by the conjunction *que* (*that*) and, through this, various differences between these two forms of complement clauses are evidenced. The main difference is regarding the way in which grammaticalization occurs in construction with a complement clause introduced by *se*. In the cases that involve a maximum integration between the complement clause and the matrix clause, the complement clause introduced by *se* maintains the features of a finite sentence, because it is not reduced to a non-clausal constituent within the matrix clause in the same manner that would occur if it were regarding a clause introduced by *que*. Instead, only the conjunction *se* is reanalyzed as part of the matrix clause, forming with it, in various cases, different types of grammatical markers, each one of them presenting some trace of unreality/hypothesis, implied by *se* itself. The research results reveal that such grammaticalization of the complement clause with *se*, in Portuguese, may not be featured as a diachronic change, since the occurrence of constructions with such a complement clause maximally integrated to the matrix clause is demonstrated has existed since ancient Portuguese times.

Keywords: Grammaticalization of constructions. Complement clauses. Complement clauses introduced by *if/whether*.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

FIGURAS	PÁGINA
Figura 1 Propriedades comuns a interrogativas polares e orações condicionais	37
Figura 2 Escala de desenvolvimento de <i>si</i> no latim	51
Figura 3 <i>Cline</i> de categorialidade (HOPPER & TRAUGOTT, 1993)	53
Figura 4 Disposição hierárquica das camadas da oração (HENGEVELD, 1990)	61
Figura 5 <i>Cline</i> de gramaticalização de orações (HOPPER & TRAUGOTT, 1993) ...	86
Figura 6 Propriedades relevantes ao <i>cline</i> de combinação de oração (HOPPER & TRAUGOTT, 1993)	88
Figura 7 <i>Continuum</i> de gramaticalização da oração com <i>si</i> no latim	89
 QUADROS	
Quadro 1 Total de ocorrências de <i>se</i> -complemento nos três períodos investigados	101
Quadro 2 Total de ocorrências de <i>que</i> -complemento nos três períodos investigados ..	102
Quadro 3 Exemplos da análise do grau de integração das construções a partir de valores numéricos	128
Quadro 4 Valores correspondentes a maior e menor integração entre as orações	129
 TABELAS	
Tabela 1 Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por <i>se</i> e codificação de eventos seqüenciais/não seqüenciais	108
Tabela 2 Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por <i>que</i> e codificação de eventos seqüenciais/não seqüenciais	110
Tabela 3 Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por <i>se</i> e grau de controle do referente-sujeito	113
Tabela 4 Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por <i>que</i> e grau de controle do referente-sujeito, nos dados do período arcaico	114
Tabela 5 Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por <i>que</i> e grau de controle do referente-sujeito, nos dados do período moderno	115
Tabela 6 Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por <i>que</i> e grau de controle do referente-sujeito, nos dados do período contemporâneo	115

Tabela 7	Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por <i>que</i> e valor pressuposicional dos predicados matriz	118
Tabela 8	Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por <i>se</i> e forma de manifestação do sujeito	122
Tabela 9	Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por <i>que</i> e forma de manifestação do sujeito	124
Tabela 10	Graus de integração e correlação modal nas construções com <i>se</i> -complemento	131
Tabela 11	Graus de integração e correlação modal nas construções com <i>que</i> -complemento	134
Tabela 12	Graus de integração e correlação temporal nas construções com <i>se</i> -complemento	135
Tabela 13	Graus de integração e correlação temporal nas construções com <i>que</i> -complemento	136
Tabela 14	Graus de integração e tipo de predicado matriz nas construções com <i>se</i> -complemento	138
Tabela 15	Graus de integração e tipo de predicado matriz nas construções com <i>que</i> -complemento	139

GRÁFICOS

Gráfico 1	Graus de integração e tipo de unidade semântico-funcional de <i>se</i> -complemento em todos os períodos investigados	130
Gráfico 2	Graus de integração e tipo de unidade semântico-funcional de <i>que</i> -complemento em todos os períodos investigados	130
Gráfico 3	Graus de integração de <i>que</i> -complemento nos diferentes períodos	144
Gráfico 4	Graus de integração de <i>se</i> -complemento nos diferentes períodos	144
Gráfico 5	Graus de integração e indicação de polaridade sem <i>se</i> -complemento	156

SUMÁRIO

	PÁGINA
1 INTRODUÇÃO	11
2 A ORIGEM DA ORAÇÃO COMPLETIVA INTRODUZIDA POR <i>SE</i>	14
2.1 De oração condicional a oração completiva no latim	14
2.2 Possíveis motivações para a mudança	27
2.3 Uma caracterização geral da mudança	42
3 ABORDAGEM FUNCIONALISTA PARA O TRATAMENTO DAS ORAÇÕES COMPLETIVAS E DE SUA GRAMATICALIZAÇÃO.....	56
3.1 As orações completivas em uma abordagem funcionalista: predicções, proposições e atos de fala	56
3.2 Completivas equivalentes a predicções, proposições e atos de fala nos dados da pesquisa	68
3.3 A proposta de gramaticalização de orações e a completiva introduzida por <i>se</i>	86
4 OS COMPLEMENTOS ORACIONAIS EM DIFERENTES SINCRONIAS DO PORTUGUÊS	99
4.1 <i>Corpus</i> e metodologia da pesquisa	99
4.2 Graus de integração de predicções, proposições e atos de fala encaixados	103
4.3 Graus de integração das completivas medidos numericamente	126
4.4 A gramaticalização dos complementos oracionais introduzidos por <i>se</i>	145
5 CONCLUSÕES	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
ANEXO.....	172

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é investigar o comportamento das orações completivas introduzidas pela conjunção *se*, em textos escritos representativos dos três períodos em que, nos estudos diacrônicos, comumente se subdivide o português: o português arcaico (séculos XIII a XV), o português moderno (séculos XVI e XVII), e o português contemporâneo (séculos XVIII a XX).

A proposição do estudo foi motivada pela identidade formal que se observa no português hodierno entre a conjunção integrante *se* e a conjunção que marca uma oração adverbial condicional, conforme se nota em:

- (1) a. Não sei **se** ele vem.
- b. **Se** ele vier, trataremos desse assunto.

Supunha-se, no início dos trabalhos, que essa identidade entre as conjunções seria resultado de uma mudança por que teria passado a oração condicional em português, desenvolvendo-se ao papel de oração completiva. Assim caracterizada, essa mudança poderia representar a ocorrência de uma gramaticalização da oração com *se* em português, de acordo com a proposta de Hopper & Traugott (1993) segundo a qual, no que diz respeito a orações, esse processo envolve aumento do grau de dependência/integração de uma oração em relação a outra com a qual ela se combina.

Outra suposição, ligada a essa hipótese inicial, era de que o desenvolvimento da oração completiva introduzida por *se*, a partir de uma condicional, poderia explicar diferenças de comportamento – inclusive com relação à mudança – que se fizessem notar entre essa completiva e a que se inicia pela conjunção *que* em português, razão pela qual orações completivas desse último tipo foram incorporadas aos dados desta pesquisa.

A completiva introduzida por *se* do português é, no entanto, uma forma herdada do latim, originária de uma mudança por meio da qual a conjunção latina *si*, além de introduzir uma condicional, passou a marcar oração completiva, substituindo as extintas partículas interrogativas do latim *-ne*, *nonne*, *num*, *an*. Alguns detalhes dessa mudança, que se podem

inferir a partir de registros feitos por filólogos e latinistas, encontram-se no primeiro capítulo deste trabalho, no qual trato da origem da oração completiva introduzida por *se* do português.¹

Em português, essa mudança pela qual a função da conjunção condicional se estendeu ao papel de conjunção integrante mostra-se completamente assentada, e, desde o período mais remoto de que se tem documento da língua (século XIII), encontram-se tanto orações condicionais quanto orações completivas introduzidas por *se*.

Desse modo, ao contrário do que se supunha no início desta pesquisa, em português, não ocorre a gramaticalização da oração condicional em oração completiva, pelo desenvolvimento de *se* em conjunção integrante. Conforme busco demonstrar no capítulo 1, esse processo ocorreu no latim. A completiva introduzida por *se* do português envolve-se em um processo de gramaticalização que, entretanto, conforme proponho nesta pesquisa, é do mesmo tipo daquele em que se envolvem outras formas de complemento oracional – tal como a oração iniciada pela conjunção *que* do português –, e ocorre independentemente da oração condicional. Em outras palavras, observa-se, em relação à completiva introduzida por *se*, um aumento do seu grau de dependência com uma oração matriz, o que se verifica a partir da análise dos diferentes graus de integração semântico-sintática entre as orações.

A origem da completiva com *se* do português, a partir de uma oração condicional no latim, explica, como se supunha, diferenças que se observam no comportamento dessa oração em relação ao de uma completiva introduzida por *que*. A explicitação dessas diferenças perpassa todo este trabalho.

Um exemplo é o segundo capítulo, no qual exponho as bases teóricas desta pesquisa. Mostro ali diferenças entre uma completiva iniciada por *se* e uma introduzida por *que*, no que diz respeito aos tipos de verbo que elas podem complementar e ao tipo de unidade semântico-funcional (predicação, proposição, ato de fala) que essas orações são capazes de representar, conforme distinguidas pela teoria da Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997). Ainda nesse capítulo, discuto uma diferença relacionada ao modo como se gramaticalizam esses dois tipos de oração completiva, a partir de sua integração à oração matriz. Conforme busco demonstrar, a forma de uma oração completiva introduzida por *que* integrar-se a uma matriz, tornando-se dela um constituinte, não é possível para uma completiva com *se*, e essa restrição é imposta, sobretudo, pela natureza hipotética de uma oração marcada por *se*.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, outras diferenças entre uma completiva com *se* e uma com *que* são objeto de análise. Os resultados referentes aos graus de integração

¹ Cada um dos capítulos que integra este trabalho é precedido de uma síntese de seu conteúdo.

entre as orações evidenciam uma diferença quanto ao grau máximo que se pode identificar em uma construção com completiva introduzida por *se* e em uma com complemento oracional iniciado por *que*. Além disso, a partir desses resultados, revelam-se algumas divergências entre construções com os dois tipos de oração completiva, no que se refere ao comportamento dos fatores associados à maior e à menor integração de um complemento oracional à matriz. Na última seção desse capítulo, em que mostro como ocorre a gramaticalização da completiva introduzida por *se* do português, desvela-se, afinal, a principal diferença entre uma completiva introduzida por *se* e uma com *que* notada por este trabalho: a que se refere ao modo como essas duas formas de oração completiva podem se integrar à oração matriz, envolvendo-se em um processo de gramaticalização.

2 A ORIGEM DA ORAÇÃO COMPLETIVA INTRODUZIDA POR SE

A oração completiva introduzida por *se* do português é originária de um processo de mudança, ocorrido no latim, por meio do qual a antiga conjunção condicional *si* substituiu as partículas *-ne*, *nonne*, *num* e *an*, que, nas interrogações indiretas, marcavam a força ilocucionária interrogativa da oração. A partir de registros feitos por latinistas e por romanistas, busco demonstrar, neste capítulo, algumas particularidades possivelmente associadas a esse processo de mudança. Inicialmente, exponho as funções, tanto sintáticas quanto semântico-pragmáticas, que as partículas interrogativas desempenhavam no latim e que, especialmente no latim vulgar, passaram a ser cumpridas pela conjunção condicional *si*. Em seguida, aponto algumas possíveis razões pelas quais essa mudança teria ocorrido no latim, com enfoque no fato de a conjunção condicional latina *si*, e não uma outra forma qualquer, ter sido eleita para ocupar o lugar das partículas interrogativas. Ao final, proponho que a mudança que originou a completiva com *si* no latim possa ser entendida como um caso de gramaticalização. O principal propósito deste capítulo é, assim, mostrar que a completiva introduzida por *se* do português, objeto de estudo do trabalho, é uma forma herdada do latim, língua na qual ocorreu o desenvolvimento da conjunção condicional ao papel de conjunção integrante.

2.1 De oração condicional a oração completiva no latim

Em grande parte das línguas românicas, a conjunção que introduz a oração interrogativa construída em discurso indireto é formalmente idêntica à conjunção característica da oração adverbial condicional, conforme registram filólogos e romanistas como Maurer Jr. (1959), Said Ali (1966), Câmara Jr. (1975), Grandgent (1962), Bourciez (1967), Väänänen (1967) e Ernout & Thomas (1972). Segundo esses estudiosos, ao invés de simples coincidência ou um caso de homonímia fortuita, a identidade formal observada entre essas conjunções, nas línguas românicas, é resultado de uma inovação da forma latina *sī* que, ao lado da adverbial condicional, passou a marcar as interrogativas polares indiretamente construídas, substituindo as partículas interrogativas *-ne*, *nonne*, *num* e *an*.

A conjunção latina *sī* introduzia três tipos de oração condicional: as chamadas *condicionais reais*, que veiculam uma “condição supostamente preenchida” (ERNOUT & THOMAS, 1972, p.375); as *condicionais potenciais*, aquelas em que a condição é entendida como eventual, ou possível, de modo que “o fato (expresso na apódose) pode realizar-se ou não, mas não há nenhum pronunciamento do falante sobre a realidade desse fato” (LEÃO, 1961, p. 32); e as *condicionais irrealis*, cujo conteúdo corresponde a uma situação que se apresenta como “contrária à realidade” (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 376). Para cada um

desses três tipos de condicional, empregava-se no latim um determinado tipo de construção, com tempo e modo verbais específicos na oração introduzida por *sī* e na oração principal.¹

A construção com a condicional do tipo *real* caracterizava-se pela presença de tempos do indicativo, tanto na condicional quanto na oração principal, como em:²

(2) a. *Si sunt dii, sunt boni.*

Se os deuses existem, eles são bons. (CART et al., 1979, p. 142)

b. *Avaritiam si tollere vultis, mater eius est tollenda luxuries* (Cic. *De Orat.* 2, 40).

Se quereis acabar com a avareza, é preciso acabar com o luxo que é origem dela.

(FREIRE, 1998, p. 272)

Com o presente do subjuntivo tanto na prótase quanto na apódose, formava-se a construção condicional *potencial* ((3a)). Na oração com *sī* podia aparecer também o pretérito perfeito do subjuntivo, caso em que a realização da condição se referia a um momento anterior ao da enunciação ((3b)).³

(3) a. *Si me laudet, felix sim.*

Se me louvar, serei feliz.

b. *Si me laudaverit, felix sim.*

Se me tiver louvado, serei feliz.

(LEÃO, 1961, p. 32)

Na construção condicional do tipo *irreal*, empregava-se, tanto na prótase quanto na apódose, o imperfeito do subjuntivo, se a irrealidade da condição fosse marcada com relação ao presente ((4a)), e o mais-que-perfeito do subjuntivo, nas construções em que a condição era expressa como uma irrealidade com referência ao passado ((4b)).⁴

¹ A distinção entre condicionais *reais*, *potenciais* e *irreais*, conforme a combinação modo-temporal na construção com *sī*, é característica do latim clássico. No latim arcaico, os tipos *potencial* e *irreal* não se distinguem e, para ambos os significados condicionais, documentam-se o presente ou o pretérito do subjuntivo, em relação ao presente, e o imperfeito ou o mais-que-perfeito do subjuntivo, em relação ao passado. O latim vulgar, por outro lado, opunha ao tipo *irreal* os tipos *real* e *potencial* conjuntamente, basicamente a partir do emprego de tempos do indicativo tanto para as condições reais quanto para as potenciais e tempos do subjuntivo, especialmente o imperfeito, para as irreais. Consultem-se, a esse respeito, Ernout & Thomas (1962), Bourciez (1967), Grandgent (1962) e Leão (1961).

² Às construções condicionais *reais* aplicavam-se apenas as exigências do *consecutio modorum*, mas não as do *consecutio temporum*, isto é, os verbos da prótase e da apódose apareciam em quaisquer formas de tempos do indicativo (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 375; LEÃO, 1961, p. 31-2).

³ Aplicava-se a esse tipo de construção condicional a concordância dos tempos e dos modos (*consecutio temporum et modorum*); “para exprimir a possibilidade da condição, não há outros esquemas fora desses dois” (LEÃO, 1961, p.32).

⁴ Também para esse tipo de construção condicional se observam as exigências do *consecutio temporum et modorum* (ERNOUT & THOMAS, 1972; LEÃO, 1961).

- (4) a. *Si hoc diceres, errares.*
Se disseses isto (agora), errarias.
- b. *Si hoc dixisses, erravisses.*
Se tivesses dito isto (ontem), terias errado.

(FREIRE, 1998, p. 273)

Marcavam-se interrogações em latim por pronomes, advérbios e partículas interrogativas. Pronomes e advérbios interrogativos, tais como *quis* (“quem”), *cur*, *quamobrem*, *quare* (“por que”), *ut* (“como”) e *ubi*, *quo* (“onde”), introduziam as *interrogações parciais*, com as quais se visa identificar uma parte do enunciado, que pode ser o sujeito (*Quem veio?*), o complemento (*O que ele fez?*) ou uma circunstância (*Quando/ por que/ como ele veio?*). As partículas *-ne*, *nonne*, *num* e *an*, por outro lado, assinalavam as *interrogações totais* (ou polares), com as quais se indaga sobre a verdade/falsidade da relação entre o sujeito e o predicado da sentença e, assim, sobre a verdade/falsidade do enunciado como um todo (*Ele veio?*) (ERNOUT & THOMAS, 1972).

Ao emprego de cada uma das diferentes partículas marcadoras das interrogações totais em latim, associava-se a expressão de julgamentos do falante sobre a verdade/falsidade do conteúdo da oração interrogativa. A partícula enclítica *-ne* era a única neutra nesse sentido, isto é, a interrogação com *-ne* expressava apenas que o falante ignorava por completo se o conteúdo de sua indagação era verdadeiro ou falso e, portanto, indicava que o falante não tinha nenhuma expectativa em obter do ouvinte uma resposta afirmativa ou negativa:⁵

- (5) a. *Aspexeritne matrem exanimem Nero ... sunt qui tradiderint, sunt qui abnuant*
(Tac., *An.* 14, 9).
Nero viu sua mãe morta? Alguns o afirmam, outros o negam.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 157)

- b. *Videsne illam urbem?* (Cic. *Rep.* 6, 6)
Vês aquela cidade?

(FREIRE, 1998, p. 252)

A partícula *nonne*, criada a partir da adjunção de *-ne* à palavra negativa *non*, indicava que o falante acreditava na **verdade** do conteúdo expresso na oração interrogativa e, assim, que esperava do ouvinte uma resposta **afirmativa** à sua pergunta:

⁵ Ernout & Thomas (1972) apontam que *-ne* também se encontrava, fora da língua literária clássica, como partícula expletiva acoplada aos advérbios e pronomes interrogativos (e.g. *qualine amico...?* (Pl., *Tri.*1095); *ecquandone...?* (Cic., *Fi.* , 5, 63); *quone malo...?* (Hor., *S.* 2, 3, 295)). Trata-se de generalização possivelmente favorecida pelo valor neutro que *-ne* possuía, ao contrário das outras partículas interrogativas.

- (6) a. *Quid? Canis nonne similis lupo?* (Cic., *N. D.* I, 97)
O que? O cão não se parece com o lobo?

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 158)

- b. *Nonne me huc herus misit meus?* (Plaut. *Amph.* 1, 1)
Não é verdade que o meu patrão me mandou aqui?

(FREIRE, 1998, p. 252)

Interrogações construídas com *num*, por outro lado, expressavam a crença do falante na **falsidade** do conteúdo da oração interrogativa e, conseqüentemente, sua expectativa de que a resposta do ouvinte fosse **negativa**:

- (7) a. *num ... barbarorum Romulus rex fui?* (Cic., *Rep.* I, 58)
Rômulo foi um rei de bárbaros?

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 158)

- b. *Num sermonem vestrum diremit noster interventus?* – *Minime vero* (Cic., *Rep.* 1, 11).
Porventura a nossa chegada interrompeu a vossa conversa? – De modo nenhum.

(FREIRE, 1998, p. 252)

A partícula *an* tinha sentido dubitativo e indicava incerteza do falante quanto à verdade ou falsidade do conteúdo de sua indagação. As interrogativas que se construíam com *an* não pressupunham, portanto, resposta nem afirmativa nem negativa:

- (8) a. *cuium pecus? an Meliboei?* (Vg., B. 3, I)
De quem é este rebanho? Não seria o de Melibeus?

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 159)

- b. *An invidiam posteritatis times?* (Cic., *Cat.* 1, 11)
Acaso temes o ódio dos vindouros?

(FREIRE, 1998, p. 252)

Tanto os pronomes e advérbios interrogativos quanto as partículas *-ne*, *nonne*, *num* e *an*, exemplificadas de (5) a (8) em interrogativas diretas, apareciam em construções interrogativas indiretas, introduzindo orações dependentes de um verbo principal, tal como *dicere* (dizer), *interrogare*, *rogare*, *quaerere* (perguntar, querer saber). Como orações completivas dependentes, as orações interrogativas apresentavam verbo no modo subjuntivo,

em tempos determinados pelo tempo do verbo principal (*consecutio temporum*).⁶ São exemplos:

- (9) a. *Quaero quis venerit.*
Pergunto quem veio.
- b. *Cum esset ex eo quaesitum Archelaum... nonne beatum putaret* (Cic. *Tusc.* 5,12)
Como lhe perguntassem se não julgava Arquelau feliz.

(FREIRE, 1998, pp. 252 e 253)

A forma dos pronomes, nas interrogativas indiretas, também era diferente da que eles teriam se ocorressem em uma interrogação direta, conforme se observa em (10a-b).⁷

- (10) a. *Quis es?*
Quem és **tu**?
- b. *Ab homine quaesiui quis esset.*
Perguntei ao homem quem era **ele**.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 313)

Entre as partículas interrogativas, a partícula neutra *-ne* e a partícula *num* eram, segundo Ernout & Thomas (1972), as mais empregadas para marcar as interrogações totais indiretamente construídas. Entretanto, conforme observam esses autores, a nuance de sentido que acompanhava as interrogativas diretas marcadas por *num* nem sempre se observava nas interrogativas indiretas marcadas por essa partícula. Mesmo na prosa literária clássica, não são raras construções em que *num* não se distingue de *-ne*, marcando uma interrogativa indireta que **não** expressa a expectativa do falante em obter, para a sua pergunta, uma resposta negativa, como em:

⁶ Conforme as regras de *consecutio temporum*, as combinações verbais nas construções interrogativas indiretas se restringiam a: (i) verbo da oração interrogativa no presente ou perfeito do subjuntivo, se o verbo principal ocorresse no presente ou no futuro; e (ii) verbo da oração interrogativa no imperfeito ou mais-que-perfeito do subjuntivo, se o verbo principal se apresentasse no passado. Entretanto, conforme mostram Ernout & Thomas (1972), não era incomum encontrar maior liberdade de combinação das formas temporais nos verbos dessas construções, especialmente nos casos em que a discordância temporal produzia algum efeito de sentido, como, por exemplo, a ocorrência de imperfeito no verbo da oração subordinada, em face de um verbo principal no presente, para expressar uma nuance modal: *quaero a te cur C. Cornelium non defenderem* (eu te pergunto por que eu não **deveria** defender C. Cornélio) (Cic., *Vat.* 5) (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 413).

⁷ O grego, ao contrário do latim, mantinha, na construção indireta, o modo, o tempo e a pessoa presentes na oração interrogativa direta independente (ERNOUT & THOMAS, 1972).

- (11) *uelim... alicui des negotium qui quaerat numquis Q. Staberii fundus sit uenalis* (Cic., *At.* 13, 8).
Eu gostaria que você encarregasse alguém de se informar se não há alguma propriedade de Q. Staberius à venda.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 316)

A observação de Freire (1998) a respeito do comportamento indistinto de *-ne* e *num* nas interrogativas indiretas é mais generalizadora do que a que fazem Ernout & Thomas (1972). Em nota à descrição do funcionamento das diferentes partículas interrogativas no latim, Freire afirma: “embora nas interrogativas *directas* seja clara a diferença entre **num**, **ne** e **nonne**, nas interrogativas *indirectas* não há praticamente diferença entre **num** e **ne**. Pode-se, pois, dizer-se: *Interrogo num venerit* (ou *veneritne*): pergunto se veio” (FREIRE, 1998, p. 253; grifos do autor).

Nonne mantinha, nas interrogações indiretas, a mesma nuance modal que expressava nas interrogações diretas. Para a oração interrogativa dependente introduzida por essa partícula pressupunha-se uma resposta afirmativa:⁸

- (12) *Responde nonne sit Cicero maximus oratorum romanorum.*
Dize-me se não é Cícero o maior dos oradores romanos.

(RAVIZZA, 1958, p. 321)

A partícula *an*, que imprimia à interrogação um sentido dubitativo, empregava-se em construções interrogativas indiretas simples ou duplas. Nessas últimas, assim chamadas por conterem dois (ou mais) membros em uma relação de disjunção, *an* aparecia em combinação com *-ne* ou *utrum* e com o sentido de “ou” em português. O primeiro membro da alternativa era introduzido por *utrum* ou *-ne*, e o segundo (ou os demais), por *an*:

- (13) a. *Consultabat utrum Romam... proficisceretur an Capuam teneret... an iret ad tres legiones Macedonicas* (Cic., *At.* 16, 8, 2).
Ele queria saber se partiria para Roma, se tomaria Cápua ou se iria para junto das três legiões macedônias.
- b. *Perquiritur... uirtus suamne propter dignitatem an propter fructus aliquos expetatur* (Cic., *de Or.* 3, 112).
Pergunta-se se a virtude é buscada por seu valor próprio ou por certos benefícios.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 318)

⁸ Entre os autores consultados, Ravizza (1958) é o único que se refere ao emprego de *nonne* nas interrogativas indiretas. Ernout & Thomas (1972) apenas observam que a partícula foi utilizada sobretudo por Cícero e, nos textos do escritor, somente após o verbo *quaero*. Indicam, no entanto, embora não forneçam nenhum exemplo, que a partícula se empregava também com outros verbos. Freire (1998) não faz referência ao funcionamento dessa partícula nas interrogações indiretas.

Ernout & Thomas (1972) apontam que as combinações *utrum...an* e *-ne...an* correspondem aos dois tipos clássicos e mais usuais de construção das interrogativas indiretas duplas em latim.⁹ Ao lado desses, encontravam-se também os seguintes tipos de construção:

(14) a. Com *an* somente:

Deliberatur de Auarico...incendi placeat an defendi (Cés., *B. G.* 7, 15, 3).
Delibera-se sobre Avárico para saber se se decide queimar a cidade ou defendê-la.

b. Com *-ne* somente:

Adeo ut in incerto fuerit... uicissent uictine essent (Liv. 5, 28, 5)
Ignorava-se se eles eram vencedores ou perdedores.

c. Com *-ne...-ne*:

Neque interesse ipsosne interficiant impedimentisne exuant (Cés., *B. G.* 7, 14, 8)
Não havia diferença entre matá-los ou lhes tomar suas bagagens.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 318-19)

Nas interrogativas duplas diretas, *an* também era a partícula que introduzia o segundo membro da alternativa, sendo o primeiro introduzido por *utrum* ou *-ne*, conforme se observa em:

(15) a. *Utrum hoc est verum an falsum?*
Isto é verdadeiro ou falso?

Utrum luges an rides?
Choras ou ris?

b. *Verumne hoc est an falsum?*
Isto é verdadeiro ou falso?

Lugesne an rides?
Choras ou ris?

(RAVIZZA, 1958, p. 320)

Por extensão de sua função nas interrogativas duplas, a partícula *an*, por vezes, era empregada também entre dois nomes, em substituição à conjunção disjuntiva *vel*, que, ao contrário de *aut*, marcava uma disjunção inclusiva ou uma simples alternância entre dois termos (ERNOUT & THOMAS, 1972):

⁹ O tipo mais antigo de construção era, segundo Ernout & Thomas (1972), *utrum...-ne...an*. É dele que se derivam, pela supressão de um dos dois primeiros elementos, as construções *utrum...an* e *-ne...an*.

- (16) a. *cum Simonides an quis alius artem memoriae polliceretur...* (Cic., *Fi.* 2,104).
como Simônides ou qualquer outro ele prometia a arte da memória...
- b. *Cn. Octavius est an Cn. Cornelius quidam...* (Cic., *Fa.* 7, 9, 2).
Há um certo Cn. Otávio ou Cn. Cornélio....

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 447)

Nas interrogativas indiretas duplas chamadas “contraditórias”, aquelas em que a alternância se dá entre o valor positivo (sim) e negativo (não) das proposições, e não, como nos exemplos em (13) a (15), entre proposições distintas, empregava-se *necne*, em vez de *an*, para marcar o segundo membro da alternativa:

- (17) a. *Quaeram utrum emeris necne* (Cic. *Verr.* 4, 16, 35).
Perguntarei se compraste ou não.
- b. *Quaero potueritne Roscius suam partem petere, necne* (Cic. *Rosc. Com.* 17).
Pergunto se Róscio podia exigir a sua parte ou não.

(FREIRE, 1998, p. 254)

Nas interrogativas contraditórias diretas, por outro lado, usava-se, preferencialmente, *annon* (*an + non*), em vez de *necne*:

- (18) a. *Pater eius rediit annon?* (Ter. *Phorm.* 147).
O seu pai já voltou ou não?

(FREIRE, 1998, p. 254)

Fora das construções com interrogativas indiretas duplas, a partícula *an* aparece na prosa clássica introduzindo uma oração interrogativa indireta simples. Conforme relatam Ernout e Thomas (1972), isso ocorre, entretanto, apenas quando *an* acompanha os verbos *dubitare* (‘duvidar’), *nescire* ou *haud scire* (‘não saber’), flexionados na 1ª. pessoa do singular, e *incertum esse* (‘ser incerto’), na 3ª. pessoa do singular. Nesses casos, *an* tem o valor dubitativo de “se não...” (francês “*si ne...pas*”), e as expressões *dubito an*, *nescio an*, *haud scio an* e *incertum est an* são, muitas vezes, equivalentes a “talvez” (francês “*peut-être*”) (ERNOUT & THOMAS, 1972):

- (19) a. *haud scio an congrediar* (Pl., *Ep.* 543).
eu não sei se eu não deveria (talvez eu devesse) abordá-lo.
- b. *dubito an Venusiam tendam* (Cic., *At.* 16, 5, 3).
estou em dúvida/me pergunto se não irei (talvez irei) a Venússia.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 316)

O significado de *an* (“se não...”), nessas construções, faz com que o conteúdo da interrogativa introduzida por essa partícula se direcione mais para o *sim* do que para o *não*. Isso significa que, nesses casos, *an* funcionava de modo semelhante à partícula *nonne*, imprimindo à interrogativa indireta uma nuance **afirmativa**, isto é, indicando uma propensão do falante em realizar o que ele expressa como duvidoso ou incerto.

Ernout & Thomas (1972) demonstram que, embora a prosa literária clássica tenha buscado restringir o emprego de *an* em interrogativas indiretas simples apenas a construções com *dubito an*, *nescio an*, *haud scio an* e *incertum est an*, desde Plauto essa partícula podia ser encontrada em construções com outros verbos, não com o significado de “se não...”, mas de “se” somente, como em:

- (20) a. *Temptas an sciamus?* (Pl., *Poe*, 557).
Tentas ver se nós sabemos?

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 316)

Mais tarde, já na época imperial, particularmente nos escritos de Tácito, propaga-se o emprego de *an* com valor de “se”, ao invés de “se não...”, conforme também documentam Ernout & Thomas (1972). São exemplos:

- (21) a. *quaesitoque an Caesar uenisset* (Tac., *A.* 2, 9).
e após ter perguntado se César tinha vindo.

- b. *nec missis per quos nosceret an uera afferrentur* (Tac., *A.* 16, 2).
sem enviar alguém para se assegurar se aquilo que se anunciava era verdadeiro.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 317)

A partir daí, a partícula *an* passou a ser empregada, ainda que de forma secundária, com o valor de “se” mesmo com os verbos *dubito*, *nescio*, (*haud*) *scio*, em construções nas quais se empregaria a partícula *-ne* ou a partícula *num*:

- (22) a. *an profecturus (= profecturusne) sim nescio* (Sén., *Ep.* 25, 2).
eu não sei se serei bem sucedido.

- b. *quis scit an adiciant (= num adiciant) ...crastina... || tempora di?* (Hor., *Od.* 4, 7, 17-18).
quem sabe se os deuses aumentarão os instantes de amanhã?

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 317)

Paralelamente, *an* continuava a ser empregada com seu antigo valor de “se não...” nas expressões de dúvida e incerteza, como na seguinte construção de Tácito:

- (23) a. *nescio an suasurus fuerim* (Tac., A. 3, 53).
eu não sei se eu não seria aconselhado (=talvez eu fosse aconselhado).

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 317)

O desenvolvimento de *an* com o valor de “se” nas interrogativas indiretas fez com que, em contrapartida, a partícula *num*, que se empregava em muitos casos com o mesmo valor neutro de *-ne*, passasse a ser empregada com o valor de “se não...”, indicando uma propensão da interrogativa para o *sim*. Ernout & Thomas (1972) apresentam o seguinte exemplo como ilustrativo dessa alteração dos valores de *an* e *num*, no qual, invertendo-se os papéis, *an* equivale a “se” e *num*, a “se não...”:

- (24) a. *apud se pensitato an coerceri... cupidines possent, num coercitio plus damni ferret...* (Tac., A. 3, 52).
após ter se perguntado se seria possível reprimir aquelas paixões, se a repressão não seria mais nociva...

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 318)

A variabilidade no emprego das partículas interrogativas e a falta de correspondência entre seu funcionamento nas construções diretas e nas indiretas dotaram de grande complexidade o sistema das interrogativas no latim clássico. As mudanças que ocorreram nessas construções responderam, assim, a uma necessidade de simplificação, conforme consideram Ernout & Thomas (1972).

A forma de construção das interrogativas no latim vulgar atendia a essa necessidade. As partículas interrogativas do latim clássico não eram empregadas nas interrogações nem diretas nem indiretas do latim vulgar.

Para marcar a interrogativa direta no latim vulgar, aplicava-se apenas entonação ascendente à construção, traço que também marcava esse tipo de interrogação no latim clássico, além das partículas interrogativas. Assim, uma interrogativa que no latim clássico se construía como *venit-ne pater?*, no latim vulgar, expressava-se como *venit pater?* (BOURCIEZ, 1967).

Ernout & Thomas (1972) observam que, embora a ausência de partícula interrogativa nas interrogações diretas fosse característica da língua falada, por vezes ela podia ser notada também na escrita literária, como em:

(25) a. *crimen... probare te, Eruci, censes posse talibus uiris?* (Cic., *R. Am.* 72).
pensas, Erúcio, que poderá fazer esses homens admitirem tua acusação?

b. *tu quoque aderas, Phormio?* (Tér., *Ph.* 858)
tu também estavas presente, Formião?

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 155)

Nas construções interrogativas indiretas, em vez das partículas interrogativas, o latim vulgar empregava a antiga conjunção condicional *si*, conforme demonstram Maurer Jr. (1959), Grandgent (1962), Väänänen (1967), Bourciez (1967), Ernout & Thomas (1972) Said Ali (1966) e Câmara Jr. (1975). Daí origina-se, como também consideram esses autores, a oração completiva introduzida por *se* do português, que constitui objeto de estudo desta pesquisa.

Ernout & Thomas (1972), mais uma vez, advertem que o emprego da conjunção *si* em lugar das partículas interrogativas não ocorreu exclusivamente na língua falada, embora aí se tenha generalizado. Conforme esses autores atestam, na prosa literária clássica registra-se o emprego de *si* com valor interrogativo, especialmente depois de *videre* (*vide, viso*):

(26) *uide si hoc utile magis... deputas* (Pl., *Tri.* 748).
veja se você não considera esse melhor.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 320)

E há em Cícero ocorrências de *si* com o verbo *quaerere* (*perguntar*), como a seguinte:

(27) *quaeritur si expetendae sin diuitiae, si fugienda paupertas* (Cic., *Top.* 84).
pergunta se desejarão, porém, a riqueza, se fugirão da pobreza.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 320)

É sabido que a escrita formal pode funcionar como importante indicador do grau de implementação da mudança por que passa uma forma lingüística. A escrita, dado o seu caráter mais elaborado e estático do que a fala, tende a ser mais resistente a formas inovadoras oriundas, em geral, dos contextos de fala informal (CÂMARA JR. 1974; FARACO, 2005). O licenciamento de uma forma inovadora pela escrita pode funcionar, assim, como evidência de total implementação de uma mudança, revelando que a forma, antes inovadora, passou a ser reconhecida, por parte da comunidade falante, como estrutura regular da gramática da língua. A ocorrência da conjunção condicional *si* em lugar das partículas interrogativas nos escritos de Plauto e Cícero poderia sugerir, assim, que, a essa época, o processo de substituição das

partículas interrogativas por *si*-condicional se encontrava em estágio avançado de implementação, visto que já integrava a chamada “língua literária clássica”.

Entretanto, observações feitas por alguns gramáticos e dicionaristas do latim sugerem ter havido certa resistência ao emprego de *si* nas interrogativas indiretas do latim literário clássico, denotando ser esse um fenômeno, de fato, típico da língua falada popular.¹⁰ Está em Freire (1998) a seguinte notação a respeito da ocorrência de *si* justamente nos escritos de Cícero: “**si** em vez de **num** ou **ne** encontra-se em Cícero; mas é em linguagem familiar e incorreta” (p. 253; grifo do autor). E, no verbete referente a “*si*” em Forcellini (1940), encontra-se a seguinte consideração, que é exemplificada com trechos extraídos também de Cícero e Plauto e, ainda, de Terêncio e de Virgílio: “[*si* funciona] também [como] partícula, **porém imprópria**, interrogativa e dubitativa, em lugar das partículas *an*, *num*” (p. 351; grifo meu).¹¹

Desse modo, a ocorrência de construções interrogativas indiretas com *si* na escrita literária clássica, notada por Ernout & Thomas, parece explicar-se de maneira mais plausível a partir da seguinte observação de Maurer Jr. (1959) acerca do latim vulgar:

Embora esse latim não fosse escrito, as suas peculiaridades podiam entrever-se nos próprios textos literários de Roma, nos quais frequentemente ocorriam formas tidas por incorretas de acordo com os cânones gramaticais do latim, mas prenunciadoras de construções românicas. (MAURER JR., 1959, p. 5)

Ernout & Thomas (1972) afirmam que a presença de *si* nas construções interrogativas se torna notável no baixo-latim, especialmente nas traduções. Um dos exemplos dados pelos autores é o seguinte, extraído da *Itala Vetus*:

(28) *uideamus ergo si sermones illius ueri sunt* (Itala, Sap. 2, 17).
vejamos então se aqueles discursos são verdadeiros.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 320)

¹⁰ A esse respeito, consultou-se também o *Appendix Probi*, importante fonte do latim vulgar, no qual se contrastam formas do latim literário a formas características da língua falada, ali tachadas como “erros”. Nele, entretanto, não há nenhuma menção à substituição das partículas interrogativas por *si*-condicional, muito provavelmente porque, no *Appendix*, o contraste entre as formas está voltado exclusivamente à pronúncia e à grafia das palavras. Como observa Silva Neto (1956), “infelizmente o *Appendix Probi* nada nos informa acerca da sintaxe do latim corrente [=vulgar]” (p. 48).

¹¹ *Partícula etiam, sed improprie, interrogativa et dubitativa, et vicem supplet particulae an, num* (FORCELLINI, 1940, p. 351).

Maurer Jr. (1959) fornece dois exemplos para ilustrar a substituição das partículas interrogativas por *si* no latim vulgar; um deles pertencente também a *Itala Vetus* ((29a)), e o outro, à *Vulgata Latina* ((29b)):

- (29) a. *Interrogabat eum, si iam defunctus esset* (Marcos, 15, 44).
Ele perguntava se ele já estava morto.
- b. *Si peccator est, nescio.* (João, 9, 25).
Se ele é pecador, não sei.

(MAURER JR., 1959, p. 219)

Väänänen (1967), da mesma forma, refere-se ao latim cristão como aquele em que se propaga o uso de *si* interrogativo, o que o autor exemplifica com as seguintes construções:

- (30) a. *dic mihi, si umquam in bello fuisti.*
dize-me se alguma vez estiveste na guerra.
- b. *ad superos dicite, si merui.*
dizei aos deuses se mereci.

(VÄÄNÄNEN, 1967, p. 176)

Convém lembrar neste ponto que, conforme observa Ilari (2002), a linguagem empregada nas versões latinas da Bíblia, como a *Itala Vetus* e a *Vulgata Latina*, bem como em outros textos eclesiásticos, em geral, não seguia os padrões do latim literário clássico. Ao contrário, empregavam-se predominantemente, nesses textos, expressões características do latim vulgar, o que refletia uma tentativa da Igreja de aproximar ao máximo sua linguagem à do povo, propósito que bem se resume na seguinte frase de Santo Agostinho: *melius est reprehendant nos grammatici quam non intelligant populi* “antes ser repreendido pelos gramáticos do que não ser compreendido pelo povo” (apud ILARI, 2002, p. 63).

O fato de esses documentos cristãos representarem a principal fonte da ocorrência generalizada de *si* interrogativo no latim escrito só vem comprovar que a conjunção integrante *se* do português se originou no latim vulgar. E, nesse aspecto, ela se diferencia de outras conjunções do português, como a adverbial *se*, representante direta de *si*, empregada com valor condicional desde os mais antigos textos latinos (ERNOUT & MEILLET, 1951; MAURER JR., 1959; BOURCIEZ, 1967; SAID ALI, 1966) e que, conforme já exposto, serviu de base para o desenvolvimento de *si* interrogativo.

Que a antiga conjunção condicional latina *si* foi a forma recrutada para desempenhar a nova função de introduzir as orações interrogativas indiretas no latim vulgar se comprova,

aliás, quando se observa que, nos exemplos (29) e (30), dados, respectivamente, por Maurer Jr. (1959) e Väänänen (1967), a oração interrogativa introduzida por *si* mantém alguns traços próprios de uma oração condicional. A oração interrogativa, nesses exemplos, é separada de sua oração principal por uma pausa, o que não ocorre quando ela se constrói em sua forma clássica, introduzida por uma das partículas interrogativas (cf. os exemplos (11) a (14), (17) e (19) a (24)), mas ocorre nas construções em que *si* introduz uma oração adverbial condicional (cf. os exemplos de (2) a (4)). Além disso, observe-se, em (29b), a anteposição da oração interrogativa com *si* à sua principal. Contrariamente à tendência no latim vulgar de se colocar o complemento após o verbo cujo sentido ele completa (MAURER JR., 1959), a oração interrogativa assume, nesse caso, posição que, por motivação icônica, é a preferida para a colocação das orações condicionais (GREENBERG, 1963; HAIMAN, 1978).

As semelhanças entre a oração interrogativa indireta marcada por *si* e a oração condicional no latim vulgar não se restringem, entretanto, a aspectos formais. Podem-se observar, entre essas orações, similaridades também no que diz respeito aos significados que elas expressam. Esses significados comuns a interrogativas e condicionais são os mesmos que, no processo de mudança, podem ter motivado a eleição da conjunção *si*, e não de uma outra forma qualquer, para substituir as partículas interrogativas, conforme se tornará mais claro na seção seguinte deste capítulo.

2.2 Possíveis motivações para a mudança

A substituição das partículas interrogativas latinas pela conjunção condicional *si* no latim vulgar pode explicar por que, assim como em português, a oração interrogativa polar indireta é introduzida pela mesma conjunção que introduz a oração condicional em línguas como o francês (*dis-moi si tu es Romain*), o espanhol (*díme si Romano eres*) e o italiano (*dimmi se Romano sei*) (BOURCIEZ, 1967). Similaridades entre a forma de uma oração interrogativa polar e a de uma condicional são notadas, entretanto, não apenas em línguas românicas. Algumas línguas não-românicas em que se marcam orações interrogativas polares e orações condicionais de uma mesma forma ou de forma muito similar são:

- Inglês: Em orações que funcionam como complemento objetivo, o complementizador interrogativo *whether* pode ser substituído pela conjunção condicional *if* (e.g. *I don't*

know whether/if he's at home (HAIMAN, 1974, 1978; BOLINGER, 1978; NAKAJIMA, 1996). Nakajima (1996) observa que a alternância entre *whether* e *if* é possível em orações completivas de verbo (*I wonder whether/if he's awake*) e de adjetivo (*I am not sure whether/if he's awake*), e **não** é possível em orações que complementam um sintagma nominal (*We must answer the question whether/*if it will be fine*), um sintagma preposicional (*His success depends upon whether/*if it will be fine*), e em orações que ocorrem em posição de sujeito (*Whether/*If he's awake is not certain*), de tópico (*Whether/*If he's awake, I don't know*) e em extraposição (*I am not sure, because I have not been at home, whether/*if he's awake*).¹² Essa situação sugere que, em inglês, diferentemente do que se observa em português, a ocorrência da conjunção condicional para introduzir a oração interrogativa indireta caracteriza um processo de mudança incipiente, marcado pela variação entre *if* e *whether*, sem que se verifique a especialização da conjunção condicional, isto é, a ocorrência obrigatória de *if* em vez de *whether*, em nenhum contexto sintático.

- Russo: A forma do complementizador interrogativo é *li*, e a conjunção condicional tem a forma *esli*, derivada de duas palavras: *est* ‘ser (3sg)’ + *li* ‘se-interrogativo’ (HAIMAN, 1974, 1978). A conjunção *esli* traduz-se literalmente por “se é o caso que” (VASMER, 1953, apud HAIMAN, 1974, p. 356).

¹² O propósito de Nakajima (1996) é discutir a distribuição, de um lado, dos complementizadores *whether* e *if* e, de outro, de *that* e *that*-nulo em inglês, à luz das teorias de Checagem e de Condição Mínima de Ligação (*Minimal Link Condition*) propostas por Chomsky (1993, 1994). Ao fazer isso, o autor aponta outras restrições relacionadas à ocorrência de *if* em lugar de *whether*. Para citar uma delas, a marca de alternativa *or not* pode, segundo o autor, seguir imediatamente *whether*, mas não *if*:

- (i) a. *He does not tell me whether he agrees or not.*
b. *He does not tell me if he agrees or not.*
- (ii) a. *He does not tell me whether or not he agrees.*
b. **He does not tell me if or not he agrees.*

Ao longo de sua discussão, Nakajima demonstra que a distribuição de *whether* é similar à de *that*, ao passo que *if* se comporta similarmente a *that*-nulo, o que leva o autor a propor, para os primeiros, a posição sintática de CP (*Complementizer Phrase*) e, para os últimos, a posição TopP (*Topic Phrase*). Algumas das restrições apontadas por Nakajima (1996) para a substituição de *whether* por *if* em inglês foram indicadas também por Bolinger (1978), o qual, no entanto, vai além da indicação de restrições gramaticais e discute a existência de algumas situações comunicativas em inglês nas quais a ocorrência de *if* em vez de *whether* pode alterar o significado das construções em que essas conjunções aparecem (cf. p. 96-100).

- Turco: A partícula enclítica *ml*, que marca questões polares diretas, pode ocorrer junto ao verbo da prótase condicional, em lugar do morfema condicional *sE*¹³ (LEWIS, 1967, apud HAIMAN, 1974, p.356).
- Hua: As prótases condicionais são marcadas, em geral, por *-mamo*, mas não raro elas se constroem na forma de interrogativas polares, com a partícula interrogativa *-ve*, como em:

(31) *E -si -ve baigu -e.*
 vir 3sg.fut. INT ficar.fut 1sg
 ‘Ele virá? Eu ficarei; Se ele virá, eu ficarei’

(HAIMAN, 1978, p. 570)

- Tzotzil maia: O marcador de questões polares *mi* é equivalente a *mi*, conjunção condicional (COWAN, 1969, apud HAIMAN, 1978).
- Alemão: O complementizador interrogativo *ob* é cognato da conjunção condicional inglesa *if* (HAIMAN, 1978). Traugott (1985) observa a esse respeito que “embora a origem de *if* e de seus cognatos germânicos ainda seja incerta, algumas etimologias propostas envolvem uma forma de interrogação” (p. 291).¹⁴
- Tagalog: As interrogativas indiretas são todas introduzidas pelo complementizador *kung*, equivalente a uma conjunção condicional (SCHACHTER & OTANES, 1972, apud HAIMAN, 1978).
- Línguas Chadic: Em hausa, a partícula *ko*, própria de interrogativas polares, também serve para formar orações condicionais; e, em mupun, *ket*, complementizador em interrogativas polares indiretas, é também um marcador de oração condicional (FRAJZYNGIER, 1996).
- Língua de sinais americana: As interrogativas polares são marcadas pelo alçamento das sobrancelhas. Essa mesma estratégia pode ser empregada para marcar prótases

¹³ A caixa-alta nas letras E e I designa especificação incompleta dos arquifonemas cujos valores fonéticos são determinados por leis gerais de harmonia vocálica (HAIMAN, 1974).

¹⁴ *Although English if and its Germanic cognates are still of uncertain origin, some etymologies proposed involve a question form* (TRAUGOTT, 1985, p. 291).

condicionais, alternativamente ao sinal para *se*. Assim, em uma construção como “se chover amanhã, eu ficarei em casa”, a oração condicional pode ser marcada pelo sinal correspondente a *se*, mas uma alternativa é elevar as sobrelinhas e assinalar apenas “choverá amanhã” (HARRIS & CAMPBELL, 1995).

A estreita relação entre a expressão de interrogativas polares e de condicionais nas línguas citadas poderia ser explicada simplesmente pelo reconhecimento de que as formas de interrogativas e de condicionais são polissêmicas nessas línguas. Conforme observa Haiman (1974), entretanto:

Se uma palavra é polissêmica em uma língua, pode-se tender, ou ser forçado, a considerar seus vários significados como coincidentes; se uma palavra correspondente em uma outra língua exibe a mesma polissemia, ou polissemia muito paralela, isso se torna uma coincidência extremamente interessante; se há a mesma polissemia em quatro, cinco, ou sete línguas não relacionadas geneticamente, por lei estatística isso definitivamente deixa de ser uma coincidência.¹⁵ (HAIMAN, 1974, p. 341)

A idéia de Haiman é, assim, que, excluída a possibilidade de o comportamento de uma forma polissêmica ser “obra do acaso”, deverá haver uma base semântica comum entre as categorias que a forma polissêmica representa; caso contrário, não se justificaria a existência de polissemias de um mesmo tipo em línguas completamente diferentes.

Entre uma oração condicional e uma interrogativa polar, essa base semântica comum existe e tem sido proposta, por alguns autores, como explicação para as similaridades que se observam na expressão dessas duas categorias.

Jespersen (1940) sugeriu que a relação semântica entre condicionais e interrogativas polares se deve ao fato de que orações condicionais são interrogações com respostas positivas implicadas, conforme se observa em (32b), paráfrase de (32a):

- (32) a. *If he is coming, then I will stay.*
 Se ele está vindo, então eu ficarei.
- b. *Is he coming? (Yes.) Well then, I will stay.*
 Ele está vindo? (Sim.) Bem, então eu ficarei.

(JESPERSEN, 1940, apud HAIMAN, 1978, p. 571)

¹⁵ *If a word exhibits polysemy in one language, one may be inclined, or forced, to dismiss its various meanings as coincidental; if a corresponding word in another language exhibits the same, or closely parallel polysemy, it becomes an extremely interesting coincidence; if it displays the same polysemy in four, five, or seven genetically unrelated languages, by statistical law it ceases to be a coincidence at all* (HAIMAN, 1974, p. 341).

Haiman (1978) nota, entretanto, que a possibilidade de prótases condicionais serem parafraseadas por uma oração interrogativa não constitui, em si, uma explicação. Segundo ele, “tendo-se estabelecido que condicionais podem ser parafraseadas por interrogações, devemos perguntar por que isso é possível” (p. 571).¹⁶

Para Haiman, a similaridade entre condicionais e interrogativas polares explica-se a partir da propriedade que as prótases condicionais têm de se constituírem tópicos das construções em que ocorrem. O ponto da análise de Jespersen (1940) que, segundo Haiman, possibilita a explicação é que a construção condicional de (32) pode ser entendida como resultado de uma miniconversação entre dois participantes, conforme mostra (33):

- (33) A: Is he coming?
 B: (Yes)
 A: Well then, I'll stay.

(HAIMAN, 1978, p. 571)

Ao expressar a pergunta, o falante A pretende buscar o consentimento de B para a validade da proposição “*he is coming*”. Uma vez obtido o consentimento (em geral, pelo silêncio do ouvinte), a contraparte declarativa da proposição (*he is coming*) torna-se informação partilhada entre os interlocutores e serve, assim, como um *dado*, um tópico para a declaração posterior (*well then, I'll stay*).¹⁷ Similarmente, como mostra a paráfrase de (32b), uma vez que a proposição veiculada em uma prótase condicional tem o consentimento do interlocutor, ela se torna um tópico com relação à informação veiculada na apódose.

Haiman considera que, subjacente ao estabelecimento de proposições condicionais (e de outros tópicos) como informação *dada*, há uma espécie de dispositivo por meio do qual o falante busca a concordância de seu interlocutor quanto à validade da proposição enunciada. Esse dispositivo é a questão “você sabe____?”.¹⁸ Para o autor, aí se encontra a explicação

¹⁶ *Having established that conditionals may be paraphrased by questions, we must ask why this should be so.* (Haiman, 1978, p. 571)

¹⁷ A noção de “tópico” é a mesma que se encontra em Chafe (1976): “uma estrutura espacial, temporal ou individual que limita a aplicabilidade da predicação principal a um domínio restrito” (apud NEVES, 1999, p. 502).

¹⁸ Note-se que, na frase interrogativa “você sabe____?”, o espaço em branco é ocupado pela informação a ser estabelecida como tópico no discurso, e a pergunta não é necessariamente sobre a verdade/falsidade dessa informação, como a paráfrase em (32b) e a “miniconversação” em (33) podem sugerir. O que o falante quer saber é se o interlocutor conhece aquela informação e, assim, se consente que ela seja estabelecida como *dada/partilhada* para que constitua o tópico para uma informação subsequente. O funcionamento da interrogação como mecanismo inerente à construção de tópicos no discurso é mais claro, em português, com informações tópicas expressas por SNs do que por orações. Observe:

- (i) Quanto ao João, ele não gostou do livro.
 (ii) A: Você sabe *o João*?
 B: (Sim).

para a similaridade entre a morfologia de condicionais e de interrogativas polares em línguas distintas.¹⁹

Observe-se que essa explicação de Haiman tem caráter mais pragmático-discursivo do que propriamente semântico. Além disso, ela está centrada em significados das orações condicionais, não das interrogativas polares, evidentemente devido ao propósito mais geral do autor no texto em que a explicação é apresentada, que é comprovar, com base em dados de diferentes línguas, que orações condicionais funcionam como tópicos das construções em que ocorrem. O fato é que a explicação revela a existência de significado interrogativo nas condicionais, mas não deixa claro quais propriedades semânticas compartilhadas pelas condicionais e interrogativas polares poderiam explicar não só a expressão de condicionais por meio de formas interrogativas como o contrário também.

Uma explicação desse tipo já havia sido dada anteriormente pelo próprio Haiman. Em texto de 1974, ele propõe que a disjunção é o traço semântico que une condicionais e interrogativas, pelo qual, portanto, se explicam as similaridades formais existentes entre elas. Conforme o autor observa, uma interrogativa polar sempre expressa, implícita ou explicitamente, uma disjunção entre duas possibilidades.²⁰ A interrogação em (34a) é, assim, segundo Haiman, uma forma elíptica de (34b):

- (34) a. *Is Max coming?*
Max está vindo?
- b. *Is Max coming or isn't he?*
Max está vindo ou não?

(HAIMAN, 1974, p. 355)

Haiman nota que, no significado de prótases condicionais, também há uma disjunção implícita. Em uma construção como:

- (35) Se Marcos vier, nós nos divertiremos.

A: Ele não gostou do livro.

¹⁹ Esse mecanismo inerente ao estabelecimento de informações como dadas no discurso explica também, segundo Haiman (1978), a semelhança entre marcadores de interrogação e marcadores de tópico em línguas como o hua, o alemão, o russo e alguns dialetos do japonês.

²⁰ A alternância não necessariamente se dá entre duas possibilidades, conforme observa Bolinger (1978). Mais de dois elementos podem ser coordenados em uma interrogativa indireta, como em “Me diga se você quer seis, sete, oito, dez ou doze” (Bolinger, 1978, p. 92). É importante notar, entretanto, que casos como esses não correspondem ao uso básico de uma construção interrogativa. Trata-se, na verdade, de um uso estendido da oração interrogativa para o cumprimento de uma estratégia pragmática especial, no caso em questão, a de uma oferta do falante ao ouvinte. Esses casos não invalidam, portanto, proposições, como a de Haiman (1974), de que a “disjunção entre duas possibilidades alternativas” compõe o significado **básico** das interrogativas polares.

a possibilidade da vinda de Marcos, expressa na prótase condicional, está implicitamente em oposição à possibilidade, igualmente provável, de que Marcos não venha. Ao expressar (35), o falante afirma que apenas um dos disjuntos (a vinda de Marcos) é relevante, ou compatível com o resultado expresso na apódose, mas a outra parte da disjunção (a não vinda de Marcos) permanece implícita.²¹

Uma explicação semelhante à de Haiman (1974) é proposta por Traugott (1985). Para ela, interrogativas polares e condicionais são semelhantes porque ambas se relacionam a *mundos possíveis*. Conforme Traugott observa, as situações hipotéticas que as condicionais veiculam, e que, vale dizer, nunca são situações efetivas do mundo real, pertencem a mundos possíveis imaginários. Considerem-se como exemplos as seguintes construções, traduzidas de Traugott (1985, p. 293):

- (36) a. Se não ficar muito tarde, vou ver um filme esta noite.
 b. Se você dormisse um pouco, você se sentiria melhor.
 c. Se João tivesse começado mais cedo, já teria terminado o trabalho.

Em (36a), a situação de “não ficar muito tarde” é expressa com referência a um mundo possível mais próximo da realidade imediata (esta noite); em (36b), a situação imaginária de “você dormir um pouco” pertence a um mundo possível localizado em qualquer tempo futuro; e, em (36c), a situação expressa na condicional pertence a um mundo possível em que “João ter começado mais cedo” poderia ter acontecido, mas não aconteceu.

Traugott afirma que interrogativas polares também envolvem mundos possíveis em seu significado porque elas são indagações sobre mundos possíveis alternativos (*sim* ou *não*). Conforme a autora ilustra, uma pergunta do tipo “quero saber se ela chegará logo” equivale a “o mundo em que ela chegará logo é (ou não) o mundo real?” (TRAUGOTT, 1985, p. 294).

Uma outra propriedade comum a interrogativas polares e condicionais que pode ser apontada, com base em Givón (1995), é a expressão de incerteza epistêmica. Em sua discussão sobre as formas de manifestação da modalidade *irrealis* em diferentes línguas, Givón demonstra que orações condicionais e interrogativas polares estão entre os contextos

²¹ Poder-se-ia dizer que, em condicionais contrafactuais como “Se Marcos tivesse vindo, teríamos nos divertido”, não há expressão de possibilidades alternativas e, então, que a disjunção não é parte do significado de (todas as) condicionais conforme propõe Haiman (1974). Observe, no entanto, que, anteriormente à sua realização e expressão na prótase condicional, o evento (Marcos não veio) existiu como possibilidade alternativa, isto é, Marcos podia ou não ter vindo, mas não veio. Por outro lado, em construções particulares como “Se eu fosse você, eu não faria isso”, de fato não há expressão de possibilidades alternativas, porque a possibilidade à qual se oporia o conteúdo na prótase condicional (eu ser você), por uma razão pragmática, é cancelada.

gramaticais próprios da manifestação de modalidade *irrealis*, caracterizada pela incerteza epistêmica do falante.²²

Esses dois tipos de oração podem expressar, segundo Givón (1995), graus diferentes de incerteza epistêmica, de acordo com as diferentes formas que elas assumem. Diz o autor que a oração condicional em (37a), por exemplo, indica que a incerteza do falante sobre a vinda de Ana é menor do que se ele expressasse (37b):

- (37) a. Se Ana vier, poderemos discutir essa questão.
b. Se Ana ainda viesse, poderíamos discutir essa questão.

Diferentes formas de construção de uma interrogativa polar também são, segundo Givón, indicativas de graus diferentes de incerteza epistêmica do falante. Como exemplo, o autor apresenta as seguintes construções interrogativas em inglês:

- (38) a. *You didn't buy a new car, did you?*
Você não comprou um carro novo, comprou?
b. *Did you buy a new car?*
Você comprou um carro novo?
c. *Didn't you buy a new car?*
Você não comprou um carro novo?
d. *You bought a new car, didn't you?*
Você comprou um carro novo, não comprou?

(GIVÓN, 1995, p. 120)

²² A noção de modalidade em Givón (1995) é diferente da que se encontra na tradição lógica. O autor considera insuficiente a definição lógica das modalidades *realis* e *irrealis*, centrada no contraste entre eventos *realis* e *irrealis*, e propõe que elas sejam redefinidas com base em fatores cognitivos, pragmáticos e comunicativos, isto é, em função de estados epistêmicos e metas comunicativas dos interlocutores em uma interação. A noção de modalidade, redefinida nesses termos, muda da seguinte forma, segundo Givón: cognitivamente, passa de questões referentes à verdade lógica (verdade factual/possível) para questões referentes à certeza subjetiva (afirmação *realis/irrealis*); e, comunicativamente, passa de significados orientados apenas para o falante (semânticos) a significados interativos, negociados socialmente (pragmáticos), envolvendo tanto o falante quanto o ouvinte (GIVÓN, 1995, p. 114-5). Tem-se expressão de modalidade *irrealis*, segundo Givón, ou “afirmação *irrealis*”, como o autor prefere chamar, quando “a proposição é debilmente afirmada como possível, provável ou incerta (submodos epistêmicos), ou como necessária, desejada ou indesejada (submodos deontico-avaliativos). Mas o falante não está preparado para manter a afirmação com evidência ou outras bases fortes; e a contestação, por parte do ouvinte, prontamente ocorre, é esperada ou mesmo solicitada” (*The proposition is weakly asserted to be either possible, likely ou uncertain (epistemic sub-modes), or necessary, desired or undesired (valuative-deontic sub-modes). But the speaker is not ready to back up the assertion with evidence or other strong grounds; and challenge from the hearer is readily entertained, expected or even solicited*) (GIVÓN, 1995, p. 114). As orações condicionais e as orações interrogativas, dentro dessa abordagem, expressam modalidade *irrealis*, no submodo epistêmico de incerteza subjetiva.

Givón apenas aponta que as construções interrogativas de (38) ilustram como diferentes formas de uma interrogativa polar expressam graus diferentes de incerteza epistêmica. O autor não indica a que grau de incerteza corresponde cada uma das quatro construções. A seqüência em que elas são apresentadas, de (38a) a (38d), não parece refletir essa gradualidade, mesmo porque uma das construções, (38a), tem conteúdo diferente e, assim, não poderia ser comparada, quanto ao grau de incerteza que expressa, às demais construções. Enquanto a interrogativa em (38a) corresponde a uma indagação sobre a não ocorrência da compra de um carro novo, as orações de (38b) a (38d) são indagações sobre a ocorrência da compra.

Desconsiderando-se, portanto, (38a), pode-se propor que as demais construções interrogativas em (38) expressam graus diferentes de incerteza do seguinte modo:

	Conteúdo implícito	
((38b)) Você comprou um carro novo?	(nem acho que sim nem acho que não)	 incerteza alta
((38d)) Você comprou um carro novo, não comprou?	(acho que sim)	
((38c)) Você não comprou um carro novo?	(tenho quase certeza que sim)	
		 Incerteza baixa

Essa observação de Givón (1995) de que as formas de construção de uma interrogação podem ser moldadas conforme o grau de crença do falante na verdade da proposição que ele expressa como um questionamento vai bem ao encontro do que Bolinger (1978) considera ser uma oração interrogativa polar. Para ele, interrogativas polares são hipóteses que o falante apresenta para que sejam confirmadas, contraditas, ou retificadas em algum ponto pelo interlocutor. Ao formular essas hipóteses, o falante tem, em geral, uma idéia, mesmo que vaga, de qual possa ser o valor de verdade de sua conjectura (verdadeira, falsa, parcialmente verdadeira, parcialmente falsa) e pode indicá-la ao interlocutor construindo sua indagação de modos diversos (BOLINGER, 1978). Daí a expressão, notada por Givón (1995), de diferentes graus de incerteza do falante, nas várias formas de construção interrogativa.

Está claro que indicar graus de crença do falante sobre a verdade ou falsidade de suas indagações era função cumprida pelas diferentes partículas interrogativas do latim, que desapareceram no latim vulgar e nas línguas românicas em geral, conforme apontei anteriormente. Em português, e muito possivelmente também no latim vulgar, essa função parece ter sido suprida não por um, mas por um conjunto de mecanismos relacionados à forma de construção das interrogativas. Alguns deles parecem ser a presença, ou ausência, de

advérbios de negação (*não*) e de dúvida (*porventura, acaso*), de formas do futuro do pretérito no verbo da oração interrogativa e de predicados que expressam incerteza epistêmica como matriz de uma interrogativa encaixada, conforme revelam as traduções das seguintes construções interrogativas latinas, apresentadas na seção anterior:²³

(39) **a. Interrogativas com *nonne*** (indicação de crença na verdade da proposição)

(i) *Quid? Canis nonne similis lupo?*

O que? O cão **não** se parece com o lobo?

(ii) *Responde nonne sit Cicero maximus oratorum romanorum.*

Dize-me se **não** é Cícero o maior dos oradores romanos.

b. Interrogativas com *num* (indicação de crença na falsidade da proposição)

Num sermonem vestrum diremit noster interventus? – Minime vero

Porventura a nossa chegada interrompeu a vossa conversa?

– De modo nenhum.

c. Interrogativas com *an* (indicação de incerteza sobre a verdade da proposição inteira ou de parte dela)

(i) *An invidiam posteritatis times?*

Acaso temes o ódio dos vindouros?

(ii) *An profecturus sim nescio*

Eu não sei se serei bem sucedido.

(iii) *Quis scit an adiciant ...crastina... || tempora di?*

Quem sabe se os deuses aumentarão os instantes de amanhã?

(iv) *Haud scio an congregiar.*

Eu não sei se eu **não deveria** abordá-lo. (propensão para o *sim*)

(v) *Dubito an Venusiam tendam.*

Estou em dúvida se **não** irei a Venússia. (propensão para o *sim*)

(vi) *Cuium pecus? an Meliboei?*

De quem é este rebanho? **Não seria** o de Melibeu?

(vii) *Consultabat utrum Romam... proficisceretur an Capuam teneret... an iret ad tres legiones Macedonicas.*

Ele **queria saber** se **partiria** para Roma, se **tomaria** Cápuia ou se **iria** para junto das três legiões macedônias.

É evidente que a concepção de uma oração interrogativa em termos de uma hipótese pressupõe uma relação entre essa oração e uma condicional, que tem a hipótese como seu significado básico (NEVES, 1999). Ao propor que interrogações são hipóteses, Bolinger (1978) de fato discute essa relação e, citando Diver (1964), conclui que:

²³ Na fala, diferenças entonacionais podem somar-se a esses mecanismos.

As sentenças [interrogativas] são chamadas interrogações provavelmente porque elas constituem pedidos de informação, mas em termos da oposição entre hipotético e real, os eventos referidos são claramente hipotéticos... A principal diferença formal [entre uma oração interrogativa polar indireta e uma condicional] é a presença ou a ausência de uma apódose. A oração subordinada apresenta uma declaração hipotética; na presença de uma declaração de consequência, a declaração hipotética é interpretada como uma condição; na ausência, ela é interpretada como um pedido de informação.²⁴ (DIVER, 1964, p. 341, apud BOLINGER, 1978, p. 105)

O esquema a seguir resume as propriedades que, conforme foi apontado até aqui, as orações condicionais e as interrogativas polares têm em comum.

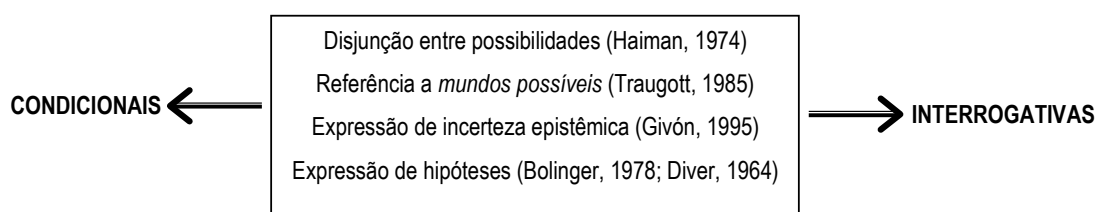


Figura 1: *Propriedades comuns a interrogativas polares e orações condicionais*

Pode-se, agora, voltar à observação feita por Haiman (1974) sobre a explicação para a existência de polissemias de um mesmo tipo em línguas não relacionadas, e dizer que, no que tange a interrogativas polares e condicionais, o conjunto de propriedades representado na figura 1 pode ser referido como a base semântica que explica as estreitas similaridades entre as formas de expressão dessas categorias em línguas distintas. Ao mesmo tempo, a existência desse conjunto de propriedades semânticas e pragmáticas comuns aos dois tipos de oração pode explicar por que, no latim vulgar, a conjunção representativa da oração condicional, e não uma outra forma, foi eleita para substituir as partículas interrogativas *-ne*, *nonne*, *num* e *an*.

Evidentemente, para a ocorrência em si da eliminação das partículas interrogativas, e de sua consequente substituição pela conjunção condicional, motivações de outra natureza podem ser apontadas. Conforme foi demonstrado na seção anterior, mesmo em textos representativos da variante clássica do latim, havia pouca regularidade no emprego das partículas interrogativas, principalmente quando elas introduziam orações interrogativas indiretamente construídas. Uma razão para que se alterasse a forma de marcar essas orações

²⁴ *The sentences are called questions presumably because they constitute requests for information, but in terms of the opposition of hypothetical to actual, the events referred to are clearly hypothetical... The principal formal difference is the presence or absence of an apodosis. The archi-modal provides a hypothetical statement; in the presence of a statement of consequence, the former is interpreted as a condition; in the absence of such a statement, it is interpreted as a request for information.* (DIVER, 1964, p. 341, apud BOLINGER, 1978, p. 105)

foi, assim, a busca por maior sistematicidade e por simplificação das expressões nesse domínio, como consideram Ernout & Thomas (1972).

Também ligada às irregularidades inerentes ao emprego das partículas interrogativas, uma outra razão para a mudança pode ser apontada, com base em Meillet (1948a): a necessidade de renovar a força expressiva das construções interrogativas. Meillet considera ser a busca por “renovação de força expressiva” das construções a principal causa das mudanças por que passam as conjunções e as partículas que servem para ligar orações de um modo geral. Ele afirma que: “A primeira e a mais importante dessas causas [da mudança das conjunções] consiste na necessidade que o sujeito falante tem de ser expressivo, de bem expressar seu pensamento e de agir sobre seu interlocutor” (MEILLET, 1948a:163).²⁵

Meillet afirma que, em função de seu uso frequente e, ainda, da velocidade com que são pronunciadas, as conjunções, assim como outros instrumentos gramaticais ou “palavras acessórias” (*mots accessoires*), tendem a enfraquecer-se e reduzir-se, tornando menos expressivo o significado das orações em que ocorrem, o que conduz à constante necessidade de renovação dessas formas. Nas palavras do autor:

As conjunções podem assim se renovar muito facilmente, já que toda partícula, ou mesmo toda palavra empregada como acessório de frase, tende a perder seu sentido próprio... No momento em que ocorre a renovação, obtém-se uma expressão relativamente viva e intensa; assim que o processo termina, não resta mais nada dessa força que é, afinal, transitória. A história das conjunções se limita quase toda a um esforço sempre repetido e, por natureza, perpetuamente inútil para obter formas expressivas de frase.²⁶ (MEILLET, 1948a, p. 171)

Para ilustrar essas suas considerações, Meillet apresenta vários casos de mudança de formas conjuncionais, aos quais atribui uma mesma motivação: a necessidade de renovação da força expressiva das construções. A maioria dos casos de mudança descritos por Meillet ocorre pelo acréscimo de uma palavra ou elemento gramatical a uma conjunção ou partícula considerada pouco expressiva. Disso resulta uma nova forma que, quando criada, é considerada mais expressiva do que a forma antiga de que deriva. É o caso, por exemplo, da

²⁵ *La première et la plus importante de ces causes consiste dans le besoin qu'éprouve le sujet parlant d'être expressif, de bien faire sentir sa pensée et d'agir sur son interlocuteur* (Meillet, 1948a:163).

²⁶ *Les conjonctions peuvent ainsi se renouveler très aisément, puisque toute particule, ou même toute mot employé comme accessoire de phrase, tend à perdre son sens propre... Au moment où a lieu le renouvellement, on obtient une expression relativement fraîche et intense ; dès que le procès est terminé, il ne rest plus rien de cette force que est chose toute transitoire. L'histoire des conjonctions se ramène presque tout entière à un effort toujours répété et, par nature, perpétuellement inutile pour obtenir des tours de phrase expressifs* (Meillet, 1948a:171).

famosa mudança ocorrida na expressão da negação em francês, que resultou na atual fórmula *ne...pas*, derivada de construções antigas em que *pas* (passo) era empregada junto à partícula *ne* reforçando seu valor negativo (Meillet, 1948a, p. 169). Outro caso descrito por Meillet é a criação, no francês moderno, das locuções concessivas *quand même*, *quand bien même*, *quand même que* e *malgré que*, ao lado das antigas formas *bien que* e *quoique*. Segundo o autor, “a criação é constante aqui, devido à necessidade que se tem de exprimir a concessão com uma força sempre renovada” (MEILLET, 1948a, p.173).²⁷

Um dos casos de mudança descritos por Meillet, entretanto, envolve a substituição de uma forma conjuncional por uma outra forma e é, nesse sentido, semelhante à mudança ocorrida com as partículas interrogativas do latim. Trata-se das formas de conjunção relativa no indo-europeu que, em línguas como o grego e o eslavo, foram eliminadas e passaram a ser expressas por formas que antes funcionavam como elementos interrogativos. Meillet assim justifica essa mudança: “É sobretudo a vontade de renovar a expressão para reavivar sua força que conduziu à substituição do antigo relativo indo-europeu pelas formas do interrogativo” (MEILLET, 1948a, p.165-6).²⁸

Essa mesma justificativa pode valer para o caso da substituição das partículas interrogativas por *si*-condicional no latim. O emprego variável e praticamente indistinto de várias dessas partículas no latim seria, assim, indicativo da baixa expressividade dessas formas e prenunciaria a mudança por que elas passariam em busca de se renovar sua força expressiva. Conforme apontei anteriormente, com a ocorrência da conjunção condicional introduzindo as interrogações indiretas, em lugar das partículas interrogativas, as nuances modais antes expressas por essas partículas passaram a ser indicadas por outros mecanismos, o que possivelmente “reavivou” a expressividade desses significados nas construções interrogativas indiretas.

A substituição das partículas interrogativas por *si*, no latim, pode ainda ter sido impulsionada por influência de construções do grego, conforme consideram Ernout & Thomas (1972). A influência se teria dado, segundo esses autores, via tradução, para o latim, de textos escritos em grego.

A forma grega *εἰ* funcionava como conjunção condicional, equivalente a *si* latino, e aparecia também depois de verbos com o significado de “perguntar”, introduzindo uma oração interrogativa. Assim, provavelmente por associação de *εἰ* com a conjunção latina *si*,

²⁷ *La création est constante ici, par suite du besoin qu'on a d'exprimer la concession avec une force toujours renouvelée* (MEILLET, 1948a, p.173).

²⁸ *C'est avant tout le besoin de renouveler l'expression pour en raviver la force qui a conduit à remplacer l'ancien relatif indo-européen par les formes de l'interrogatif* (MEILLET, 1948a, p.165-6).

uma construção como ἤρωτησεν εἰ... era traduzida, em latim, por *quaesisse si...* (perguntou se...). Ernout & Thomas mostram que, por essa mesma associação, *si* chega a marcar interrogativas diretas em latim, como na seguinte construção, presente na *Itala Vulgata*: *si [εἰ] ualde contristatus es tu?* (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 320).²⁹

Assim como Ernout & Thomas (1972), Väänänen (1967) e Bourciez (1967) também atribuem o emprego generalizado de *si* nas interrogativas indiretas do latim vulgar a uma influência do comportamento de *εἰ* no grego. Väänänen afirma que: “Com ajuda do modelo de *εἰ* do grego, o *si* interrogativo se propaga no latim dos cristãos...” (VÄÄNÄNEN, 1967, p. 175).³⁰ E Bourciez (1967) diz: “a difusão [de *si* nas interrogações indiretas] talvez tenha sido ainda auxiliada pelos empregos paralelos da partícula grega *εἰ*” (BOURCIEZ, 1967, p. 125).³¹

Nesta seção, busquei apontar algumas possíveis razões que teriam conduzido a extinção das partículas interrogativas no latim e o recrutamento da conjunção condicional *si* para substituí-las, processo que deu origem à completiva introduzida por *se* do português, conforme demonstrei na primeira seção deste capítulo. Até aqui, tratei a substituição das partículas interrogativas latinas por *si* como um processo de mudança, sem, no entanto, caracterizá-la em termos mais precisos.

Na medida em que, com essa substituição, a conjunção *si*, além de marcar a ligação entre orações, o que já fazia como conjunção condicional, passou a marcar a força ilocucionária de uma oração interrogativa indireta, poder-se-ia dizer, à primeira vista, que a mudança constitui um caso de gramaticalização, do modo como esse processo é entendido, por exemplo, por Hopper & Traugott (1993): “...o processo pelo qual itens e construções lexicais, em determinados contextos lingüísticos, passam a desempenhar funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, **continuam a desenvolver novas funções gramaticais**” (p. XV;

²⁹ O significado de *εἰ*, traduzido por *si* nessa construção, provavelmente é “acaso”, “por acaso”, o que daria para a oração interrogativa a seguinte tradução em português: “Acaso estás muito aflito?”. Ernout & Thomas não propõem uma tradução para a frase. Nas gramáticas latinas consultadas, não há referência ao emprego de *si* em interrogativas diretas, significando “acaso, por acaso”, o que leva a crer tratar-se, de fato, de uma generalização do tradutor. O emprego de *εἰ* em interrogações diretas, com o significado de “acaso”, “por acaso”, é ainda atestado no grego moderno, como em: καὶ εἶπεν ἐν τῇ διανοίᾳ αὐτοῦ λέγων Εἰ τῷ ἑκατονταετεί γενήσεται (e disse para si mesmo: acaso um centenário poderá procriar?) (ADRADOS, 1980).

³⁰ *Le modele du grec εἰ aidant, le si interrogatif se propage dans le latin des chrétiens* (VÄÄNÄNEN, 1967, p. 175).

³¹ *...la diffusion en fut peut-être encore aidée par les emplois parallèles de la particule grecque εἰ* (BOURCIEZ, 1967, p. 125).

grifo meu).³² A caracterização da mudança como um caso de gramaticalização não pode ser feita, entretanto, sem que, antes, sejam esclarecidos pelo menos três pontos do processo.

O primeiro, evidentemente, tem a ver com o caráter não lexical, mas já gramatical, da conjunção *si*, que representaria, nesse caso, o item-fonte do processo de gramaticalização.

O segundo ponto, também relacionado à definição de “gramaticalização”, relaciona-se ao que se entende pelo adjetivo “novo” em “nova função gramatical”. Se se considerar que a gramaticalização, em uma de suas acepções, a que está em Meillet (1948b) por exemplo, envolve a **criação** de novas funções gramaticais, o desenvolvimento de *si*-condicional para marcador de orações interrogativas, no latim, não poderia ser caracterizado como um caso de gramaticalização, já que a função de marcar uma oração dependente como interrogativa não foi “criada” no latim quando *si* condicional passou a desempenhar essa função. A conjunção *si*, como se viu, apenas substituiu as partículas interrogativas que já cumpriam essa função anteriormente.

O terceiro e último ponto a ser esclarecido diz respeito ao alcance da mudança de *si*-condicional a *si*-interrogativo. Se se considerar, juntamente com Bolinger (1978) e Diver (1964), que interrogativas polares indiretas são, assim como as orações condicionais, expressão de uma hipótese, tem-se de reconhecer que o desenvolvimento de *si*-condicional para *si*-interrogativo afetou não apenas a conjunção, mas também o modo de expressar hipóteses por meio de uma oração introduzida por *si* em latim: introduzindo uma oração condicional, *si* só permitia que fosse expressa uma hipótese com relação à qual uma outra declaração deve ser considerada; introduzindo uma oração interrogativa, a conjunção passa a permitir a expressão de uma hipótese a ser confirmada pelo interlocutor. O reflexo formal do desenvolvimento desse novo significado da oração iniciada por *si* encontra-se no modo como essa oração passa a combinar-se com uma outra oração: ao expressar uma hipótese do primeiro tipo, a oração é adverbial e mantém com a oração à qual ela se liga uma relação de adjunção; com seu segundo significado, a oração funciona como argumento de um verbo e passa a manter uma relação de complementação com a oração à qual ela se liga. Em outras palavras, a oração introduzida por *si* deixa de participar apenas de uma combinação de orações, que, nos termos de Matthiessen e Thompson (1988), é uma combinação hipotática para participar também de uma combinação caracterizada pelo encaixamento, pela subordinação estrita entre orações.

³² ...the process whereby lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions, and, once grammaticalized, continue to develop new grammatical functions (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. XV).

Na última seção desta parte, ao tentar esclarecer esses três pontos, busco caracterizar, em termos mais precisos, o processo pelo qual a conjunção *si* passou a ocupar o lugar das partículas interrogativas do latim, dando origem à oração completiva introduzida por *si*, da qual advém a completiva introduzida por *se* do português.

1.3. Uma caracterização geral da mudança

Primeiramente, cumpre deixar claro que, ao se falar da substituição das partículas interrogativas latinas pela conjunção *si*, não se entende que isso tenha ocorrido de forma total e abrupta em um dado momento no latim vulgar. Ao contrário, entende-se que esse processo, como, aliás, qualquer processo de mudança, deve ter-se caracterizado por estágios intermediários em que as partículas interrogativas e a conjunção *si* coexistiram e representaram formas variantes de marcar uma interrogativa polar indireta. Apenas uma investigação de dados representativos de diferentes fases do latim poderia, assim, revelar as particularidades do processo que levou à total eliminação das partículas nas interrogações indiretas e a sobrevivência da conjunção *si* nessas construções. Sem uma investigação desse tipo, que é muito difícil, senão impossível, dada a escassez de documentos autênticos³³, uma caracterização da mudança como a que se esboça nesta seção, com base na documentação feita por gramáticos e filólogos românicos, deve ser entendida estritamente como uma caracterização “ensaística”.

Conforme mencionei na seção anterior, a substituição das partículas interrogativas por *si* resulta no desenvolvimento de uma nova função gramatical para essa conjunção no latim. Esse fato, por si só, poderia levar à caracterização da mudança como um caso de gramaticalização, entendida nos termos de Hopper & Traugott (1993). Para isso, entretanto, não se pode entender por “nova função gramatical” uma função antes inexistente no sistema gramatical do latim e nele introduzida a partir da gramaticalização da conjunção *si*. “Nova função gramatical” só poderia significar, nesse caso, uma função, que *si* passou a desempenhar, “diferente” da que essa conjunção cumpria anteriormente, uma função, entretanto, já existente no sistema gramatical do latim.

³³ Maurer Jr. (1959), referindo-se à quase total inexistência de documentos escritos em latim vulgar, afirma: “A fonte mais segura para o conhecimento do latim vulgar é o conjunto das línguas românicas” (p. 6).

O problema, como já se deve ter suspeitado, relaciona-se simplesmente a concepções distintas de gramaticalização. Ignorá-lo, entretanto, parece imprudente, uma vez que ele remete a uma distinção, proposta por Meillet (1948b) e por ele aplicada ao desenvolvimento de conjunções nas línguas românicas (1948a), entre gramaticalização e outros processos de mudança, como a analogia.³⁴

Meillet (1948b) considera que há dois processos pelos quais novas formas gramaticais se constituem nas línguas: a analogia, que “consiste em criar uma forma segundo o modelo de uma outra”, e a gramaticalização, que “consiste na passagem de uma palavra autônoma ao papel de um elemento gramatical” (p. 130 e 131).³⁵ Meillet demonstra que, embora a analogia possa por vezes estar associada à criação de novas funções gramaticais, de um modo geral, ela apenas introduz no sistema gramatical novas formas para funções gramaticais já existentes. A gramaticalização, diferentemente, altera todo o sistema gramatical de uma língua, ao criar funções gramaticais para as quais, antes, não havia expressão lingüística. Há assim, em Meillet (1948b), uma associação entre analogia e **renovação** de funções gramaticais, e entre gramaticalização e **criação** de funções gramaticais. Meillet diz que:

Enquanto a analogia pode **renovar** os detalhes das formas, mas, mais freqüentemente, mantém intacto o plano de conjunto do sistema existente, a “gramaticalização” de certas palavras **cria** as novas formas, introduz categorias que não tinham expressão lingüística, transforma o conjunto do sistema.³⁶ (MEILLET, 1948b, p.133; grifos meus).

Em seu estudo sobre o desenvolvimento das conjunções, intitulado *Le renouvellement des conjonctions*, Meillet aponta que, embora possa haver casos de criação de formas conjuncionais a partir de outras palavras, o campo das conjunções é um dos mais propícios à **renovação analógica**, motivada pela necessidade de manter-se viva a força expressiva desses elementos. Com base em sua análise da passagem de elementos interrogativos a relativos e a

³⁴ Como se sabe, Antoine Meillet foi quem cunhou o termo “gramaticalização” e o relacionou aos estudos da mudança lingüística. Lehmann (2002) observa que o conceito de gramaticalização e as principais idéias subjacentes a ele se encontram em trabalhos mais antigos que o de Meillet (1912 [1948b]), desenvolvidos por outros estudiosos, como Condillac (1746), Horne Tooke (1786, 1805), Schlegel (1818), Humboldt (1822), e também nos trabalhos sobre a “Teoria da Aglutinação”, por exemplo, de Bopp (1816, 1833) e de Gabelentz (1891). Como Lehmann nota, foi, entretanto, Meillet quem, além de cunhar o termo “gramaticalização”, o aplicou aos estudos lingüísticos com o sentido que ele tem atualmente nos trabalhos sobre mudança lingüística.

³⁵ ...consiste à faire une forme sur le modèle d'une autre (MEILLET, 1948b, p. 130). ...consiste dans le passage d'un mot autonome au rôle d'élément grammatical (MEILLET, idem, p. 131).

³⁶ Tandis que l'analogie peut renouveler le détail des formes, mais laisse le plus souvent intact le plan d'ensemble du système existant, la «grammaticalisation» de certains mots crée des formes neuves, introduit des catégories que n'avaient pas d'expression linguistique, transforme l'ensemble du système (MEILLET, 1948b, p.133).

conjunções em línguas indo-européias e românicas, Meillet alerta para a importância de distinguir-se renovação (=analogia) de criação (=gramaticalização) nesse campo:

Um ponto importante, que não se deve jamais perder de vista, é que, em todas as línguas em que se observa a passagem de palavras para o papel de conjunção ou de relativo, já existiam conjunções e um relativo e que, por conseguinte, essas palavras tiveram apenas que se conformar aos modelos existentes. Imagina-se muito freqüentemente essa passagem como uma verdadeira criação a explicar tudo; na verdade, trata-se de nada mais do que renovações.³⁷ (MEILLET, 1948a, p. 168)

Lehmann (2002) observa que a falta de reconhecimento dessa distinção entre renovação e criação, estabelecida por Meillet, tem conduzido a equívocos que tentam pôr em xeque a questão da irreversibilidade do processo de gramaticalização. Lehmann cita, como exemplo, a proposta defendida por Lightfoot (1979), mas duramente rejeitada por Heine & Reh (1984), de que desenvolvimentos como a substituição das flexões de caso do latim por construções preposicionais nas línguas românicas, ou a marcação de tempos verbais por meio de auxiliares, e não mais por flexões, constituiriam casos de “desgramaticalização”, uma vez que eles representariam transformações de formas sintéticas em formas analíticas, processo inverso ao previsto para a ocorrência de gramaticalização. Lehmann demonstra que casos como esses são previstos pela gramaticalização, já que “se a evolução, nas escalas de gramaticalização, toma a forma de uma espiral, isso implica que formas alocadas próximo ao final da escala [i.e. formas sintéticas] podem ser substituídas por formas novas alocadas no início da escala [i.e. formas analíticas]” (LEHMANN, 2002, p.17).³⁸ Esses casos, entretanto, segundo Lehmann, não constituiriam nem gramaticalização nem desgramaticalização visto que “em uma escala de gramaticalização, ‘y substitui x’ é equivalente a ‘x é renovado por y’” (idem, p.18; grifos meus).³⁹ Conforme Lehmann observa, para que ocorresse “desgramaticalização”, “formas analíticas teriam de ser continuadoras históricas de formas sintéticas; mas isso, de fato, nunca acontece” (LEHMANN, 2002, p. 17).⁴⁰

³⁷ *Un point important, qu’il ne faut jamais perdre de vue, c’est que, dans toutes les langues où l’on observe le passage de mots au rôle de conjonction ou de relatif, il existait déjà des conjonctions et un relatif et que, par suite, ces mots n’ont eu qu’à se conformer à des modèles existants. On se représente trop souvent ce passage comme une véritable création à expliquer de toutes pièces; en réalité, il ne s’agit jamais que de renouvellements* (MEILLET, 1948a, p. 168).

³⁸ *If the evolution along grammaticalization scales takes the form of a spiral, this implies that forms which are given up near the end of the scale may be substituted by new forms entering at its beginning* (LEHMANN, 2002, p.17).

³⁹ *...within a grammaticalization scale, ‘y replaces x’ is equivalent to ‘x is renovated by y’* (LEHMANN, 2002, p.18).

⁴⁰ *For degrammaticalization to obtain, analytical forms would have to be historical continuants of synthetic forms; but this actually never happens* (LEHMANN, 2002, p.17).

Com base em Meillet, Lehmann, então, propõe que a relação diacrônica ‘y continua x’ seja claramente distinguida da relação ‘y substitui x’. O autor observa que, em uma escala de gramaticalização, apenas ‘y continua x’ equivale a ‘x é **gramaticalizado** em y’; ‘y substitui x’ equivale simplesmente a ‘x é **renovado** por y’. Exemplos de renovação apresentados por Lehmann são as formas *chiaramente*, do italiano, e *ce(lui) là*, do francês, que, nessas duas línguas românicas, substituíram, respectivamente, o advérbio *clare* e o pronome demonstrativo *ille* do latim.

As formas de artigo definido *le, la* do francês também são derivadas do pronome latino *ille, illa*. Entretanto, conforme Lehmann demonstra, *le, la* não são formas renovadas de *ille, illa* e de nenhuma outra forma latina, simplesmente porque o latim não tinha uma categoria correspondente à dos artigos franceses que pudesse ser renovada; *le, la* do francês são formas gramaticalizadas do latim *ille, illa*, e seu desenvolvimento caracteriza-se, assim, segundo Lehmann, pela inovação (= “criação”, de Meillet), em vez de pela renovação.⁴¹

Teoricamente, a distinção entre inovação e renovação é, portanto, clara. “Inovação” é um processo revolucionário; ele cria categorias gramaticais que não existiam na língua anteriormente. “Renovação”, por outro lado, é um processo conservador, uma vez que ele apenas introduz novas formas para antigas categorias. Como Lehmann ressalta, entretanto, na prática, o que se observa é a existência de vários casos de mudança limítrofes entre inovação e renovação, isto é, mudanças que são parcialmente renovadoras, parcialmente inovadoras.

A substituição das flexões de caso do latim por construções preposicionais nas línguas românicas, por exemplo, como Lehmann aponta, é conservadora apenas na medida em que nenhuma nova categoria gramatical é criada, mas as construções preposicionais das línguas românicas não são funcionalmente idênticas aos sufixos de caso do latim. Por um lado, as preposições fazem menos do que os sufixos, e a ordem de palavras nas línguas românicas supre as funções que as preposições não são capazes de cumprir, como marcar os papéis sintáticos de sujeito e objeto. Por outro lado, as preposições podem expressar distinções semânticas mais finas porque são em maior número do que os sufixos. Lehmann (2002) conclui daí que “a perda da flexão de caso do latim e a introdução de construções

⁴¹ Lehmann (2002) prefere chamar “inovação” o que Meillet (1912) chamou de “criação” porque, segundo ele, além de o termo “inovação” permitir um claro contraste com “renovação”, toda atividade linguística, incluindo a renovação, é uma atividade criativa (p.18).

preposicionais é renovadora na medida em que as funções das duas construções se sobrepõem, e é inovadora na medida em que essas funções não se sobrepõem” (p. 19).⁴²

A substituição das partículas interrogativas pela conjunção *si*, no latim, parece ser também um caso de mudança não totalmente inovador e tampouco totalmente renovador/conservador. A conjunção *si* renova a expressão das partículas interrogativas latinas, substituindo-as nas construções interrogativas indiretas. Assim como as partículas interrogativas, *si* funciona, portanto, como um marcador de ilocução interrogativa da oração que introduz. A mudança é então, desse ponto de vista, apenas renovadora/conservadora. Por outro lado, *si* faz menos do que faziam as partículas interrogativas. A conjunção sozinha não é capaz de expressar as diferentes nuances modais que eram indicadas pelas várias partículas interrogativas, e a inserção, nas construções interrogativas, de elementos indicadores dessas nuances, como predicados de incerteza epistêmica, advérbios de dúvida e de negação, passa, assim, a se tornar necessária para suprir essa função. Desse ponto de vista, de acordo com a proposta de Lehmann (2002), a mudança seria, portanto, inovadora.

Além de não caracterizar um caso de renovação pura, a mudança não envolve apenas a substituição de uma forma por outra, mas também o que Lehmann (2002) chama de “continuação” de uma forma. Conforme demonstrei na primeira seção deste capítulo, ao ocupar o lugar das partículas interrogativas, *si* continua a conjunção condicional, que passa a atuar, no latim, com uma nova função, isto é, a de marcador interrogativo. Dado que, conforme propõe Lehmann (2002), a relação ‘y continua x’ equivale a ‘x é gramaticalizado em y’, pode-se dizer que, embora a substituição das partículas interrogativas por *si* seja apenas um caso de renovação, seu resultado é a gramaticalização dessa conjunção, ou seja, o que se constata é que a renovação das formas de expressão de interrogativas indiretas no latim promoveu a gramaticalização de *si*-condicional a *si*-interrogativo.

Observações presentes em algumas das gramáticas e manuais latinos consultados sugerem, no entanto, que *si*-interrogativo é continuação de *si*-condicional, mas não em seu comportamento geral no latim. Um comportamento específico da oração com *si* parece ter facilitado, de forma mais direta, o desenvolvimento dessa nova função da conjunção.

Além de introduzir uma prótase condicional em construções como as exemplificadas na primeira seção deste capítulo, a conjunção latina *si* ocorria também em construções com verbos que indicavam uma expectativa, como *expectare* (esperar, ter esperança), ou um

⁴² ...the loss of Latin case inflection and the introduction of prepositional constructions is renovative to the extent that the functions of the two constructions overlap, and it is innovative to the extent that they do not (LEHMANN, 2002, p. 19).

esforço, como *conor* (tentar, esforçar-se), *experior* (tentar, experienciar), *tentare* (tentar, fazer uma tentativa). Nessas construções, o significado de *si* era “no caso de...”, “pelo caso de...”, “se por acaso...”, conforme documentam Ernout & Thomas (1972), Väänänen (1967), Parera (1953) e Ravizza (1958). Note-se, nos exemplos abaixo, que, embora corresponda a uma adverbial condicional, a oração introduzida por *si*, nesses casos, se estrutura de forma mais semelhante à de uma oração completiva:

- (40) a. *expecto, si quid dicas* (Plaut. *Trin.* 98)
j'attends pour voir si tu dis quelque chose.
 Espero para ver se dizes algo.

(VÄÄNÄNEN, 1967, p. 175)

- b. *hanc (paludem) si nostri transirent hostes expectabant* (Cés., *B.G.* 2, 9, I)
les ennemis attendaient au cas où (pour voir si) les nôtres traverseraient le marais.
 os inimigos esperavam para o caso de que (para ver se) os nossos atravessassem o pântano.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 319)

As traduções propostas por Väänänen e por Ernout & Thomas para as construções de (40a) e (40b) mostram que a função de *si*, nesses casos, não era propriamente introduzir uma condição, mas indicar o valor hipotético do conteúdo que se apresentava como complemento dos verbos de expectativa. A seguinte tradução para o português, proposta por Ravizza (1958), de uma construção semelhante a (40a-b), parece comprovar que essa era a função de *si* nessas construções latinas:

- (41) *expectabam si quid de eo ad me scriberes.*
 esperava **que** me escrevesse alguma coisa a respeito dele.

(RAVIZZA, 1958, p. 321)

Ravizza traduz para o português o complemento de *expectabam* em (41) por uma oração completiva introduzida pela conjunção *que*, sem indicar o valor hipotético de *si* nessa construção. Isso ocorre muito provavelmente porque, em português, o verbo “esperar”, com o sentido de “ter esperança” como em (41), já carrega em seu significado um valor hipotético, tornando desnecessário que esse valor seja indicado em seu complemento, o que a conjunção *si* fazia nessas construções.⁴³

⁴³ No grego moderno, a conjunção condicional *εἰ* é empregada em construções muito semelhantes às aquelas em que *si* ocorre com verbos de expectativa e esforço no latim. A conjunção condicional do grego pode ocorrer com verbos que denotam vários sentimentos, como surpresa, indignação, descontentamento, etc. Exemplos são: *καὶ ἐπειτα θαυμάζω, εἰ μου ἀπεστάσι* (eu me admiro que, depois disso, eles se revoltam contra mim!); *ὄλος διαπ[ο]νύμαι εἰ Ἑλενος χαλκούς ἀπόλε[σ]εν* (estou muito aborrecido porque Heleno perdeu o dinheiro) (BAILLY, 1950). Bailly diz que a função de *εἰ*, nesses casos, é “expressar, de uma forma hipotética, a causa do

Väänänen (1967), Parera (1953) e Ernout & Thomas (1972) apontam esse funcionamento de *si* como origem do desenvolvimento de *si*-interrogativo. Väänänen diz que: “O ponto de partida [para a substituição das partículas interrogativas por *si*] são os casos em que *si* possuía, depois de verbos de expectativa, o sentido de eventualidade ‘no caso de...’, ‘se por acaso’ (VÄÄNÄNEN, 1967, p. 175).⁴⁴ Parera afirma que: “O *si* interrogativo tem suas origens na evolução de seu significado condicional *no caso de*. Essa evolução tem suas raízes no latim arcaico e se desenvolve no latim clássico para culminar no latim da época imperial” (PARERA, 1953, p. 182).⁴⁵ E Ernout & Thomas declaram: “Esse emprego [da conjunção *si* nas interrogações indiretas das línguas românicas] é anunciado já no latim pela construção de *si* com os verbos de expectativa ou de esforço, com o sentido eventual de “no caso de”. Com o valor hipotético enfraquecido, *si* tornava-se completivo” (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 319).⁴⁶ Como exemplo desse enfraquecimento do valor hipotético de *si* e de seu funcionamento como conjunção completiva, Ernout & Thomas apresentam as seguintes construções:

(42) a. *canes aluntur in Capitolio ut significant si fures uenerint* (Cic., *R. Am.* 56).
os cães são treinados no Capitólio para avisar se os ladrões entrarem.

b. *temptemus tamen, si adhuc (oua) sorbilia sunt* (Pétr. 33, 5).
vejamos, no entanto, se os ovos ainda se deixam engolir.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 319)

Pode-se considerar, assim, que construções como (40) e (41), em que *si* se ligava a verbos de expectativa e esforço, atribuindo um valor hipotético ao conteúdo da oração que complementava esses verbos, representaram, no latim, o contexto que propiciou a reanálise da conjunção condicional como conjunção integrante e da oração introduzida por *si* como uma oração completiva.⁴⁷ O emprego da oração condicional reanalisada como completiva, em

sentimento experimentado”, razão pela qual essa conjunção ocorre **em vez de** *ὅτι* (*que*). Apesar das semelhanças entre o funcionamento da conjunção condicional nas construções grega e latina, não se pode afirmar, com certeza, que esse emprego da condicional no grego mantenha alguma relação com o uso de *si* diante de verbos que indicam expectativa e esforço no latim.

⁴⁴ *Le point de depart est dans les cas où si possédait, après les verbes d'attente, le sens d'éventualité 'au cas où', 'si par hasard'* (VÄÄNÄNEN, 1967, p. 175).

⁴⁵ *El si interrogative tiene sus orígenes en la evolución de su significado condicional en el caso que. Esta evolución tiene sus raíces en el latín arcaico y se desarrolla en el clásico para culminar en el latín de la época imperial* (PARERA, 1953, p. 182).

⁴⁶ *Cet employ est annoncé en latin même par la construction de si avec les verbes d'attente ou d'effort, au sens éventuel de «au cas où». La valeur hypothétique s'affaiblissant, si devenait complétif* (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 319).

⁴⁷ Entende-se por “reanálise”, aqui, o processo pelo qual ocorre uma redelimitação de fronteiras sintagmáticas entre os constituintes de uma sentença (cf. HOPPER & TRAUGOTT, 1993). No caso em questão, a oração passa

construções como (42a-b), deve, desse modo, ter servido como modelo para que *si* substituísse todas as partículas interrogativas do latim.

Seja em construções como em (40a-b) e (41) seja em uma estrutura reanalisada, como em (42a-b), a oração condicional em construções com verbos de expectativa e de esforço liga-se a outra oração de modo mais “tenso” do que quando ela se associa a uma apódose em construções como:

- (43) *Si librum mittas, pergratum facias.*
Se me mandasses o livro, far-me-ias um favor.

(RAVIZZA, 1958, p. 346)

A própria atuação da oração introduzida por *si* como uma prótase condicional desse tipo é, entretanto, resultado de uma forma menos tensa de expressar uma condição no latim. A origem da oração condicional encontra-se em construções em que *si* funcionava como advérbio, significando “neste caso, assim”, conforme atestam Ernout & Meillet (1951), Hofmann (1958), Climent (1971) e Ernout & Thomas (1972).⁴⁸ As construções a seguir ilustram o tipo de contexto a partir do qual *si* adquiriu o valor de conjunção condicional no latim:

- (44) a. *Meam rem non cures, si recte facias* (Pl., *Cap.* 632).
Tu não deverias te ocupar dos meus negócios, assim tu farias bem.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 374)

de adjunto a parte integrante do predicado matriz, do seguinte modo: [V] [oração condicional] → [V oração condicional].

⁴⁸ Não há consenso total com relação à etimologia de *si*-condicional. A maioria dos autores consultados considera que *si* é derivado do advérbio latino *sic*. Ernout & Meillet (1951), por exemplo, afirmam que “*si* é a mesma palavra que *sic*, sem a partícula posposta, e o sentido antigo é “neste caso, assim”, sem valor subordinante” (p. 1098). Climent (1971), entretanto, diz que *si* é derivado do pronome **sos* em sua forma de locativo **sei*, mas também considera que o significado original de *si* era “assim, deste modo, neste caso” (p. 263). Forcellini (1940) afirma que *si*, por vezes grafado *sei*, deriva do pronome grego *ei*, acrescido da letra sibilante aspirada, originalmente referindo-se a um antecedente, mas menciona a possibilidade, apontada por alguns estudiosos, de *si* equivaler à forma apocopada do subjuntivo *sit*. A falta de consenso, que, como se nota, refere-se mais à forma do que ao significado original de *si*, é ainda motivada pelo fato de *si* ter convivido como forma alternante de *sic* no latim, embora com funções completamente distintas, como mostra Gama (1974). A forma *sic* (~ *si*) era polissêmica no latim e, além de comportar-se como advérbio, significando “neste caso, assim”, podia funcionar, segundo Gama, como: (i) modificador de realce (de onde o fr. *si beau*); (ii) introdutor de orações optativas, sem valor subordinante (de onde o port. *Ah, se eu fosse rico!*); (iii) advérbio de oração (de onde o port. *sim* e *se* em uma afirmação veemente como *Você gostou? Se gostei!*); (iv) introdutor de orações principais (sem valor semântico específico, encontrado no antigo francês, antigo provençal e reto-romano); e (v) elemento coordenante equivalente a *et* (encontrado no antigo e médio francês, nas fases arcaicas do provençal, italiano, romeno e catalão, e no romeno atual). Assim, conforme observa Gama, apesar da possibilidade de *sic* ter originado *si*-condicional, “este, na sua evolução, se distanciou do SIC” (GAMA, 1974, p. 3). Ao considerar que o significado original de *si* no latim era “neste caso, assim, desse modo”, adoto, portanto, a visão mais consensual de que *si* é derivado do advérbio *sic*, sem, entretanto, descartar a possibilidade de ter havido, na origem dessa conjunção, uma influência da forma grega *ei*, conforme considera Forcellini (1940).

b. *Quiesce, si sapi* (Pl. Mo. 1173).
Aquiete-se, assim/desse modo você é sábio.

c. *Virgium hic auferas, si sapias* (Pe. 797).
Você renunciará àquela batalha, assim/neste caso serás sábio.

(ERNOUT & MEILLET, 1951, p. 1098)

Em cada uma dessas construções, o conteúdo da oração introduzida por *si* equivale a uma conseqüência que poderá ser observada no caso de realizar-se o fato expresso na oração antecedente, não marcada por *si*. A oração antecedente (“A”) expressa, assim, uma condição para a realização de um resultado e é referida anaforicamente por *si* na oração conseqüente (“B”). A relação que *si* estabelece entre as duas orações, nesses casos é, portanto: “A (condição), *si* (assim) B (conseqüência/resultado)”.

A partir dessa relação entre os conteúdos das orações, *si* teria deixado de referir-se anaforicamente à condição expressa em A para referir-se cataforicamente a ela, encabeçando A, e não mais B, do seguinte modo: “*si* A (condição), B (conseqüência/resultado).⁴⁹ Com seu valor demonstrativo enfraquecido, *si* se tornaria o marcador de orações condicionais por excelência no latim.

Traugott (1985) nota que essa mudança que origina a conjunção condicional no latim é freqüentemente observada na história das conjunções. A partir desse mesmo processo, pelo qual advérbios que se referiam anaforicamente a uma porção textual passam a referir-se cataforicamente a ela, teriam sido derivadas, por exemplo, a conjunção condicional ‘*εἰ*’ do grego, que, originariamente, significava “isso, assim” (GONDA, 1956, apud TRAUGOTT, 1985), e a conjunção causal *car* do francês, originária do latim *quā rē* (“por aquela coisa, assim”). Essa última, segundo Traugott, se origina pelo seguinte processo: “A. *quā rē* B. → *quā rē* A, B. → B, *car* A. (em cada fase A é a causa, B é o resultado)” (TRAUGOTT, 1985, p. 301).

Na história das conjunções condicionais, um fato também muito comum, segundo Traugott (1985), é que essas conjunções em geral derivam de fontes gramaticais, como é o caso de *si* latino, e não de fontes lexicais representadas por palavras que se referem a objetos concretos. Para Traugott, essa tendência com relação à origem dos marcadores condicionais pode explicar-se do seguinte modo:

⁴⁹ A necessidade de renovar a força expressiva da relação, indicada por Meillet (1948a), pode ter sido uma das motivações para a mudança também nesse caso.

Uma vez que a relação *se A então B* é bastante abstrata, envolvendo pressuposições sobre mundos possíveis e hipotéticos, talvez não seja surpreendente que as condicionais sejam amplamente derivadas de palavras gramaticais que são por si mesmas bastante abstratas; isso em si é um exemplo de iconicidade no nível lexical.⁵⁰ (TRAUGOTT, 1985, p.293)

Meillet (1948a) também se refere ao fato de palavras gramaticais dificilmente serem derivadas de fontes lexicais e aponta que “...na etimologia de partículas e palavras acessórias de frase, o sentido inicial das palavras consideradas é o que menos importa” (p. 169).⁵¹ E mais adiante, referindo-se à formação das conjunções, afirma: “...seria inútil procurar nos sentidos iniciais da palavra que se tornou uma conjunção o princípio do desenvolvimento de sentidos dessa conjunção; **é o papel na frase que decide tudo**” (MEILLET, 1948a, p.170; grifo meu).⁵²

A partir dos diferentes comportamentos de *si* apresentados nesta seção, pode-se propor que o desenvolvimento dessa forma no latim, até a sua função como conjunção integrante, se tenha dado do modo como ilustra o esquema abaixo.⁵³

	Si (c)₁	>	Si₂	>	Si₃	>	Si₄
PROPRIEDADES	advérbio, equivalente a “neste caso, assim, desse modo; marca a relação “A, si B”		conjunção condicional; marca a relação “si A, B”		conjunção condicional com verbos de expectativa e esforço		conjunção integrante; substitui as partículas interrogativas <i>-ne, nonne, num e an</i>
MODO DE COMBINAÇÃO DAS ORAÇÕES RELACIONADAS POR SI	parataxe	>	hipotaxe	>	hipotaxe (+dependente)	>	subordinação

Figura 2: Escala de desenvolvimento de ‘si’ no latim

⁵⁰ *Since the if A then B relationship is rather abstract, involving presuppositions about possible and hypothetical worlds, it is perhaps not surprising that conditionals are largely derived from grammatical words that are themselves rather abstract; this in itself is an example of iconicity at the lexical level* (TRAUGOTT, 1985, p. 293).

⁵¹ *...dans l’etymologie des particules et mots accessoires de phrases, le sens initial des mots considérés est ce que importe le moins* (MEILLET, 1948a, p. 169).

⁵² *...il serait vain de chercher dans le sens initial du mot que a fourni une conjonction le principe du développement de sens de cette conjonction; c’est le rôle dans la phrase qui décide de tout* (Meillet, 1948a, p.170).

⁵³ Evidentemente, não se entende que o desenvolvimento de cada uma das novas funções de *si* no latim ocorreu linearmente, como sugere a disposição dessas funções na escala, e nem que, ao se desenvolver com uma nova função mais à direita, *si* necessariamente tenha deixado de desempenhar a função mais antiga, à esquerda da escala. Vale, nesse sentido, a seguinte ressalva feita por Leão (1961) com relação ao desenvolvimento de *si*-condicional: “...as fases não devem procurar-se no tempo, mas no pensamento; trata-se de seqüência antes lógica do que cronológica” (LEÃO, 1961, p. 25).

Dois aspectos desse desenvolvimento autorizam caracterizá-lo como um caso de gramaticalização, ainda que não prototípico. Em primeiro lugar, o percurso de mudança de *si* envolve “criação” de funções gramaticais, nos termos de Meillet (1948a) – ou “inovação”, nos termos de Lehmann (2002) – em dois pontos: em “ $si_2 > si_3$ ”, e em “ $si_3 > si_4$ ”. Até onde se sabe, não há evidência de que a função de marcar como hipotético o conteúdo do complemento de um verbo *irrealis* fosse cumprida, no latim, por uma outra forma e de um modo diferente da ocorrência de *si*-condicional com verbos de expectativa e de esforço, o que sugere que essa função tenha sido criada a partir do desenvolvimento de $si_2 > si_3$. A substituição das partículas interrogativas por *si* ($si_3 > si_4$), conforme apontei anteriormente, também tem seus aspectos inovadores, na medida em que, com essa substituição, criou-se para predicados encaixadores de oração interrogativa, associados a advérbios de dúvida e de negação, a função de indicar graus de (in)certeza, antes indicados pelas diferentes partículas interrogativas, impossíveis de serem expressos unicamente por *si*.

Em segundo lugar, apesar de o desenvolvimento de *si* não envolver, em nenhum de seus estágios, a atribuição de função gramatical a uma palavra previamente lexical ou autônoma, como ocorre nos casos prototípicos de gramaticalização, em cada uma das fases de seu desenvolvimento, *si* tem seu funcionamento gramatical ampliado no latim, o que também equivale a um processo de gramaticalização do modo como o define, por exemplo, Kuryłowicz: “Gramaticalização consiste no crescimento do limite de um morfema que avança de um status lexical a um status gramatical **ou de um estatuto menos gramatical a um mais gramatical...**” (KURYŁOWICZ, 1965, p. 52, apud LEHMANN, 2002; grifo meu).⁵⁴

O estatuto mais gramatical que *si* possui, ao desenvolver-se com as funções mais à direita da escala, pode ser identificado tanto com relação à mudança categorial por que passa esse item em seu primeiro estágio de desenvolvimento ($si_1 > si_2$) quanto no que diz respeito ao modo como são combinadas, ao longo do processo, as orações interligadas por *si*.

A relação entre mudança categorial e elevação do estatuto gramatical de uma forma é proposta por Hopper & Traugott (1993). Esses autores observam que os itens de uma língua podem ser classificados como representativos de categorias gramaticais maiores ou menores, conforme as propriedades de determinado item o tornem mais próximo ou mais distante de itens lexicais prototípicos. Assim, nomes e verbos, classes relativamente “abertas”, representam categorias maiores, e preposições, conjunções, verbos auxiliares e pronomes,

⁵⁴ *Grammaticalization consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical status...* (KURYŁOWICZ, 1965, p. 52, apud LEHMANN, 2002).

classes relativamente “fechadas”, são representativos de categorias menores. Adjetivos e advérbios são, por sua vez, categorias intermediárias.

A partir dessa classificação, Hopper e Traugott mostram que há uma forte tendência para que categorias maiores se desenvolvam em categorias menores, conforme ilustra o seguinte *cline* apresentado por esses autores:⁵⁵

categoria maior (> adjetivo/advérbio) > categoria menor

Figura 3: *Cline de categorialidade* (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 104)

Hopper & Traugott denominam “de categorização” esse processo pelo qual um item pertencente a uma categoria maior passa a ser membro de uma categoria menor, e apontam que, uma vez que membros de uma categoria menor são mais gramaticais do que os que pertencem a uma categoria maior, uma estreita correlação existe entre a de categorização de um item e o aumento de seu estatuto gramatical.⁵⁶

Desse modo, pode-se dizer com relação a *si* que, ao passar de advérbio (categoria intermediária) a conjunção (categoria menor) no latim, esse item teve seu estatuto gramatical aumentado, ou seja, *si* tornou-se “mais gramatical”, o que torna a mudança um caso de gramaticalização, na acepção de Kuryłowicz (1965).

Uma vez transformado em conjunção e, portanto, já como representante de uma categoria menor, *si* não mais se sujeita à “de categorização” e, a partir de seu segundo estágio de desenvolvimento, o estatuto mais gramatical que essa conjunção adquire passa a refletir-se no modo como se combinam as orações interligadas por ela. Como mostra a escala na figura 2, na medida em que *si* passa a desempenhar funções mais à direita da escala, aumenta o grau de dependência entre as orações que esse item conecta.

A elevação no grau de dependência de um elemento com relação a outro é também uma característica dos processos de gramaticalização, como se nota a partir da seguinte afirmação de Hopper & Traugott (1993) a respeito dos vários processos de mudança que podem acompanhar a gramaticalização, mas que nem sempre são característicos dela: “O

⁵⁵ Hopper & Traugott alertam que “...uma vez que há sempre um período de sobreposição entre formas e/ou funções mais antigas e mais novas de um morfema, o *cline* não deve ser entendido como uma linha em que tudo está em seqüência” (...because there is always a period of overlap between older and newer forms and/or functions of a morpheme, the *cline* should not be thought of as a line in which everything is in sequence) (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 105).

⁵⁶ Nesse mesmo sentido, a “de categorização” já havia sido proposta por Hopper (1991) como um princípio de gramaticalização.

subconjunto de processos que são particulares à gramaticalização são aqueles que ao longo do tempo tornam **elementos mais independentes menos independentes**” (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 62; grifo meu).⁵⁷

A questão do aumento no grau de dependência de uma forma encontra-se também no centro da proposta de Hopper & Traugott (1993) para a gramaticalização envolvendo exclusivamente orações. Para os autores, quanto maior o grau de dependência de uma oração com relação a uma outra oração tanto maior o seu grau de gramaticalização. O desenvolvimento de uma oração que se origina em uma combinação paratática e chega à subordinação, passando pela hipotaxe, corresponde, assim, a um processo de gramaticalização dessa oração.

Essa proposta de Hopper & Traugott para a gramaticalização de orações será apresentada de forma mais detalhada no capítulo seguinte. Pode-se apontar aqui, porém, que o fato de as orações introduzidas por *si* exibirem, no latim, a trajetória de desenvolvimento proposta por Hopper & Traugott (1993), ou seja, da parataxe ($si(c)_1$) à hipotaxe (si_2, si_3) e daí para a subordinação (si_4), é mais um aspecto que associa o desenvolvimento de *si* à gramaticalização.

Um outro aspecto característico da gramaticalização estará implícito em várias partes deste trabalho. Trata-se da “persistência”, proposta por Hopper (1991) como um princípio de gramaticalização freqüentemente observado nos casos em que ocorre esse tipo de mudança. O princípio da persistência, dado por Hopper, prevê que:

Quando uma forma se gramaticaliza de uma função lexical a uma função gramatical, na medida em que isto seja gramaticalmente viável, alguns traços de seus significados lexicais originais tendem a aderir a ela, e particularidades de sua história lexical podem estar refletidas em restrições de sua distribuição gramatical.⁵⁸ (HOPPER, 1991, p. 22).

O princípio, evidentemente, não pode aplicar-se integralmente ao caso em estudo, já que, conforme demonstrei ao longo desta seção, a fonte a partir da qual se origina a conjunção integrante *se* não é um item lexical. Ainda assim, o princípio da persistência estará presente, uma vez que, como se verá ao longo deste trabalho, o significado básico da oração condicional se mantém na oração completiva introduzida por *se*, e o fato de o conteúdo

⁵⁷ *The subset of processes that are particular to grammaticalization are those over time render more independent elements less independent* (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 62).

⁵⁸ *When a form undergoes grammaticalization from a lexical to a grammatical function, so long as it is grammatically viable some traces of its original lexical meanings tend to adhere to it, and details of its lexical history may be reflected in constraints on its grammatical distribution* (Hopper, 1991, p. 22).

expresso nesse tipo de oração completiva ser um conteúdo hipotético impõe, por exemplo, restrições quanto ao tipo de verbo que uma oração introduzida por *se* pode complementar.

Ao significado basicamente hipotético de uma oração completiva introduzida por *se* estão também relacionadas diferenças de comportamento que se observam entre essa oração e o complemento oracional introduzido por *que*, inclusive no que diz respeito à mudança por que podem passar esses dois tipos de oração completiva. Conforme será demonstrado, em razão de seu significado hipotético a oração completiva com *se* não atinge o ponto máximo de gramaticalização que a completiva introduzida por *que* pode atingir e, por isso, o resultado da mudança por que pode passar essas orações se mostra diferente.

3 ABORDAGEM FUNCIONALISTA PARA O TRATAMENTO DAS ORAÇÕES COMPLETIVAS E DE SUA GRAMATICALIZAÇÃO

O propósito deste capítulo é expor as principais bases teóricas da pesquisa, nas quais se fundamentam as análises que se apresentam no capítulo seguinte. Mostro, primeiramente, que, em grande parte dos estudos sobre as construções completivas, o predicado matriz tem recebido uma atenção maior do que o complemento oracional. Ao se descreverem propriedades semânticas dos predicados complementáveis por oração, por exemplo, o conteúdo da oração completiva tem apenas um papel auxiliar na caracterização dos predicados. As propriedades semânticas das orações completivas em si raramente são contempladas. Uma caracterização dos complementos oracionais do ponto de vista do significado que eles expressam se encontra, conforme demonstro, na teoria da Gramática Funcional (DIK, 1997). Nessa teoria, as orações completivas são consideradas equivalentes a diferentes unidades semântico-funcionais. Adoto, neste trabalho, essa abordagem da Gramática Funcional e mostro, já neste capítulo, como se comportam as orações completivas introduzidas por *que* e por *se*, investigadas nesta pesquisa, em termos de diferentes unidades semântico-funcionais, conforme essa proposta teórica. Apresento esse comportamento das orações completivas em correlação com os diferentes tipos semânticos de predicado que elas complementam, a fim de mostrar que, nas análises das construções completivas investigadas, é possível reunir propriedades semântico-funcionais do predicado matriz e do complemento oracional. A última seção deste capítulo é dedicada a considerações sobre a gramaticalização das construções completivas, o que constitui o foco central deste trabalho. Busco demonstrar, nessa parte, de que modo e por que a gramaticalização de uma completiva introduzida por *se* é diferente da gramaticalização de uma completiva introduzida por *que*. Ao final, discuto a possibilidade de que haja uma estreita correlação entre o grau de integração/gramaticalização das orações completivas e o tipo de unidade semântico-funcional que elas representam, de acordo com a abordagem da Gramática Funcional.

3.1 As orações completivas em uma abordagem funcionalista: predicções, proposições e atos de fala encaixados

O tratamento mais comumente dispensado à complementação é o que focaliza o modo como propriedades dos constituintes envolvidos interagem para determinar as reais possibilidades (ou impossibilidades) de um constituinte complementar (ou ser complementado por) um outro constituinte. A visão sobre que tipos de propriedades são relevantes para determinar essas (im)possibilidades é o ponto que distingue as diferentes concepções teóricas sobre o assunto. Dentre elas, Faber & Usón (1999) consideram como principais as seguintes:

- (i) **Concepção sintática:** a complementação e a questão da seleção de complementos são exclusivamente sintáticas (CHOMSKY, 1965; ROSENBAUM, 1967; BRESNAN, 1970, 1979).
- (ii) **Concepção sintático-semântica:** a complementação é semântica, mas a seleção real do complemento é sintática (GRIMSHAW, 1979).
- (iii) **Concepção semântica:** a complementação e a seleção de complementos são exclusivamente semânticas (GIVÓN, 1980, 1984, 1989, 1990; DIK, 1997; FOLEY & VAN VALIN, 1984; VAN VALIN & WILKINS, 1993; VAN VALIN, 1993; LEVIN, 1995; LEVIN & RAPPAPORT, 1986).

Conforme apontam Faber & Usón, nas abordagens que seguem a primeira concepção, a complementação é tratada em termos de configurações sintáticas que são estabelecidas para os constituintes de uma língua de acordo com a estrutura formal de seus complementos.

As abordagens orientadas pela segunda concepção consideram que os tipos de complementação dependem tanto de propriedades sintáticas quanto de propriedades semânticas, mas uma maior relevância é atribuída a propriedades sintáticas dos constituintes. Nessas abordagens, sintaxe e semântica são componentes que operam separadamente, e cabe à informação semântica dos constituintes apenas o papel de suplementar o ambiente de complementação, prioritariamente determinado por traços sintáticos.

Os representantes das abordagens que se orientam pela terceira concepção, por outro lado, consideram que os fatores determinantes das formas de complementação são de ordem semântica, e argumentam que, a partir dos significados dos constituintes, os ambientes de complementação se tornam altamente previsíveis.

Casos de complementação que envolvem uma oração como argumento de um verbo há muito têm sido tratados em estudos que adotam essa concepção semântica de complementação, que é, aliás, a que mais se coaduna com este trabalho, dado que a concepção de linguagem que aqui se adota é funcionalista.

Com relação aos verbos complementados por oração, por exemplo, tem-se demonstrado que, com alguns deles, o conteúdo da oração completiva pode ser pressuposto como um fato verdadeiro ou como um evento realizado; com outros, no entanto, nenhuma

pressuposição desse tipo é veiculada. De acordo com a característica de indicarem ou não uma pressuposição quanto ao valor de verdade de seus complementos oracionais, os seguintes tipos de verbos complementados por oração são distinguidos na literatura:

- (i) **Implicativos:** predicados que comprometem o falante com a verdade da proposição expressa no complemento (KARTTUNEN, 1970).

Um exemplo de predicado implicativo em português é *conseguir*. Observe-se que a expressão de (45a), por exemplo, implica que o falante aceita como verdadeiro o conteúdo da oração completiva de *conseguir* em (45b), isto é, que o evento expresso no complemento oracional de fato se realizou. Quando *conseguir* aparece negado, como em (45c), a negação escopa o conteúdo da oração completiva, e a implicação é que o falante aceita como verdadeiro que o evento no complemento oracional **não** se realizou (o conteúdo em (45d)).

- (45) a. Ana conseguiu que o professor adiasse a prova.
 b. A prova foi adiada.
 c. Ana **não** conseguiu que o professor adiasse a prova.
 d. A prova não foi adiada.

- (ii) **Não-implicativos:** predicados que, sejam afirmados sejam negados, não implicam a verdade do complemento oracional (GIVÓN, 1984).

Comporta-se como predicado não-implicativo em português o verbo *querer*, por exemplo. Note-se que a construção de (46a), abaixo, não implica nem a verdade de (46b) nem a de (46c), do mesmo modo que (46d), com *querer* negado, não pressupõe como verdadeiro nem o conteúdo de (46e) nem aquele de (46f).

- (46) a. João quis que Ana saísse da sala.
 b. Ana saiu da sala.
 c. Ana não saiu da sala.
 d. João **não** quis que Ana saísse da sala.
 e. Ana saiu da sala.
 f. Ana não saiu da sala.

- (iii) **Factivos:** predicados que pressupõem a verdade do complemento oracional, independente de ser esse predicado negado ou afirmado. Nos termos de Kiparsky & Kiparsky (1970), em construções com predicados factivos, “o falante

pressupõe que a oração encaixada expressa uma proposição verdadeira e faz uma afirmação sobre essa proposição” (p. 348).¹

Em português, um verbo que pode comportar-se como factivo é *saber*. Ao expressar a construção de (47a), por exemplo, o falante pressupõe que “Ana deixou o país” é uma proposição verdadeira, e afirma o conhecimento (em (47a)) ou o desconhecimento de João (em (47b)) sobre esse **fato**. Em ambos os casos, o conteúdo da completiva de *saber* (em (47c)) é entendido como *factual*.

- (47) a. João sabe que Ana deixou o país.
 b. João **não** sabe que Ana deixou o país.
 c. Ana deixou o país.

- (iv) **Não-factivos**: predicados que, independentemente de serem negados ou afirmados, não pressupõem nenhum valor definido quanto à verdade ou quanto à falsidade do complemento (GIVÓN, 1984).

O verbo *dizer*, nas construções de (48) abaixo, é do tipo não-factivo. O conteúdo da oração completiva de *dizer*, seja esse verbo afirmado, como em (48a), seja negado, como em (48b), não é pressuposto como verdadeiro nem como não verdadeiro, e tanto (48c) quanto (48d) são interpretações possíveis para o complemento oracional.²

- (48) a. Ana disse que viria.
 b. Ana **não** disse que viria.
 c. Ana veio.
 d. Ana não veio.

As análises de significados pressuposicionais envolvidos em construções com orações completivas, como as que se encontram em Karttunen (1970), Kiparsky & Kiparsky

¹ *The speaker presupposes that the embedded clause expresses a true proposition, and makes some assertion about that proposition* (KIPARSKY & KIPARSKY, 1970, p. 348).

² A classificação dos verbos quanto à propriedade de pressuporem ou não um valor de verdade de seus complementos oracionais inclui outros tipos, tais como verbos “contrafactivos” (e.g. *tentar*), “implicativos negativos” (e.g. *falhar*), “não-factivos negativos” (e.g. *duvidar*) (veja, por exemplo, Karttunen, 1970; Givón, 1984; e Neves, 2000). Os quatro tipos apresentados mostram-se, entretanto, suficientes para a classificação dos verbos complementados pelas orações finitas investigadas neste trabalho e, ainda que alguns desses verbos possam ser subclassificados, ao analisar os dados da pesquisa, optei por não fazer isso devido à própria natureza do trabalho, cujo foco está sobre o complemento oracional e não, propriamente, sobre os tipos de verbos que selecionam esses complementos. Assim, na análise dos dados, considerei o verbo “duvidar”, por exemplo, simplesmente como “não-factivo”, em vez de “não-factivo negativo” (cf. NEVES, 2000).

(1970) e em Givón (1984), são indiscutivelmente cruciais para uma abordagem semântico-funcional da complementação oracional. É fato, entretanto, que elas focalizam muito mais o significado dos verbos do que o das orações que os complementam. Observe-se que, na classificação dos verbos em implicativos/não-implicativos e factivos/não-factivos, o conteúdo do complemento oracional é analisado como factual/não-factual ou realizado/não-realizado apenas em função de significados pressupicionais do predicado matriz. Nos estudos citados, não se propõe uma classificação semântica dos complementos oracionais como é feito para os verbos encaixadores de oração.

Kiparsky & Kiparsky (1970) envolvem o complemento oracional em suas análises, mas com a finalidade de mostrar que a *forma sintática* desses complementos é determinada e, assim, pode ser previsível a partir do valor pressupicional do verbo matriz.³ Karttunen (1970), que se volta mais à análise de verbos implicativos, no entanto, afirma que “...em geral parece não haver relação entre as propriedades semânticas de um verbo e o tipo sintático da oração completiva que ele seleciona” (p. 334) e, evidentemente, não envolve em suas análises o complemento oracional.⁴

Uma proposta de se considerar nas análises o significado também da oração completiva, e não apenas o de seu predicado matriz, encontra-se em alguns estudos desenvolvidos sob a perspectiva da teoria da Gramática Funcional de linha holandesa, especificamente em Dik (1997), Dik & Hengeveld (1991), Hengeveld (1990a, 1990b,) e em Bolkestein (1990, 1992). Nesses estudos, as orações completivas são tratadas como diferentes unidades semântico-funcionais.

Na teoria da Gramática Funcional (GF, daqui em diante), distinguem-se três unidades semântico-funcionais básicas: *predicação* (nuclear, central e estendida), *proposição* e *ato de fala*. Cada uma delas designa uma camada (*layer*) da “estrutura em camadas da oração” (*layered clause structure*), um esquema abstrato a partir do qual as expressões lingüísticas são descritas na GF. As camadas da estrutura da oração, por sua vez, são compostas por entidades distintas, que equivalem às entidades de diferentes ordens

³ O objetivo do trabalho de Kiparsky & Kiparsky (1970) é, de fato, o de atestar a interface sintaxe-semântica, com base no sistema de complementação do inglês. Ao demonstrarem que a pressuposição do falante quanto à verdade do complemento exerce importante papel na determinação da forma em que o complemento aparece na estrutura superficial, eles foram os primeiros a reconhecer a existência de predicados factivos e não-factivos, como aponta Dik (1997). A análise dos autores acerca dos complementos finitos, no entanto, envolve apenas os complementos declarativos (introduzidos por *that*), aos quais são comparadas diferentes formas de complementos oracionais não-finitos.

⁴ ...in general there appears to be no connection between the semantic properties of a verb and the syntactic type of complement clause it takes (KARTTUNEN, 1970, p. 334).

propostas por Lyons (1977), e se distribuem hierarquicamente pela estrutura em camadas da oração, como mostra a figura 4.

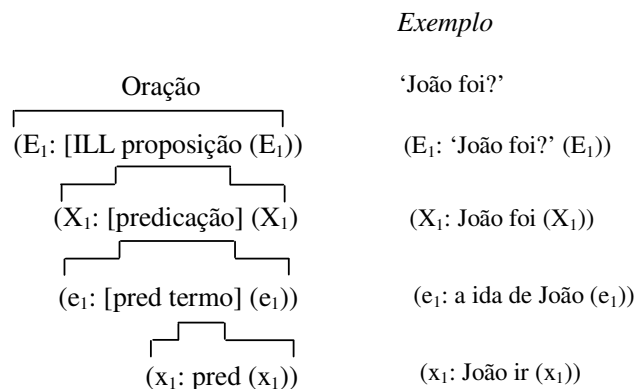


Figura 4: *Disposição hierárquica das camadas da oração* (adaptada de Hengeveld, 1990)

A camada mais baixa é composta pelo predicado (‘pred’, e.g. *ir*) e seus argumentos (‘x’), que, em geral, correspondem a *indivíduos* (e.g. *João*), entidades de primeira ordem, possíveis de serem localizadas no espaço e avaliadas quanto a sua existência. Da combinação do predicado com seus argumentos, resulta um estado-de-coisas (‘e’) potencial (e.g. *a ida de João*), que integra a segunda camada da estrutura. Nesse nível, o estado-de-coisas é especificado temporalmente e forma um *evento* (e.g. *João foi*), uma entidade de segunda ordem, localizada no espaço e no tempo e que pode ser avaliada quanto à sua realidade. Na camada superior, esse evento forma a predicação, que, por sua vez, serve de base para a formação da proposição, que contém um *fato possível* (e.g. *João foi*), uma entidade de terceira ordem, que não se localiza nem no espaço nem no tempo e que é avaliada apenas em termos de sua verdade/falsidade. Na quarta e última camada, a proposição é revestida de força ilocucionária e forma um ato de fala (e.g. *João foi?*), entidade de quarta ordem, localizada tanto no tempo quanto no espaço e avaliada quanto à sua *felicidade*, ao seu grau de adequação ao contexto comunicativo. Chega-se, assim, à formação completa de uma oração.⁵

⁵ Atualmente, os estudos dentro da teoria da Gramática Funcional têm-se desenvolvido na direção de uma “Gramática Funcional do Discurso”, com o propósito de adequar o modelo teórico à descrição de unidades maiores do que a oração. As unidades semântico-funcionais originalmente consideradas pela teoria continuam a vigorar nessa nova abordagem, mas outras são inseridas, tais como “atos de discurso”, “*moves*” (aproximadamente, estruturas de “troca” (*exchange*) em uma conversação) e “episódios” (veja, a esse respeito, Hengeveld, 2004, 2005; Hengeveld & Mackenzie, 2006). Dados os propósitos deste trabalho, a teoria da Gramática Funcional é utilizada apenas em sua versão padrão. Uma análise de orações completivas do português com base no modelo de Gramática Funcional do Discurso encontra-se em Hengeveld et al. (2006).

Cada camada contém, ainda, seus próprios operadores (meios gramaticais, de aplicabilidade obrigatória) e satélites (meios lexicais, de aplicabilidade opcional), responsáveis por atribuir alguma informação adicional à estrutura nuclear das camadas. Na primeira camada (a mais baixa), encontram-se operadores e satélites que especificam informações relacionadas à organização interna do estado-de-coisas, tais como tempo e aspecto, ou informações que dizem respeito à relação entre um participante e o estado-de-coisas, como as que se referem a habilidade, volição, obrigação e permissão (modalidade inerente). Na segunda camada, localizam-se operadores e satélites que indicam a localização temporal e espacial do estado-de-coisas, a negação desse estado-de-coisas ou, ainda, que expressam significados relacionados à avaliação do falante sobre a realidade do estado-de-coisas (modalidade epistêmica objetiva). Sobre a estrutura presente na terceira camada, podem atuar operadores e satélites referentes à avaliação do falante sobre a verdade da proposição e ao seu grau de comprometimento com essa avaliação. Sobre o ato de fala, presente na última camada, por fim, atuam operadores e satélites que especificam informações sobre a força ilocucionária do ato, seu modo de realização, sua posição em uma série de atos, ou sobre sua relevância para o contexto comunicativo em que ele ocorre (DIK, 1989, 1997; HENGEVELD, 1988).

Como mostra o esquema na figura 4, a distribuição hierárquica das diferentes camadas na estrutura da oração se dá em ordem crescente de complexidade, e as camadas mais baixas, incluídos os operadores e satélites específicos a cada uma delas, estão contidas nas camadas mais altas. Desse modo, uma estrutura que se situa em uma camada superior pode ser especificada por operadores e satélites característicos de camadas mais baixa, além daqueles próprios de seu nível. Operadores e satélites próprios de uma camada superior, entretanto, não operam sobre as estruturas que compõem as camadas mais baixas. Um ato de fala, por exemplo, pode conter um operador de modalidade, de negação, de tempo, etc, mas operadores de força ilocucionária, próprios da camada do ato de fala, não atuam sobre proposições, eventos, ou sobre estado-de-coisas (BOLKESTEIN, 1990; HENGEVELD et al., 2006).

A estrutura contida na camada mais baixa do esquema (predicado + argumentos) é denominada, pela GF, *predicação nuclear*; a estrutura que representa um estado-de-coisas potencial, na camada superior, denomina-se *predicação central*; e a estrutura presente na camada imediatamente superior, representativa de um evento, é chamada *predicação estendida* ou, simplesmente, *predicação*. As estruturas contidas nas duas camadas mais

altas, que representam um fato possível e um ato de fala, são referidas como estrutura de *proposição* e estrutura de *ato de fala*, respectivamente.

Com exceção da predicação nuclear, presente na camada mais baixa, todas as outras estruturas são consideradas *unidades semântico-funcionais*, isto é, unidades lingüísticas que se referem a um estado-de-coisas potencial, a um evento, a um fato possível ou a um ato de fala (HENGEVELD, 1990a). É em termos dessas unidades semântico-funcionais que as orações completivas são tratadas na GF.

Reconhece-se, assim, na teoria da GF, que predicações, proposições e atos de fala, que compõem a estrutura de orações simples, podem aparecer também na forma de orações subordinadas, encaixadas na posição de argumento de predicados, conforme exemplificam as construções em (49).⁶

- (49) a. Ana disse: “**João vai viajar**”. (ato de fala)
 b. Ana sabe que **João vai viajar**. (proposição)
 c. Ana viu João **arrumando as malas para viajar**. (predicação)
 d. Ana sabe da **ida de João para São Paulo**. (predicação central)

O complemento de *dizer*, em (49a), é o ato de fala produzido por Ana, e a oração completiva tem, assim, o estatuto de um *ato de fala*. Em (49b), o que Ana sabe é um fato possível, que pode ser avaliado em termos de sua verdade/falsidade, e a completiva representa uma *proposição*. O complemento de *ver* em (49c) é uma entidade que se avalia em termos de realidade/irrealidade, um evento, e a oração em que esse evento é expresso representa, portanto, uma *predicação*. E em (49d), o complemento expressa o estado-de-coisas sobre o qual Ana tem conhecimento e representa, assim, uma *predicação central*. A atuação de um operador de proposição como *certamente* confirma o estatuto semântico-funcional dos complementos em cada uma das construções em (49).

- (49') a. Ana disse: “**João certamente vai viajar**”.
 b. Ana sabe que **João certamente vai viajar**.
 c. *Ana viu João **arrumando certamente as malas para viajar**.
 d. *Ana sabe da **ida certamente de João para São Paulo**.

⁶ A teoria da Gramática Funcional trata também de predicações, proposições e atos de fala que ocorrem como adjuntos em construções subordinadas, representando orações adverbiais (veja Dik, 1997; Dik et al., 1990; Wakker, 1992).

Conforme se observa em (49'), *certamente* pode atuar apenas no complemento que representa uma proposição ((49b')) e naquele que representa um ato de fala ((49a')), unidade que se situa na camada acima da camada da proposição. Esse advérbio não opera, entretanto, sobre os complementos em (49'c) e (49'd), porque eles se referem a entidades que se situam em níveis inferiores àquele em que operadores de avaliação proposicional são relevantes, isto é, evento e estado-de-coisas.⁷

As construções de (49) sugerem que o tipo de entidade que ocorre como argumento de um predicado depende em grande parte do significado desse predicado. O verbo *dizer*, por exemplo, em uma construção de discurso direto como (49a), indica o relato de um produto de fala, e seu complemento só pode ser o ato de fala produzido. As construções de (49b) e (49d) mostram, entretanto, que um mesmo predicado pode ser complementado por entidades distintas. O verbo *saber* indica o conhecimento de um fato possível, em (49b), e, com o mesmo significado, o conhecimento de um estado-de-coisas em (49d), e essa diferença está refletida na forma que os complementos assumem em cada caso: uma oração completiva finita, em (49b), e uma nominalização (um nome deverbal) em (49d).

O verbo *ver*, que em (49c) é complementado por uma oração representativa de evento, também pode ser complementado por uma entidade diferente em português. O argumento de *ver* pode ser um fato possível, como mostra (50b).

- (50) a. Ana viu João **arrumando as malas para viajar**. (evento / predicção)
 b. Ana viu que **poderia ser demitida em breve caso não mudasse suas atitudes**. (fato possível / proposição)

Do mesmo modo que ocorre com os complementos de *saber*, a forma que os argumentos de *ver* assumem, em (50a-b), reflete a diferença do tipo de entidade que eles representam: a oração reduzida (com verbo na forma de gerúndio) expressa um evento em (50a), e a oração finita introduzida por *que* exprime um fato possível em (50b). O significado de *ver* não é, entretanto, o mesmo nos dois casos, diferentemente do que ocorre com o verbo *saber* em (49b) e (49d). Complementado por um evento, em (50a), *ver* indica uma percepção visual do sujeito ('Ana'), mas, complementado por uma proposição, em

⁷ Note-se que *certamente* pode ocorrer nas construções de (48'c) e (48'd) em posição próxima ao constituinte introduzido por *para*: *Ana viu João arrumando as malas **certamente** para viajar* e *Ana sabe da ida de João **certamente** para São Paulo*. O escopo da avaliação nesses casos, entretanto, recai apenas sobre uma parte do evento (a finalidade, em *para viajar*) e sobre uma parte do estado-de-coisas (a "direção" da ida de João, em *para São Paulo*), e não sobre as entidades como um todo.

(50b), *ver* expressa uma atitude mental, a compreensão, ou a tomada de consciência do sujeito sobre um fato possível.

Um outro verbo que, assim como *saber*, seria complementado por diferentes entidades, sem alteração de seu significado mais básico, é *dizer*. Dik (1989) e Hengeveld (1990a) sugeriram que o complemento desse verbo de elocução deveria ser analisado como um ato de fala apenas em construções de discurso direto, como em (51a). Em construções de discurso indireto, como (51b), o complemento de *dizer* equivaleria, segundo eles, a uma proposição, e não a um ato de fala.

- (51) a. Ana disse: “**João vai viajar**”.
 b. Ana disse que **João iria viajar**.

Bolkestein (1990) demonstra, entretanto, que a força ilocucionária, característica de atos de fala, está presente também nos complementos de verbos de elocução em discurso indireto. Para a autora, esses complementos não deveriam, portanto, ser analisados simplesmente como proposições. Por um lado, como Bolkestein mostra, é verdade que o conteúdo desses complementos pode ser modificado por um elemento pertencente à camada da proposição, como em (52).

- (52) João disse que *certamente* **Pedro tinha ido embora**.

E é verdade também que nem todo o material lingüístico presente em um ato de fala pode ser transposto para uma construção em discurso indireto, como se observa em (53).

- (53) a. *Bem, senhoras e senhores*, a reunião está encerrada.
 b. Ele disse: “*Bem, senhoras e senhores*, a reunião está encerrada”.
 c. Ele disse que **bem, *senhoras e senhores*, a reunião estava encerrada.

Por outro lado, esses complementos podem conter modificadores próprios de atos de fala, como *felizmente* em (54a), ou como a oração adverbial que expressa uma justificativa do ato de fala em (54b).

- (54) a. João disse que *felizmente* Pedro tinha ido embora.
 b. João disse que, *uma vez que o carro de Pedro não estava mais lá*, ele já tinha ido embora.

Além disso, conforme argumenta Bolkestein (1990), os complementos em discurso indireto não podem ser analisados como proposições porque neles há indicação de força ilocucionária, e força ilocucionária é própria de atos de fala, não de proposições.

Bolkestein fundamenta suas considerações na análise de complementos de verbos de elocução do latim, que eram expressos de diferentes formas nessa língua. A autora mostra que, nessas construções do latim, identifica-se uma correlação sistemática entre a força ilocucionária dos complementos e a forma que eles assumem. Assim, conforme ela demonstra: a) complementos declarativos de predicados como *narrare* (*contar, relatar*) eram necessariamente expressos na forma de *accusativus cum infinitivo*; b) complementos imperativos de verbos como *imperare* (*ordenar*) eram expressos tanto na forma de *accusativus cum infinitivo* quanto na de uma oração finita introduzida por *ut* (*que*); e c) complementos de verbos como *dicere* (*dizer*) podiam ser tanto declarativos quanto imperativos; no primeiro caso, o complemento ocorria na forma do *accusativus cum infinitivo* e, no segundo, na forma de uma oração finita introduzida por *ut*. Conforme conclui Bolkestein, a força ilocucionária dos complementos declarativos é o que determina a forma de expressão desses complementos, sempre no *accusativus cum infinitivo*, nunca na forma de uma oração introduzida por *ut*.

Uma correlação entre força ilocucionária e forma do complemento, semelhante à que observou Bolkestein para as construções do latim, encontra-se para os complementos declarativos e interrogativos do português. Como se sabe, em português, complementos declarativos de verbos como *dizer* são introduzidos por *que*, ao passo que complementos interrogativos, que ocorrem como argumento de *perguntar*, são introduzidos por *se*, conforme se pode observar em (55). A existência dessa correlação em português confirma, assim, a tese de Bolkestein (1990) de que complementos de verbos de elocução contêm indicação de força ilocucionária, refletida na distinção formal que há entre eles.

- (55) a. João disse: “Pedro foi embora”.
 João disse **que** Pedro tinha ido embora.
 *João disse **se** Pedro tinha ido embora.
- a. João perguntou: Pedro foi embora?
 João perguntou **se** Pedro tinha ido embora.
 *João perguntou **que** Pedro tinha ido embora.

Bolkestein (1990) conclui suas considerações sugerindo que complementos de verbos de elocução em construções de discurso indireto deveriam ser tratados como proposições revestidas de força ilocucionária e que, conseqüentemente, na estrutura em camadas da GF, “uma camada extra deveria ser distinguida entre ‘E’ [ato de fala] e ‘X’ [proposição] (BOLKESTEIN, 1990, p. 94).⁸

Dik (1997) retoma esse trabalho de Bolkestein, mas, em vez de uma nova camada para a estrutura subjacente da oração, propõe que “tanto no discurso direto quanto no discurso indireto podemos falar de um complemento oracional [i.e. ato de fala]”, isto é, ele assume que “mesmo em discurso relatado indireto, o complemento é uma estrutura oracional completa, com seu próprio operador ilocucionário” (DIK, 1997, p. 96 e p. 100).⁹ Os dados de Bolkestein (1990), referentes aos complementos de verbos de elocução no latim, explicam-se, segundo Dik, pelo fato de que esses complementos são atos de fala que se diferenciam por seus operadores ilocucionários (declarativo e imperativo), diferença que, conforme observou Bolkestein (1990), está refletida nas formas variadas de expressão dos complementos em latim.

Com relação ao fato de que nem todos os elementos presentes em um ato de fala em discurso direto podem ser relatados no discurso indireto, Dik (1997) considera que essa impossibilidade deve-se, em geral, à natureza desses elementos. Tal como os iniciadores (*bem*) e vocativos (*senhoras e senhores*) mostrados em (53), eles comumente são do tipo que encontram sua razão de ser apenas na relação direta entre os interlocutores. O autor defende então que:

Se é verdade que, em geral, razões independentes podem ser encontradas para o fato de que determinadas expressões que ocorrem no discurso direto não podem ocorrer do mesmo modo em complementos de discurso indireto, esse fenômeno não pode ser considerado como indicativo de que complementos em discurso direto e em discurso indireto não tenham o estatuto de atos de fala encaixados.¹⁰ (DIK, 1997, p. 105)

⁸ ...an extra layer should be distinguished between ‘E’ and ‘X’ (BOLKESTEIN, 1990, p. 94).

⁹ Both in direct and in indirect speech we may speak of a “clausal complement” (DIK, 1997, p. 96). ...even in indirect reported speech the complement is a full clause structure, with its own illocutionary operator (idem, p. 100).

¹⁰ If it is true that in general, independent reasons can be found for the fact that certain expressions which occur in direct speech cannot in the same way occur in indirect speech complements, this phenomenon need not to be taken as indicating that direct and indirect speech complements could not both have the status of embedded speech acts (DIK, 1997, p. 105).

Conforme observa o próprio Dik (1997), entretanto, nem todo complemento que representa o produto de uma elocução tem o estatuto de um ato de fala. É o caso dos complementos de alguns verbos que indicam “manipulação”, isto é, predicados que expressam que “X fez alguma coisa para levar Y a realizar um evento” (DIK, 1997, p. 110).

Predicados manipulativos como *ordenar*, *mandar* e *pedir* indicam que a manipulação ocorre por meio de um ato de fala; outros, como *fazer* e *forçar*, não carregam essa indicação. O conteúdo dos complementos desses dois tipos de verbo é, no entanto, igualmente um evento, aquele que X, o sujeito responsável pelo ato manipulativo, quer que Y, o alvo da manipulação, realize, como mostram os exemplos em (56). Os complementos de ambos os tipos de verbos manipulativos representam, portanto, uma predicação.

(56) a. **Manipulação com ato de fala interveniente:**

João **ordenou** que *Pedro saísse*.

João **mandou** que *Pedro saísse*.

João **pediu** para *Pedro sair*.

b. **Manipulação sem ato de fala interveniente:**

João **fez** *Pedro sair*.

João **forçou** *Pedro a sair*.

A observação do comportamento de orações completivas em enunciados reais, efetivamente produzidos, torna evidente que, assim como notado por Dik (1997) com relação aos predicados manipulativos, os complementos nem sempre são do tipo semântico-funcional que seria esperado em vista do significado do predicado matriz. Nos dados desta pesquisa, os complementos que apresentam maior variação nesse sentido são justamente os que representam o produto de um evento de fala e, especialmente, os complementos do verbo *dizer*, conforme passo a demonstrar a seguir.

3.2 Completivas equivalentes a predicacões, proposições e atos de fala nos dados da pesquisa

Nos dados analisados, os verbos *prometer* e *jurar* aparecem com comportamento semelhante ao descrito por Dik (1997) em relação aos manipulativos. Apesar de indicarem a realização de um ato de fala, esses verbos podem ser complementados por uma oração que

se refere a um evento, com cuja realização o sujeito na oração matriz se compromete, conforme se observa em (57a) e (57b).¹¹

(57) a. Mas por todo esto nõ se moveu aquel do coração que tiinha. E **prometeu** que se o abade mandasse deytar no fogo **que se deytaria**.
(CBP/14/FS-68)

b. Ebalac (...) tinha ùa espada na mão e **jurou**, por o poder de Júpiter, **que os mataria todos** se em ele mão metessem [=se tocassem nele].
(CBP/16/JA-39)

O complemento do verbo *jurar*, entretanto, também pode representar um ato de fala. Nos dados, isso ocorre quando esse verbo é usado performativamente, qualificando o ato de fala como um juramento (NEVES, 2000). A função dessa qualificação é atribuir maior credibilidade ao ato de fala, conforme mostra a ocorrência em (58).

(58) **Juro a V. Ex^a que não acreditei**; por mais fiel que fosse o testemunho dos sentidos, não podia acabar de crer que tivesse ali, em minha casa, não a sombra de Alcibíades, mas o próprio Alcibíades revivido.
(CCELU/19UV – 1)

Diferentemente do que ocorre com *jurar*, o complemento de *prometer* em um uso performativo continua sendo um evento, como se observa em (59).

(59) E, se eu sarar, eu **prometo que eu tome vingança do mal** [=que vingarei o mal] que os judeus fizerão ao profeta.
(CBP/16/JA-15)

Entre os predicados que indicam a realização de um ato de fala, o verbo *dizer* é, no entanto, o que exhibe maior variação quanto aos tipos de complemento com que pode ocorrer. Nos dados analisados, o verbo *dizer* aparece como um verbo de elocução prototípico, designando, como o define Dik (1997), “uma relação entre um ser humano e um

¹¹ Ao longo desta seção, a fim de facilitar a compreensão por parte do leitor, procuro utilizar dados referentes ao período contemporâneo para ilustrar minhas considerações. Recorro a dados diacrônicos apenas quando eles se mostram mais elucidativos de minhas observações, ou nos casos em que me refiro a algum comportamento particular dos dados nos diferentes períodos investigados. Quando julgo necessário, informo, entre colchetes, minha interpretação de trechos que podem dificultar a compreensão dos dados diacrônicos. As abreviações entre parênteses, ao final de cada ocorrência, remetem à fonte da qual o dado foi extraído e se referem, respectivamente, ao nome do cópula, ao período que o texto representa, ao título e à página do texto em que o dado se encontra (por exemplo: CBP (=Cópula do Bit-Prohpor) /14 (=século XIV) /FS (*Flos Sanctorum*) -68 (página 68). A relação de todos os textos investigados e das abreviaturas utilizadas encontra-se anexa a este trabalho.

ato de fala que esse ser humano realiza” (p. 96), como mostram as ocorrências em (60). Nesses casos, o complemento de *dizer*, de fato, representa um ato de fala, conforme propõe Dik.

- (60) a. Uma carta é pouco para mandar-lhe dizer tudo o que desejo que saiba; o tempo de que disponho me obriga ainda em cima a fazê-la curta. Entreguei a sua missiva ao Vila-Bela, que se mostra muito seu amigo, e que me perguntou muito por notícias suas. **Disse-lhe que o Snr. esperava licença pela volta do paquete**, e ele não viu nisto dificuldade alguma.

(CCELU/19CA – 13)

- b. Na casa grande está o Virgílio na parte que foi de papai e na outra **disse-me há dias o Virgílio que entrou um inquilino ocupando só meia casa** e portanto pagando só meio aluguel isto é 10\$000. Logo que apareça um inquilino inteiro ponho fora este meio inquilino.

(CCELU/20CE – 2)

O complemento de *dizer* é também claramente um ato de fala quando esse ato equivale a um que, dito momentos antes, é retomado no discurso em andamento, como ocorre em (61).

- (61) Já **disse que Alcibíades escutava-me com avidez**; (...) Era também sarcástico; ao menos assim me pareceu em um ou dois pontos da nossa conversação.

(CCELU/19UV – 2)

Em outros casos, no entanto, uma construção completiva com *dizer* não é simplesmente empregada com a função de relatar o ato de fala de um ser humano. Em um grande número de ocorrências nos dados analisados, o conteúdo de *dizer* equivale a uma avaliação do referente-sujeito na oração matriz sobre a verdade/falsidade de algum fato. Essa avaliação, introduzida no discurso por meio de *dizer*, recebe algum tipo de comentário, em geral, que a valida ou invalida, como mostram as ocorrências em (62).

- (62) a. O que há de mais notável neste animal é uma bolsa, ou segunda barriga por baixo da natural, com uma boca para parte de diante, dentro da qual traz seus filhos até eles chegarem à idade de saber procurar a vida. **Dizem uns que este quadrúpede gera, e pare os filhos, como outro qualquer, o que parece natural**; e que depois de nascidos os mete naquele saco, onde com efeito só podem mamar, não tendo a mãe tetas senão na barriga superior.

(CCELU/19MA – 67)

- b. Estive 3 dias na fazenda às voltas com Mr. Ward e Dr. Fordes, inglês e americano. Levaram-me um monte de fotografias e entre elas o teu retrato que o Ward quis por força levar aos Estados Unidos como tipo de beleza brasileira. **Diz ele que é a cara mais bonita que viu no Brasil. Parabéns ... ao fotógrafo.**

(CCELU/20CE – 7)

- c. Colibri, conhecido no país unicamente pelo nome de beija-flor, é a mais pequena ave, que se conhece. **M. Robert diz que ele não é maior que uma mosca; porém sua asserção não é verdadeira.** Eu vi dez castas deste lindo, passarinho de vários tamanhos; os maiores não excediam no corpo o denominado chelho em algumas terras da Beira Baixa.

(CCELU/19MA – 71)

Observe-se que essas construções podem facilmente ser parafraseadas por uma que, em vez de *dizer*, contenha o verbo *considerar* como predicado matriz, ao passo que, para as construções de (60), nas quais os complementos de *dizer* representam atos de fala, paráfrases com esse verbo não são possíveis.

- (62') a. **consideram** uns que este quadrúpede gera, e pare os filhos, como outro qualquer, o que parece natural;
- b. **considera** ele que é a cara mais bonita que viu no Brasil. Parabéns ... ao fotógrafo.
- c. M. Robert **considera** que ele não é maior que uma mosca; porém sua **consideração** não é verdadeira.

(CCELU/19MA – 71)

- (60') a. **considerarei** que o Snr. esperava licença pela volta do pacote.
- b. **considerou** há dias o Virgílio que entrou um inquilino ocupando só meia casa

As paráfrases mostram que os complementos de *dizer* nas construções de (62) são relevantes para o contexto em que aparecem, considerados como um *fato* avaliado por um ser humano, e não como produto de uma elocução. Essas orações completivas, nesses contextos, têm, assim, muito mais o estatuto de uma proposição, referente a um *fato possível*, do que o de um ato de fala.¹²

¹² Esse comportamento das orações completivas de *dizer* como proposições se relaciona, em geral, à presença de estado-de-coisas “-controlados” (estados) na oração completiva, marcados, em geral, por formais verbais no tempo presente. As completivas de *dizer* que representam atos de fala, diferentemente, descrevem, com maior frequência, eventos “+ controlados” e estado-de-coisas que são marcados temporalmente com relação ao passado. O verbo *dizer*, nesse último caso, é empregado com um sentido próximo ao de “relatar”, “contar”. A importância de se distinguirem esses dois tipos de construção completiva com *dizer* é, de certo modo, atestada também no estudo de Bolkestein (1990) que, conforme apontei anteriormente, demonstra que, no latim, empregavam-se formas de complementação distintas com os verbos *narrare* (contar, relatar) e *dicere* (dizer). Dados os propósitos deste trabalho, não me detive em analisar comparativamente essas duas formas de complementação do verbo *dizer*, a fim de traçar suas propriedades distintivas, e elas certamente merecem um estudo mais detalhado. Uma última observação a respeito dessas construções é que, aparentemente, complementos de verbos de elocução que representam proposições podem realizar-se em formas oracionais

Comportamento semelhante ao das construções em (62) observa-se em ocorrências como as que se encontram em (63). Também nesses casos, a oração completiva de *dizer* contém uma informação que é introduzida no discurso para que, em seguida, algum comentário seja feito pelo falante quanto à sua verdade ou falsidade.

(63) a. A 29 parto pelo Thames e venho pedir-lhe suas ordens e despedir-me afetuosamente do amigo e correligionário. **O Diário do Comércio diz que você também parte, o que eu desejo se confirme.**

(CCELU/19CA – 19)

b. Ouço que o governo está vivendo por conta do empréstimo que vai fazer, e **dizem-me que nas leis ele tem autorização para tomar cinqüenta mil contos emprestados.** Não sei, porém, se essa operação está realmente autorizada; se não estiver creio que teremos alguma medida ditatorial quando o Banco do Brasil não tiver mais depósitos para oferecer ao Tesouro.

(CCELU/19CA – 26)

Em casos como esses, a função da construção completiva com *dizer* também não é a de indicar que alguém produz ou produziu um ato de fala. O sujeito na oração matriz é entendido, não como alguém que disse alguma coisa, mas como a fonte da informação presente no complemento. O fato de o sujeito na oração matriz não ser humano, em (63a), ou de não vir expresso na construção em (63b), comprova que *dizer*, nesses casos, não funciona como um verbo de elocução prototípico, “designando uma relação entre um ser **humano** e um ato de fala”, e que seu complemento, nesses contextos, em vez de um ato de fala, tem o estatuto de uma proposição, referente a uma entidade que é avaliada em termos de sua verdade/falsidade, isto é, a um *fato possível*.

O complemento de *dizer*, na forma de uma oração introduzida por *que*, pode ainda representar uma predicação, referindo-se a um evento, como mostram as ocorrências em (64). Nesses casos, a construção indica que o referente-sujeito da oração matriz se compromete ((64a)) ou não se compromete ((64b)) com a realização do evento expresso no complemento. Essas construções com *dizer* comportam-se, portanto, de modo semelhante às construções com *jurar* e *prometer*, mostradas em (57) e em (59).

reduzidas com maior frequência do que os complementos que são atos de fala. Um exemplo com o verbo *declarar* que se encontra no contexto dos dados analisados é o seguinte: *Demasiado modesto, para ouvir tão somente os ditames de sua consciência que o declara inferior a S. Tomás* [cf. a consciência declara **que ele é inferior a S. Tomás**]; *demasiado bondoso, para considerar-me capaz de merecer palmas, o colega não deixou, entretanto, de derramar um pouco de veneno na água benta com que me fez a preliminar aspersion* (CCELU/20EF –60).

- (64) a. A Câmara de Jagoaripe me escreveu **dizendo-me que concorreria com seiscentos mil réis**, trezentos pelas rendas do Conselho, e trezentos pelos moradores do seu distrito.
(CCELU/18CG – 29)
- b. Quando el-rei Ebalac o ouvio assi falar, oulhou-o muito e disse-lhe logo:
- Quem és tu, que me prometes de britar meus imigos e me daras [= que me darás] alegria que nom tem fim?
E Josep lhe respondeo:
- Eu te **nom digo que eu britarei teus imigos** [= derrotarei teus inimigos], mas (...) se quiseres crer meu conselho, haverás ùu e outro por a [= pela] graça daquele que é poderoso.
(CBP/16/JA-22)

Assim como ocorre nos casos em que o complemento de *dizer* é uma oração introduzida pela conjunção *que*, os complementos desse verbo *que*, nos dados desta pesquisa, se realizam na forma de uma oração introduzida por *se* nem sempre representam um ato de fala.

Observe-se, primeiramente, que a oração introduzida por *se* sempre equivale a um ato de fala quando complementa o verbo *perguntar*, como em (65). Nesses casos, um ato de fala originalmente interrogativo é relatado, formando-se uma construção em discurso indireto. A conjunção *se* indica essa força ilocucionária do ato de fala original, e não estaria presente caso se tratasse de uma construção em discurso direto, como revelam as paráfrases em (65’).

- (65) a. Eu tenho um meio extraordinário
Que pode evitar tamanho desgosto:
No momento em que o S'or Vigário
Perguntar se caso por gosto,
Em vez de “sim”, eu direi “não”!
(CCELU /19FM –39)
- b. (...) os sacerdotes da sua lei ... **perguntavão à imagem**, que estava sobre o altar, **se aquele homem sararia ou nam daquela enfermidade**.
(CBP/16/JA-40)
- (65’) a. No momento em que o S'or Vigário
perguntar: **“Você casa por gosto?”**
Em vez de “sim”, eu direi “não”!
- b. os sacerdotes da sua lei perguntavam à imagem: **“Este homem sarará ou não desta enfermidade?”**

Como complemento de *dizer*, no entanto, a oração introduzida por *se*, nos dados analisados, corresponde a um ato de fala interrogativo apenas se esse verbo ocorre na forma do imperativo, como em (66). A construção equivale, nesse caso, a uma forma indireta de

questionar o interlocutor. A conjunção *se*, também aqui, indica a força ilocucionária interrogativa que o ato de fala teria se fosse expresso em uma forma direta, como na paráfrase em (66').

- (66) a. Entõ filhou em mãos o menino e catou contra o ceo [=agarrou o menino, levantou-o] e disse:
– Meninho, eu te conjuro pelo nome de Jhesu Christo que **digas se és meu filho.**
(CBP/14/FS-58)
- (66') b. Digas: **és meu filho?**

Com *dizer* em outras formas verbais, como nas ocorrências em (67), a oração completiva iniciada por *se* tem o estatuto de uma proposição, em vez de um ato de fala. Nesse tipo de construção, o complemento não equivale a um ato de fala interrogativo em uma construção de discurso indireto, conforme se verifica quando se tenta parafrasear a construção por uma em discurso direto (em (67')).

- (67) a. [dizia] que era melhor christão que elle e que fazia muito boas obras: mas **não dizia se estava apartado do peccado** pera lhe aproveitarem.
(CDP/16V4/CJ-244)
- b. E quando razoavam por saber a verdade [=buscavam descobrir a verdade] disse el aos juyzes:
– Vaamos ao muymento daquel morto que dizem que este matou e **el nos dirá se o matou.**
(CBP/14/FS-9)
- (67') a. Ele não dizia: “**Estava afastado do pecado?**”
- b. Ele nos dirá: “**Matou-o?**”

As construções de (67) não expressam que alguém *disse* alguma coisa, mas que alguém (o referente-sujeito da oração matriz) confirma ou não confirma (por palavras) a verdade ou a falsidade da proposição no complemento, interpretação que claramente revelam as paráfrases em (67').

- (67'') a. Ele não dizia se **era verdade ou não que** ele estava afastado do pecado.
- b. Ele nos dirá se **é verdade ou não que** ele o matou.

O fato de que um mesmo verbo pode ser complementado por vários tipos de unidades semântico-funcionais (predicação, proposição e ato de fala), conforme demonstrado até aqui, deixa claro que considerações sobre propriedades semânticas das orações completivas têm pouca validade se forem feitas exclusivamente com base no significado do predicado matriz e apenas a partir de construções fora de contextos reais, sem que se estabeleçam comparações sobre diferentes possibilidades de uso das construções completivas.

Nos dados desta pesquisa, coletados em textos escritos efetivamente produzidos, as orações introduzidas por *que* representam atos de fala quando são complementos do verbo *dizer*, em casos como os ilustrados em (60) e em (61), e, ainda, quando ocorrem como argumento de verbos de elocução que são qualificadores de ato de fala, como *jurar*, na ocorrência mostrada em (58), *confessar* e *explicar*, em (68a) e (68b) a seguir, e como *repetir*, em (68c), que indica a ordem cronológica do ato dentro do discurso em que ele ocorre (NEVES, 2000).

- (68) a. Quanto à nostalgia, nenhuma ainda. ***Confesso que ainda não senti a menor saudade da pátria*** - embora tenha sentido muitas dos amigos.
(CCELU/20CE –23)
- b. O grande homem tinha os olhos pendurados da minha boca; e, mostrando-me admirado de que os mortos lhe não houvessem contado nada, ***explicou-me que à porta do outro mundo afrouxavam muito os interesses deste***.
(CCELU/19UV-2)
- c. ***Repeti-lhe*** que sim, ***que o paganismo acabara, que as academias do século passado ainda lhe deram abrigo, mas sem convicção, nem alma, que as mesmas bebedeiras arcádicas, Evoé! padre Bassareu! Evoé! etc. honesto passatempo de alguns desembargadores pacatos, essas mesmas estavam curadas, radicalmente curadas.***
(CCELU/19UV – 3)

Conforme já foi demonstrado, as orações introduzidas por *que* comportam-se como proposições encaixadas quando são argumento do verbo *dizer*, em usos como os ilustrados em (62) e (63). Além desses casos, a oração com *que*, nos dados desta pesquisa, funciona como uma proposição encaixada quando complementa os seguintes tipos de predicado:¹³

¹³ A classificação é baseada em Neves (2000). Conforme se verá no capítulo seguinte, os verbos que indicam a realização de um evento de fala (como *jurar*, *prometer*, *dizer*), mas que não são complementados por orações representativas de ato de fala, foram classificados como “predicados de elocução não-prototípicos”. Optei por classificá-los assim a fim de evitar estender demasiadamente a classe dos predicados, classificando-os por subtipos. Esse procedimento também se justifica em função do foco deste trabalho, que está voltado para as orações completivas e não, propriamente, para os tipos de verbo que essas orações complementam. Exceção a isso é feita a predicados como *mandar* e *rogar*, pertencentes à classe dos manipulativos.

(i) **predicados de cognição:** indicam que o sujeito da oração principal adquire ((69)), possui ((70)), perde momentaneamente ((71)), ou revigora ((72)) o conhecimento sobre o fato expresso no complemento oracional.

(69) a. *Soube* agora pelo Moreira **que tinhas de sair a noite**. Fica sem efeito a 2ª. parte desta [carta]. Infelizmente.

(CCELU/19CA – 7)

b. *Vejo* [=acabo de saber pelo que li no *Times*] **que morreu o seu grande amigo, Leonel Rotschild, e pelo Times que V. Ex. esteve presente ao funeral**. Também consta pelo telégrafo ter sido mutilado na África o jovem Príncipe Imperial.

(CCELU/19CA – 17)

c. Em Pernambuco terei os jornais que espero ansiosamente, ainda que já tenha visto em Lisboa a impressão produzida pela morte de meu Pai e a homenagem de verdadeira dor que lhe foi paga por todos. **Li** [=soube a partir da leitura **que fiz**] **também que ele deixou o Código Civil pronto**. Do Brasil lhe escreverei o que houver. A viagem tem-me dado ocasião de pensar largas horas e só sobre o que deverei fazer.

(CCELU/19CA – 13)

(70) a. *Sei que estás em New York*, e espero que ai fiques; com as promessas que tens, e com a tua capacidade, seria uma injustiça não aprovar o governo a nomeação do Ministro.

(CCELU/19CA – 9)

b. V. Ex.^a, tão sabedor da história, **não ignora que também houve pataus em Atenas**.

(CCELU/19UV – 1)

(71) Ah! se lá estou com os meus atenienses! - Zeus, Dionisos, Afrodita... murmurava de quando em quando. ...e perguntei a mim mesmo donde vinha aquela indignação póstuma, e naturalmente postiça. Esquecia-me, - um devoto do grego! - **esquecia-me que ele era também um refinado hipócrita, um ilustre dissimulado**.

(CCELU/19UV – 3)

(72) Hoje, à tardinha, acabado o jantar, enquanto esperava a hora do Cassino, estirei-me no sofá e abri um tomo de Plutarco. V. Ex.^a, que foi meu companheiro de estudos, **há de lembrar-se que eu, desde rapaz, padeci esta devoção do grego**; devoção ou mania, que era o nome que V. Ex.^a lhe dava, e tão intensa que me ia fazendo reprovar em outras disciplinas.

(CCELU/19UV – 1)

(ii) **predicados de modalidade**: denotam uma atitude avaliativa do falante (indicado pela 1ª. pessoa no verbo da oração matriz) em relação à verdade/falsidade do fato presente no complemento oracional.¹⁴ São exemplos:

- (73) a. Não tenho senão que me felicitar de ter escolhido este navio o beliche que tenho nele, e o tempo da passagem. Até hoje tudo tem ido muito bem. Infelizmente **creio que tomaremos amanhã bom número de passageiros de Lisboa**, que não são dos mais cômodos a bordo.
(CCELU/19CA – 12)
- b. Já fiz um relatório ao Dr. Mangabeira sobre isto, mas **acho que se você vier e com teus olhos observar a coisa e depois informar ao Dr. W. ele se convencerá e mandará que se faça aqui o que é de negócio e previsão fazer**.
(CCELU/20CE –26)
- c. Escrevem-me do Brasil que não há dissolução, mas **suponho que por ora o ministério mesmo não sabe o que fazer**.
(CCELU/19CA – 22)
- d. MICAELA: ... ai! **Penso que...** (esfregando uma perna) **esta perna se não está quebrada, está esfolada!**
(CCELU/19CI – 29)
- e. O REI: Tenho ainda alguma cousa a fazer nesta sala. Não estou bem certo do que é; porém **sei [=estou certo] que me falta não sei o quê**.
A RAINHA: Vede o que é; e se eu vos posso auxiliar. (CCELU/19HU – 54)
- f. Vai o Desembargador Luiz de Siqueira da Gama na forma que avisei Vossa Mercê há poucos dias - e como conheço o zelo com que Vossa Mercê se emprega no serviço de Sua Majestade que Deus guarde **não duvido que, sendo esta diligência tanto do seu Real agrado, execute Vossa Mercê pela parte que lhe toca de maneira que o dito Senhor tenha que lhe agradecer**.
(CCELU/18CG – 9)
- g. Continua o Sr. Magalhães nos encômios calorosos ao seu órgão querido, por uma série de argumentos que quando não provam menos, provam mais do que pretendem. Porquanto, se o ouvido tem a magna elevação que se lhe atribui, se é o órgão da inteligência pura, se por ele gozamos do que nenhum outro sentido poderia dar-nos, se ele enfim é digno do grande hino que se lhe tece, **desconfiamos que tal soma de méritos não vá desbaratar a tese principal do autor**.
(CCELU/20EF –70)
- h. Não é que nós desarmemos a história e a crítica, não; mas **julgamos que** quando um sistema está mais que muito refutado por mestres, e sobretudo pelo olvido do século que o não aceita, **é uma quase ímpia além de ridícula vaidade, vir ainda arrancar do pobre cadáver um ou outro osso descarnado**, com o fim de cravar-lhe o mesmo gume de análise, que já não acha o que corte, e à força de repetir-se tem-se tornado banal.
(CCELU/20EF –65)

¹⁴ Benveniste (1995) propõe que verbos como *julgar*, *presumir* e *supor* indicam uma avaliação sobre o enunciado apenas quando se realizam na forma de 1ª. pessoa e de tempo presente; caso contrário, eles apenas descrevem uma atitude, sem imprimir nenhum significado especial ao enunciado. Com base nessa proposta, verbos tais como *crer*, *achar*, *acreditar*, etc. são considerados como predicados de modalidade, nesta pesquisa, apenas quando eles aparecem na forma de 1ª. pessoa (singular ou plural) e tempo presente. Com outras formas pessoais e temporais, esses verbos são tratados como predicados de atitude.

- i. Por maior que seja o renome do ilustre brasileiro, **nós entendemos que se não pode negar o direito de estudar, nas próprias fontes, os motivos desse renome.**

(CCELU/20EF –72)

(iii)**predicados de atitude:** designam uma atitude do referente-sujeito da oração matriz em relação ao fato expresso no complemento oracional. Essa atitude pode ser: **mental**, como mostram as ocorrências em (74); **emocional**, como em (75); **avaliativa**, como nas ocorrências em (76), ou uma atitude “**evidencial**”, por meio da qual se comprova a verdade/falsidade do fato expresso no complemento, como mostrado em (77).

- (74) a. Mas infelizmente a razão alegada pelo autor prova o contrário do que ele quer; porquanto se hoje é sabido que há nervos especiais para o movimento, longo tempo confundido com a sensibilidade, **qualquer criança concluiria** que por isso mesmo **a motricidade não pertence à ordem dos fenômenos sensíveis, não é um sentido.**

(CCELU/20EF –71)

- b. Já disse; **imaginarão que és um doido ou um comediante**, porque essa roupa...
- Que tem? A roupa muda-se.

(CCELU/19UV – 3)

- c. Tenho feito o que posso no meu cargo, mas esbarro na indiferença nacional. Cada pedido de informação que faço ou não recebe resposta ou chega com tal atraso e deficiência que de bem pouco vale. **Já vi** [=entendi, percebi] **que querer nem sempre é poder e que a soneca que o Brasil dorme não é uma figura de retórica.**

(CCELU/20CE –25)

- (75) a. BRÁS: **Sinto** profundamente **que tão grande infortúnio pesasse tanto sobre a cabeça e o coração de minha muito prezada... Sra D. Micaela Tagarela!**

(CCELU/19CI – 28)

- b. A Gazetilha do jornal já anunciou a licença que o Conservatório Diplomático da Praça da Glória houve por bem conceder-lhe, para a publicação da obra-prima. **Estimo que tenha ligado o seu nome e o meu** - porque fui quem lho apresentou..

(CCELU/19CA – 26)

- (76) a. Esse ovo de escândalo foi recusado por cinco editores conservadores e amigos de obras bem comportadas, mas acaba de encher de entusiasmo um editor judeu que quer que eu o refaça e ponha mais matéria de exasperação. (...) **O meu judeu acha que com isto até uma proibição policial obteremos** - o que vale um milhão de dólares.

(CCELU/20CE –27)

- b. Como eu passasse a gravata à volta do pescoço e tratasse de dar o laço, **Alcíbiades supôs que ia enforcar-me**, segundo confessou depois.

(CCELU/19UV – 4)

- (77) a. A escola espiritualista não foi tímida; pelo contrário, combatendo o sensualismo, **ela mostrou que a existência das idéias absolutas não é obra dos sentidos, é um dado da razão, uma manifestação de Deus, ou uma revelação.**

(CCELU/20EF-56)

- b. **Os dois indígenas**, com que chegou a Portugal, segundo Barros, **provam que ele aportou em alguma parte depois que saiu de Porto Seguro.**

(CCELU/19MA-59)

Além dos casos mostrados em (57) e (59), com os verbos *jurar* e *prometer*, e em (64), com o verbo *dizer*, as orações introduzidas por *que* representam predicções encaixadas, nos dados desta pesquisa, quando complementam predicados dos seguintes tipos (cf. NEVES, 2000):

- (i) **predicados de manipulação**: descrevem uma ação por meio da qual o referente-sujeito da oração matriz tenta compelir o referente-sujeito da encaixada a realizar o evento expresso no complemento oracional. Exemplos são os seguintes:

- (78) a. **...ordeno a Vossa Mercê que sem a menor demora, faça conduzir para esta cidade todas as caixas de açúcar e rolos de tabaco que se acharem nos ditos trapiches e armazéns...**

(CCELU/18CG-15)

- b. Pero **rogo-te que não tentes mha fraqueza**, ca homem pecador soo. [=porém rogo-te que não tentes minha fraqueza, porque sou homem pecador]

(CBP/14/FS-18)

- c. Entõ **mandou sã Symhõ aas gentes que cavassem** [=mandou que aquelas pessoas cavassem] **ali e fizessem oyto poços**. E eles fizeram assi.

(CBP/14/FS-31)

- d. Pois bem, ... irei à maneira do século. Só **peço que te vistas primeiro**, para eu aprender e imitar-te depois.

(CCELU/19UV-3)

- (ii) **predicados volitivos**: descrevem o desejo ou a vontade do referente-sujeito da oração matriz de que o evento no complemento oracional se realize ou que não se realize, como mostram as ocorrências em (79).

- (79) a. A minha idéia é apresentar-me pela CORTE, e se a pátria de Pernambuco estiver em melhor pé, pelo Recife. Não tenho muita confiança no resultado, mas **quero que a luta seja grande.**

(CCELU/19CA-21)

b. ...se faltar a qualquer circunstância do que tenho determinado, usarei com ele de um exemplar castigo, para que por este meio se evitem as desordens que se estão experimentando, porque têm ido muitas embarcações sem um só sírio para o Povo, trazendo toda a carga para entregar, ao mesmo tempo que **não quero que venha nenhum para particulares.**

(CCELU/18CG – 36)

c. **Espero que New York não lhe tenha sido desagradável, e que você se tenha tomado o americano que pretendia ser.** Se aí houvesse meio para mim de ter uma certa independência, uma vida intelectual e artística, eu de bom-grado imitaria o seu “absenteísmo”.

(CCELU/19CA – 14)

d. Pelo Paranhos que parte hoje escrevo-lhe estas duas linhas que devem encontrá-lo em Paris, como testemunha do parto Imperial. **Desejo que assista a um feliz sucesso.** A minha excitação apresenta-se mais esperançosa - muito incerta porém ainda.

(CCELU/19CA – 25)

(iii) **predicados de permissão:** designam a não interferência do referente-sujeito da oração matriz na realização do evento presente no complemento oracional. Os dois únicos predicados desse tipo que aparecem nos dados são *deixar* e *não proibir*, exemplificados nas ocorrências em (80).

(80) a. Nesta idade em que minha inteligência ainda não pode discutir sobre o positivo e o exato **deixo que a pena corra sobre o papel e que minha acanhada imaginação se expanda nas linhas que ela compõe.**

(CCELU/19CA – 6)

b. **Eu não proíbo ao espírito, diz Emílio Littré, que se engolfe, com o indefinível estremecimento que causa o abismo, no espaço e no tempo sem limites.**

(CCELU/20EF –76)

(iv) **predicados causativos:** indicam que o referente-sujeito da oração encaixada é causador do evento expresso no complemento oracional. Nos dados analisados, o verbo que tipicamente se comporta como causativo é *fazer*, exemplificado nas ocorrências em (81a) e (81b). Apenas nos textos do século XV, há uma ocorrência em que o verbo *tratar* aparece como um predicado desse tipo. A ocorrência em questão encontra-se em (81c).

- (81) a. Este animal domestica-se de sorte que acompanha seu dono ao campo como nem cãozinho; mas **o seu natural inquieto faz que ele esteja sempre preso.**
(CCELU/19MA – 67)
- b. E, ante que se partisse, **fez a todos seus vassallos que fizessem menagen a hũu seu filho** [=fez que todos os seus vassallos fizessem homenagem a um filho seu].
(CDP/14V2/CG-338)
- c. Se algũus prometem a sseus imiigos algũas cousas, devnlhe [=devem-lhe] de tẽer [=manter] a promessa, assi como fez Regulo na primeira guerra que ouvemos [=tivemos] com os de Cartago; que seendo preso em aquella cidade, foy emvyado a Rroma pera **trautar que se desse hũus prisioneiros por os outros** [=fazer que alguns prisioneiros fossem libertos em troca de outros], e elle prometeo de tornar com o rrecado que achasse.
(CDP/15V3/LO-29)

(v) **predicados de expectativa:** indicam que o referente-sujeito da oração encaixada está ou esteve no aguardo da realização do evento presente no complemento oracional. Nos dados, os verbos que tipicamente expressam esse significado são *esperar* e *aguardar*, exemplificados em (82a) e (82b). Há, no entanto, uma ocorrência (mostrada em (82c), presente em um texto do século XX), em que *deixar* se comporta como um predicado desse tipo.

- (82) a. Todos olham para o Geraldino, **esperando que ele fale.**
(CCELU/20CF –47)
- b. E, quando soube que o Salvador do mundo era morto [=estava morto] e que aqueles que o mataram lhe queriam britar [=cortar] as pernas e os braços ... **nom quis** tanto **aguardar que** aqueles que o na cruz puseram **que o eles decessem com suas maas çujas.** [=que aqueles que o puseram na cruz o tirassem de lá com suas mãos sujas]
(CBP/16/JA-11)
- c. Espetou a noite inteira. O Xicão não tinha pressa... Ele dizia: "Espeta aqui... estes braços que te abraçaram... aqui esta boca que te beijou... Espeta!" De vez em quando ele mandava parar, pra esticar... Quando o rapaz desfalecia... **ele deixava que acordasse para continuar...** A carne cheirava... De madrugada, furou-lhe os olhos...
(CCELU/20CF –51)

(vi) **predicados de percepção visual:** denotam que o evento no complemento oracional é objeto de percepção visual do referente-sujeito indicado na oração matriz. O predicado desse tipo mais freqüente nos dados é *ver*. Em textos referentes aos séculos XV e XVI, no entanto, encontram-se também os verbos

achar, olhar e conhecer expressando esse significado, como ilustram as ocorrências em (83c) a (83e).¹⁵

- (83) a. E **vendo que ele abanava a cabeça**: - Meu caro, disse-lhe, tu podes certamente exigir que o Júpiter Olímpico seja o emblema eterno da majestade...
(CCELU/19UV – 4)
- b. E Depois olhou el-rei e **vio que ãa pouca de gente, que ficara fora da cova, tomava o sangue que se escoara e lavavão nele seus corpos** [= viu que algumas pessoas, que estavam fora da cova, tomavam o sangue que havia escorrido e lavava com ele os seus corpos].
(CBP/16/JA-27)
- c. Entom tomou Moyses per mandado de Deus doze varas dos doze princepes dos doze tribos, e escreveu em cada hũa vara o nome de seu tribo, e ena [=na] vara de Aaron escreveu o nome do tribo de Levi, e pose-as Moyses todas treze varas eno [=no] tabernaculo ante [=diante do] nostro Senhor, e tornou em [=voltou no] outro dia, e **achou que a vara de Aaron everdecera, e estava comprida de folhas, e deitava amendoas [=com amêndoas]**; e per esta guisa [=deste modo] foy demonstrada a voontade de Deus (...)
(CDP/15V3/BM-30)
- d. E, quando el-rei **oulhou que ãa [= uma] arvore nacia da outra**, assi junta que nhũu nom podia conhecer [tão juntas que não se podia distinguir] onde se ajuntava, e vio a cima da arvore que era ta o [=tão] alta, que nhum nom podia ver onde chegava, mas tanto era sutil o lançamento das tres arvores, que parecia a el-rei que as vezes cada ãa era apartada doutra ...
(CBP/16/JA-28)
- e. antes de chegarmos ao ilheo do arrecife, vimos tres vellas e ... fomos guisando a ellas a vella, e a remo [=fomos dirigindo a vela em direção a elas remando], porque ja neste tempo o vento nos hia acalmando, e cõ tudo porfiamos tanto nesta ida, que em espaço de quasi duas horas nos chegamos tão perto dellas que lhe exergamos toda a apellação [=movimentação] dos remos, e **conhecemos que erão galeotas de Turcos**, [motivo] pelo qual nos tornamos a fazer na volta da terra com a mor pressa q pudemos...
(CDP/16V4/PF-23)

A oração introduzida por *se*, nos dados desta pesquisa, aparece representando um ato de fala apenas quando complementa o verbo *perguntar*, em ocorrências como as que foram apresentadas em (65), e o verbo *dizer*, na forma de imperativo, como na ocorrência mostrada em (66). Essa oração tem o estatuto de uma proposição, referente a um fato possível, quando aparece como complemento de *dizer* em formas verbais que não a do imperativo, como nas ocorrências em (67) e, ainda, quando funciona como argumento dos seguintes tipos de predicado verbal:

¹⁵ A ocorrência de *achar* em textos dos séculos XV e XVI, com complemento na forma de uma oração finita e indicando “percepção visual”, é constatada também por Casseb-Galvão (1999).

(i) **predicados de cognição:** indicam o desconhecimento do referente-sujeito da oração principal sobre a verdade/falsidade do fato expresso no complemento oracional. São exemplos:

(84) a. Constando que Martim Afonso, depois de várias operações na barra setentrional para estabelecer ali os colonos que quisessem ficar no país, mudara de resolução, e fora estabelecê-los na meridional; *ignoramos* porém **se o primeiro projeto foi por estar ali a feitoria.**

(CCELU /19MA –61)

b. Nunca me conformei com a lei do nascimento. ... Isto de pátria devia ser coisa de adaptar-se aos 20 anos depois de experimentar várias, não acha? Do contrário é cada bucha ...junto uma carta ao Lalau, que me farás chegar pois **não sei se mudou de casa.**

(CCELU/20CE – 26)

(ii) **predicados de atitude:** expressam uma atitude do referente-sujeito da oração matriz em busca de comprovar a verdade/falsidade do fato expresso no complemento, conforme exemplificam as ocorrências em (85).

(85) a. Tanto que o Capitão do Forte do Monserrate receber esta [carta] **examinará se se acham por ali, ou por Itapagipe alguns barcos com farinha** e achando-os os fará logo vir para esta cidade.

(CCELU/18CG – 13)

b. DONA RITOCA: Vim até cá para **ver se não havia cartas à minha espera.**
DONA EUDÓXIA: Bem sabe que, quando há, sempre lhe mando levar. Não precisava incomodar-se.

(CCELU/20CF – 46)

(iii) **predicados de modalidade:** descrevem a incerteza do falante, que é também o referente-sujeito da oração matriz (1ª. pessoa), com relação à verdade/falsidade do fato presente no complemento oracional. Nos dados, o verbo que, complementado por oração introduzida por *se*, funciona como predicado de modalidade é tipicamente *saber*, acompanhado de negação, como ilustram as ocorrências em (86).¹⁶ Uma propriedade que distingue o funcionamento de

¹⁶ Uma única ocorrência foi encontrada com o verbo *duvidar* funcionando como predicado de modalidade e complementado por oração introduzida por *se*. A ocorrência pertence a um dos textos do século XVI e é a seguinte: **duvido se se sofreo mais de três credos** [=duvido que sua penalidade tenha passado de três credos]. Depois desse período, ocorrências com *duvidar* se encontram, nos textos investigados, apenas a partir do século XVIII e, em todas as ocorrências em que esse verbo funciona como predicado de modalidade, ele é complementado por oração iniciada por *que* com verbo no modo subjuntivo. Pode-se supor, a partir daí, que o emprego da oração com *se*, no texto do século XVI, tenha sido motivado pelo significado *irrealis* dessa oração,

saber como predicado de modalidade de sua atuação como predicado de cognição (como em (86b)) parece ser a forma do verbo da oração completiva, que, em geral, é uma forma de presente (mesma forma do verbo da oração matriz) ou de futuro do indicativo quando o predicado matriz *saber* indica modalidade.¹⁷

- (86) a. De conformidade com a tua carta, mando um artigo sobre o Hermes. **Não sei se a “Tribuna” é hermista**, não deve ser, mas prevendo as duas hipóteses, o tal artigo é tanto Hermista como Anti.

(CCELU/20CE – 1)

- b. Que horror têm eles ao trabalho! Suspiro pelo domínio alemão no mundo, porque só o alemão, conquistando este país, teria o topete bastante para revogar a Lei 13 de Maio, pichar a caboclada e pô-la a substituir o negro no eito, sob vistas de truculentos feitores armados de uma máquina de surrar aperfeiçoadíssima, movida a eletricidade. Por mal dos meus pecados o Júlio de Mesquita derranca tanto a Alemanha na resenha semanal, que **não sei se ela resistirá este vocal**. E o Rui por cima a mobilizar o seu exército inumerável de verbalismo ...

(CCELU/20CE – 11)

Uma propriedade que, de modo mais determinante do que a forma verbal no complemento oracional, se correlaciona ao funcionamento de *não sei* como indicador de incerteza subjetiva e, assim, como predicado de modalidade, é a correferencialidade dos sujeitos na matriz e na completiva. Assim, se o fato expresso no complemento oracional diz respeito ao próprio sujeito-falante, que é o referente-sujeito da oração matriz, *não sei* sempre indica incerteza, e não desconhecimento, como mostram as ocorrências em (87). Essa interpretação de *saber* prevalece, nesses casos, certamente porque não faz muito sentido, para o interlocutor, que o falante enuncie total desconhecimento sobre a verdade/falsidade de um fato que lhe diz respeito.

- (87) a. Porque já se sabe: eu cá hei de durar pelo menos cem anos! Ou o que é mais certo - não morro mais! Cá vai! Vou dar meu passeio, e **não sei se cá voltarei mais!**

(CCELU /19CI – 29)

- b. DONA EUDÓXIA: ...Toma café conosco?
DONA RITOCA: **Não sei se tenho tempo...** Ela já saiu?
DONA EUDÓXIA: Não. Vai pelo trem das sete.
DONA RITOCA: Ah! (Alto) Pois aceito... Uma canequinha.
DONA SINFONIA: Café nunca se recusa.

(CCELU/20CF – 38)

que bem expressa o sentido de incerteza do verbo *duvidar*. Assim, é provável que, posteriormente, o modo subjuntivo do verbo na oração completiva introduzida por *que* tenha passado a indicar esse significado *irrealis*.

¹⁷ Em algumas construções, entretanto, mesmo com o verbo da oração completiva na forma de presente ou de futuro do indicativo, o significado de *saber* pode ainda permanecer ambíguo. Na maioria desses casos, no entanto, a análise do contexto maior em que a construção ocorre revela se prevalece a expressão de desconhecimento ou de incerteza do falante.

Uma característica especial da oração completiva introduzida por *se* é que ela nunca representa uma predicação. Comprova esse fato a impossibilidade de ocorrência dessa oração com verbos que têm como argumento entidades de segunda ordem, tais como os manipulativos, conforme se observa em (88) abaixo.

- (88) a. João ordenou que Pedro saísse da sala.
 a'. *João ordenou **se Pedro saísse da sala**.
 b. João mandou que Pedro saísse da sala.
 b'. *João mandou **se Pedro saísse da sala**.

A oração completiva introduzida pela conjunção *se* não representa eventos e, assim, nunca equivale a uma predicação, porque a expressão de um evento implica que uma “realidade” se instaure, mesmo que apenas na mente dos interlocutores, e a conjunção *se* não é capaz de instaurar realidades.¹⁸

Conforme foi demonstrado até aqui, a oração completiva iniciada por *se* representa apenas atos de fala interrogativos, que não são declarativos (*sim*) ou negativos (*não*), e proposições, referentes a fatos possíveis que não são nem verdadeiros nem falsos. O conteúdo de uma oração introduzida por *se* é, assim, sempre do tipo que *pode ser*, mas que nunca *é*, verdadeiro ou falso, afirmativo ou negativo. Essa particularidade que a conjunção integrante *se* possui de introduzir orações que se referem a possibilidades, e nunca a realidades, evidentemente, é um legado da conjunção condicional, da qual se originou, no latim vulgar, a conjunção integrante *se* do português, conforme demonstrei no primeiro capítulo.

Em termos semânticos, a característica que tem uma completiva introduzida por *se* de nunca ser equivalente a uma realidade instaurada e, desse modo, de nunca representar eventos corresponde à principal diferença entre uma oração completiva introduzida por *se* e uma introduzida por *que*. É também essa característica o que, em termos semântico-cognitivos, explica o modo diferente como essas duas orações podem integrar-se à oração matriz, em um processo de gramaticalização, conforme se tornará mais claro na seção seguinte deste capítulo.

¹⁸ A idéia de que as conjunções instauram ou não instauram realidades no discurso advém do estudo de Neves (1984) sobre as conjunções coordenativas do português. A autora utiliza essa noção para caracterizar a conjunção alternativa, e diz que, ao contrário das conjunções *e* e *mas*, “a conjunção *ou* nunca instaura uma realidade” (p. 169).

3.3 A proposta de gramaticalização de orações e a completiva introduzida por *se*

Conforme mencionei no final do primeiro capítulo, a proposta de que orações também podem ser tratadas sob o ponto de vista da gramaticalização é de Hopper & Traugott (1993).

Os autores apontam que, tradicionalmente, há uma tendência, nos estudos sobre gramaticalização, a considerar as orações apenas como contextos específicos para a descrição de outros elementos. Tratando-se, por exemplo, de conjunções, que em geral se desenvolvem a partir de fontes lexicais, e representam, portanto, casos de gramaticalização típicos, o ambiente da combinação de orações é tratado como o contexto em que essas conjunções se gramaticalizam ou têm sua gramaticalidade aumentada. As formas de combinação de oração em si mesmas pouca atenção têm recebido dentro dos estudos sobre gramaticalização (HOPPER & TRAUGOTT, 1993).¹⁹

Hopper & Traugott (1993) propõem que o modo como as orações se combinam dentro de um complexo oracional também pode ser alvo de um processo de gramaticalização, que envolve aumento de dependência entre constituintes, nesse caso, entre orações. Eles sugerem que esse processo vai de uma combinação frouxa a uma combinação mais tensa entre as orações, o que os autores representam pelo seguinte *cline* (ou *continuum*):²⁰

parataxe	>	hipotaxe	>	subordinação
- dependente		+ dependente		+ dependente
- encaixado		- encaixado		+ encaixado

Figura 5: *Cline* de gramaticalização de orações (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 170)

Conforme expõem Hopper & Traugott, no modo paratático duas ou mais orações se justapõem; elas constituem núcleos independentes, relacionados entre si apenas semanticamente por meio de inferências, e a combinação entre as orações caracteriza-se por uma **independência** relativa. A célebre frase “Vim, vi, venci” é um exemplo de combinação paratática entre orações.

No modo hipotático, há **interdependência** entre as orações combinadas. Uma oração constitui um núcleo, ao qual se liga uma outra oração (uma “margem”), em uma relação de adjunção, isto é, a oração margem não se encontra inserida na oração núcleo como um de

¹⁹ Apesar de essa observação de Hopper & Traugott referir-se ao início da década de 1990, data de publicação da obra, ela ainda é válida, inclusive no que diz respeito aos estudos sobre gramaticalização no português brasileiro.

²⁰ Segundo os autores, a elaboração do *cline* é baseada nos estudos de Matthiessen & Thompson (1988), Lehmann (1988, 1989) e Langacker (1991) sobre os modos de combinação de orações.

seus constituintes. As construções adverbiais, de modo geral, são exemplos de combinação hipotática entre orações.

A subordinação, também denominada “encaixamento”, corresponde ao modo de combinação que se caracteriza pela **dependência** entre as orações. A oração margem é um constituinte da oração núcleo e, como tal, se encontra totalmente inserida nela. As orações completivas são típicas desse modo de combinação.

Com base em uma proposta de Givón (1990), Hopper & Traugott consideram que o modo como as orações se combinam para formar uma sentença complexa pode ser iconicamente motivado. A idéia é que “quanto mais dois *eventos/estados* são integrados semanticamente ou pragmaticamente, mais as *orações* que os codificam estarão integradas gramaticalmente” (GIVÓN, 1990, p. 826).²¹ Desse modo, eventos semântica ou pragmaticamente menos integrados tendem a realizar-se em orações que se combinam de modo mais paratático (-dependente) e, inversamente, eventos mais integrados são mais propensos à expressão por meio de orações combinadas de modo menos paratático (+dependente).

Uma clara evidência formal do grau de integração semântico-pragmática e, assim, do grau de dependência entre as orações é, segundo Hopper & Traugott (1993), a presença ou ausência de marcadores de ligação entre as orações combinadas. A presença desses marcadores reflete, iconicamente, a maior “distância” (-integração) que há, no domínio conceitual, entre os eventos que as orações codificam, e a ausência desses marcadores retrata a menor “distância” conceitual (+ integração) entre os eventos. Integração semântico-pragmática e presença/ausência de marcadores de ligação entre as orações são, portanto, propriedades que fortemente se correlacionam à combinação mais ou menos tensa entre as orações e, conforme propõem Hopper & Traugott (1993), correlacionam-se também à gramaticalização das formas de combinação de oração. Hopper & Traugott reelaboram então o *cline* de combinação de orações incluindo essas duas propriedades, do seguinte modo:

²¹ *The more two events/states are integrated semantically or pragmatically, the more will the clauses that code them be integrated grammatically* (GIVÓN, 1990, p. 826).

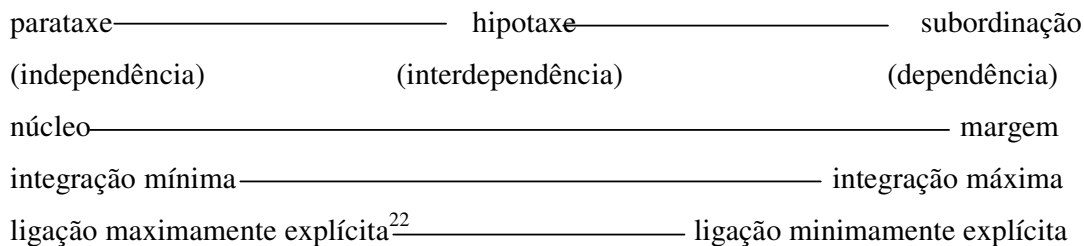


Figura 6: Propriedades relevantes ao *cline* de combinação de oração (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 171)

No processo de gramaticalização, a explicitação mínima da ligação entre as orações, ou mesmo a total ausência de marcadores de ligação, em tese caracteriza, como propõem Hopper & Traugott, os estágios mais avançado do processo, nos quais se verificam máxima integração e dependência semântico-pragmática entre as orações combinadas, além de total encaixamento sintático de uma oração margem a uma oração núcleo. Pode ocorrer, no entanto, que uma oração se desenvolva a partir de um modo de combinação mais frouxo para um modo mais tenso, sem que um conectivo deixe de marcar a ligação entre as orações, mantendo-se explícita, portanto, a marca de ligação entre as orações combinadas. Um exemplo desse tipo, discutido em Hopper & Traugott (1993), é o desenvolvimento de orações completivas introduzidas por *that* do inglês.

Conforme se demonstra em Hopper & Traugott, as orações introduzidas por *that*, que, no inglês atual, funcionam como argumento de predicado, na posição de sujeito ou objeto, e, portanto, em uma estrutura de subordinação (+ dependente, + encaixada), se teriam desenvolvido a partir de uma construção mais hipotática (+ dependente, - encaixada), em que *that*, em vez de complementizador, tinha o valor de um pronome demonstrativo, e a oração que *that* introduzia, em vez de um complemento oracional, correspondia a uma oração relativa. O desenvolvimento da oração com *that* em inglês, a partir de uma estrutura menos dependente para uma mais dependente é, assim, um caso de gramaticalização no modo de combinação dessa oração, embora o resultado do processo não seja caracterizado pela ausência do marcador de junção entre as orações (*that*).

Semelhante ao desenvolvimento da oração introduzida por *that* do inglês é o percurso de mudança da oração com *si* no latim, da qual a completiva introduzida por *se* do português é derivada. Ao se desenvolver como complemento oracional, a oração introduzida

²² Note-se em uma construção claramente paratática como “Vi, vim, venci” a ligação entre as orações se dá apenas pela entonação, isto é, não há marca explícita de ligação entre elas. Como observa Braga (1999a), Hopper & Traugott (1993) não deixam claro se o contorno entonacional pode ser considerado um elo de ligação equivalente aos conectivos.

por *si* ainda preserva o complementizador, que marca sua ligação morfossintática com a oração matriz.

Conforme demonstrei no capítulo anterior, há evidências de que o desenvolvimento no modo de combinação dessa oração no latim tenha percorrido todos os pontos do *cline* de gramaticalização de oração proposto por Hopper & Traugott (1993). A origem da ocorrência de *si* como conjunção condicional no latim, introduzindo uma oração adverbial em uma construção hipotática (+ dependente, - encaixada), teria sido, conforme aponteí, a forma *si(c)*, que funcionava como advérbio, equivalente a “assim”, em uma construção paratática (- dependente, -encaixada). A partir de sua ocorrência introduzindo uma oração condicional, combinada de modo hipotático com uma outra oração, *si* teria passado a marcar como hipotético-*irrealis* o conteúdo do complemento de verbos de expectativa e esforço, passando a atuar, assim, em uma construção caracterizada por uma relação ainda mais tensa entre as orações. A atuação de *si* nessas construções, muito próximas da subordinação oracional, teria representado, como propus no capítulo anterior, um modelo para que *si* passasse a introduzir orações completivas, em substituição às partículas interrogativas do latim. O esquema a seguir, reformulado a partir do exposto no primeiro capítulo e, aqui, com maior ênfase na forma de ligação entre as orações, ilustra como se teria dado o percurso de gramaticalização da oração com *si* no latim, que percorre todos os pontos do *cline* de gramaticalização de oração proposto por Hopper & Traugott (1993).

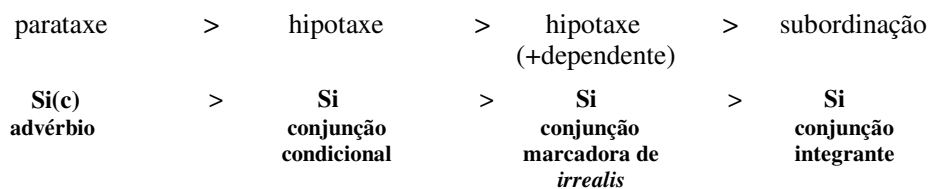


Figura 7: *Continuum* de gramaticalização da oração com *si* no latim

Observe-se que, quando a oração com *si* passa a funcionar, no latim, como completiva, em uma estrutura de subordinação, a conjunção *si* ainda marca a ligação entre oração completiva e oração matriz, do mesmo modo que ocorre, portanto, no caso das orações com *that* do inglês, conforme descrito por Hopper & Traugott (1993).

A presença de um complementizador marcando a ligação entre uma oração completiva e uma oração matriz, como no caso dos complementos introduzidos por *si* do latim e no caso dos iniciados por *that* do inglês, indica, conforme observam Hopper &

Traugott (1993), que a oração completiva se encontra em um estágio aquém da gramaticalização máxima que esse tipo de oração pode atingir. Uma construção com oração completiva introduzida por conjunção, como em (89a) abaixo, é, desse ponto de vista, um tipo de construção em que a combinação entre as orações se dá com menor grau de encaixamento e incorporação da oração completiva à matriz do que em uma construção como (89b), na qual nenhuma conjunção introduz o complemento oracional.

- (89) a. Ana viu **que João saiu de casa apressado**. (+ hipotaxe, - subordinação)
 b. Ana viu **João saindo de casa apressado**. (- hipotaxe, + subordinação)

A forma de gerúndio no verbo do complemento oracional em (89b) corresponde à única marca de dependência dessa oração com relação à oração matriz. Note-se que, com essa forma verbal, a oração não ocorreria independentemente, na forma de uma oração simples:

- (89) b'. *João saindo de casa apressado.

A integração semântica entre os eventos atua fortemente sobre a forma que o complemento oracional assume em (89b). A visão que Ana tem e a realização da “saída apressada de João” são eventos simultâneos no mundo real. Por isso, conforme propõe Givón (1990), eles são concebidos como eventos mais integrados um ao outro, e sua forma de representação lingüística em (89b) é reflexo direto dessa integração semântico-cognitiva, em especial a ausência da conjunção, elemento que se colocaria como material interveniente na codificação dos dois eventos.

Além da ausência da conjunção, a forma de gerúndio no verbo da oração completiva em (89b) torna essa oração menos característica do tipo completivo prototípico, como é o caso do complemento em (89a). Em outras palavras, a completiva em (89b) é uma forma mais *dessentencializada* do que a que se encontra em (89a).

A dessentencialização, isto é, a perda gradual de propriedades características de sentenças (LEHMANN, 1988), é, conforme propõem Hopper & Traugott (1993), constantemente observada nos processos de gramaticalização de orações. Para as orações completivas, a dessentencialização tanto pode levar à expressão do verbo da oração em forma não-finita, como em (89b), quanto pode, em um ponto máximo de gramaticalização dessa oração, torná-la um constituinte não-oracional (nominal), como em (90c).

- (90) a. Os meninos ouviram **que a bomba explodiu**. (- dessentencialização)
 b. Os meninos ouviram **a bomba explodir**. (+ dessentencialização)
 c. Os meninos ouviram **a explosão da bomba**. (nominalização)

Observe-se que (90c) não mais envolve combinação de orações, isto é, a construção não é composta de duas orações, como são (90a) e (90b).²³ A construção em (90c) contém um único núcleo verbal e, assim, equivale a uma (única) oração simples. Uma consequência da dessentencialização e, desse modo, da gramaticalização de orações é, portanto, como mostram as construções de (90), a transformação de construções *bi-oracionais* em construções *mono-oracionais*, ou, a redução de estruturas complexas a estruturas simples (HOPPER & TRAUGOTT, 1993; LEHMANN, 1988). A construção em (90b) representaria, assim, o ponto intermediário da total gramaticalização da oração completiva e da transformação de uma construção bi-oracional em mono-oracional.

A integração semântica entre os eventos, conforme propõe Givón (1990), novamente pode ser considerada como motivação das diferentes formas de expressão dos complementos em (90). O modo como se dá a integração semântica entre os eventos expressos nas construções de (90) torna-se mais claro a partir da seguinte consideração Lehmann (1988), a respeito do aspecto semântico-cognitivo da combinação de orações:

Em uma abordagem funcional, a ligação de oração pode ser vista como representativa de dois estados de coisas tão intimamente interligados que formam um só estado de coisas complexo, ou, pelo contrário, pode ser analisada como um estado-de-coisas composto de dois. Em ambos os casos a relação cognitiva dos dois estado-de-coisas é refletida no modo como eles são ligados na língua.²⁴ (LEHMANN, 1988, p. 217-8)

Nas construções de (90), ocorre, assim, que (90a) é a expressão de um estado-de-coisas “composto de dois”, percebidos como estados de coisas menos integrados semanticamente e, portanto, codificados na forma de oração finita e ligados entre si pela conjunção *que*. Em (90b) e (90c), diferentemente, os dois estado-de-coisas estão mais intimamente ligados e, em termos semântico-cognitivos, formam juntos “um só estado-de-

²³ Considero o complemento em (90b) como “oração” ciente de que esse seu estatuto não é consensual. Essa mesma posição com relação a complementos não-finitos, como em (90b), é adotada por Braga (1999b). De qualquer modo, pode-se considerar que há, em (90b), subordinação de um estado-de-coisas a um outro estado-de-coisas, expresso na oração principal, do mesmo modo que em (90a).

²⁴ *In a functional framework, clause linkage may be viewed as either representing two states of affairs so tightly interconnected that they form one complex state of affairs, or on the contrary analyzing one state of affairs as composed of two. In either case the cognitive relatedness of the two states of affairs is mirrored in the way they are linked in language* (Lehmann, 1988, p. 217-8).

coisas complexo”. A relação cognitiva entre os estado-de-coisas é, no entanto, mais frouxa, isto é, eles são pouco menos integrados semanticamente, quando são expressos na forma da construção em (90b), com a oração completiva dessentencializada, do que quando são codificados em uma construção mono-oracional, com complemento na forma de uma nominalização, como em (90c).

A contraparte semântico-cognitiva do processo de gramaticalização de orações, que começa em uma construção bi-oracional, como (90a), e chega a uma construção mono-oracional, como (90b), é, assim, que dois estados-de-coisas antes percebidos como distintos e menos integrados passam a ser concebidos como um estado-de-coisas único, embora complexo (LEHMANN, 1988, GIVÓN, 1990, 1995).

Com relação à transformação de uma construção bi-oracional em mono-oracional, Lehmann (1988) aponta que:

...existem dois modos de reduzir uma sentença complexa a uma sentença simples. Primeiro, podemos dessentencializar a oração subordinada tornando-a um constituinte da oração principal. Segundo, podemos gramaticalizar o verbo regente, tornando-o um afixo que modifica o significado do verbo semanticamente subordinado. Em ambos os casos, o verbo subordinado torna-se um constituinte da oração principal: no primeiro caso, um verbo dependente, no segundo caso, seu verbo principal.²⁵ (LEHMANN, 1988, p. 204)

Estudos sobre gramaticalização desenvolvidos no Brasil têm identificado tanto um quanto o outro modo de redução de sentenças complexas no português. Um claro exemplo dessa redução por meio da gramaticalização do predicado matriz é o que Cezario (2001, 2004) identifica com relação ao verbo *deixar*, que, segundo a autora, se gramaticalizou como um marcador de aspecto terminativo em português, na estrutura “deixar de + infinitivo”, conforme se observa em:

- (91) a exploração política das favelas **deixou de oferecer** vantagens depois de demonstrada a incapacidade de deter a ocupação desordenada e predatória dos morros.

(CEZARIO, 2004, p. 71).

²⁵ ...there are two ways of reducing a complex sentence to a simple one. First, we may desententialize the subordinate clause, turning it into a simple constituent of the main clause. Second, we may grammaticalize the governing verb, turning it into an affix which modifies the meaning of the semantically subordinate verb. In both cases, the subordinate verb becomes a constituent of the main clause: in the first case, a dependent one, in the second case, its main verb (LEHMANN, 1988, p. 204).

Outro caso, identificado no português, em que a gramaticalização de um verbo encaixador de oração envolve a mudança de uma construção bi-oracional em mono-oracional é o que descreve Gonçalves (2003) com relação ao verbo *parecer*. O autor demonstra que, no processo de gramaticalização desse verbo, ele passa de núcleo de oração principal, como em (92a), a advérbio modalizador, como em (92b).

- (92) a. Ele foi atropelado ontem, o Rubão...**Parece** *que ele estava bêbado*, não estava?
 b. Ela se mudou ontem, **parece** (...).

(GONÇALVES, 2003, p. 197).

Observe-se que o significado modal de *parecer*, em sua forma mais gramaticalizada, não afeta apenas o verbo, como propõe Lehmann (1988), mas toda a oração a que ele se relaciona. Ainda assim, do mesmo modo que ocorre com a gramaticalização de *deixar*, a construção com *parecer* passa de bi-oracional ((92a)) a mono-oracional ((92b)), ou, de uma sentença complexa (composta de oração matriz + oração encaixada) a uma sentença simples.

Um tipo de mudança muito semelhante à do verbo *parecer* é apontado por Casseb-Galvão (1999) com relação ao verbo *achar*. O processo de gramaticalização desse verbo, conforme demonstra a autora, também envolve um estágio em que o verbo passa de encaixador de oração, como em (93a), a advérbio modalizador, como em (93b). Assim como ocorre com *parecer*, portanto, *achar* passa de uma construção complexa ((93a)) a uma construção simples ((93b)).²⁶

- (93) a. **Acho** *que hoje em dia não basta somente ser capacitado*.
 b. [a família deles] é diferente da minha, eu **acho**.

(CASSEB-GALVÃO, 1999, p. 71-2)

O segundo modo pelo qual, segundo Lehmann (1988), sentenças complexas podem se tornar sentenças simples, isto é, a dessentencialização da oração subordinada, igualmente tem sido tratado em relação a construções com complemento oracional do português. Também nesses estudos, entretanto, os verbos encaixadores de oração têm sido mais

²⁶ Um processo de gramaticalização semelhante ao de *parecer* e *achar* em português é descrito por Thompson & Mulac (1991) para os verbos *think* e *guess* do inglês.

privilegiados nas análises do que as orações completivas em si, uma consequência natural do fato de que, em geral (mas nem sempre), propriedades do complemento oracional, incluindo sua dessentencialização, são determinadas pela natureza do verbo matriz (NOONAN, 1985; LEHMANN, 1988; GIVÓN, 1990).

Cezario (2001), por exemplo, compara a integração sintática entre complemento oracional e oração matriz em construções com verbos cognitivos (como *saber*, *ver*) e volitivos (como *mandar*, *querer*), com base na hipótese “de que os **verbos** do primeiro grupo apresentem graus de integração mais baixos do que os do segundo grupo” (p. 104; grifo meu). A autora conclui, entre outras coisas, que “as construções com verbos cognitivos são menos integradas que as com verbos volitivos” (p. 201), e um dos resultados que a levam a tal conclusão é a maior frequência com que os verbos volitivos, em comparação aos cognitivos, ocorrem com complementos dessentencializados, na forma não-finita. Entre os dados de Cezario, referentes a construções com verbos cognitivos, encontram-se casos em que o complemento é uma oração introduzida por *se*, como em (94).

- (94) existe circuito fechado...*não sei se está funcionando*, porque faz tempo que não vejo funcionar.

(CEZARIO, 2001, p. 79)

Na mesma linha de investigação adotada por Cezario (2001), Carvalho (2004) examina a integração sintática das construções completivas com verbos causativos (*mandar*, *deixar* e *fazer*) e perceptivos (*ver*, *ouvir* e *sentir*), com o objetivo tanto de “detectar os graus de integração sintática e gramaticalização entre essas cláusulas e suas matrizes” quanto de “identificar, em cada grupo semântico, quais os verbos que apresentam usos mais integrados e/ou gramaticalizados” (p. 22). Um dos estágios de maior gramaticalização que Carvalho identifica com relação ao verbo *ver* é o de sua ocorrência em uma adverbial de finalidade com oração completiva introduzida por *se*, como no seguinte exemplo, dado pela autora:²⁷

- (95) Eu também sou muito... demorada pra estudar, porque eu gosto de ler o livro!... eu faço os exercícios *pra ver se eu entendi*... Ainda mais naquelas matérias que eu não sei nada.

(CARVALHO, 2004, p. 174)

²⁷ Cezario (2001) também identifica a ocorrência de *ver* na estrutura “p(a)ra ver se...” como um caso de maior gramaticalização desse verbo e, ao final de seu trabalho, coloca-o entre os “indícios de mudanças que poderão ser estudados em outras pesquisas” (p. 205).

Conforme Carvalho problematiza, apesar de construções como a de (95) exibirem alto grau de integração sintática (identificado, por exemplo, pela ausência do referente-sujeito de *ver*), a oração encaixada não se encontra dessentencializada. Como a autora observa, a dessentencialização da completiva seria esperada nesses casos em vista de propostas, como a de Lehmann (1988) e a de Hopper & Traugott (1993), de que quanto maior a integração sintática entre as orações maior a tendência de gramaticalização, refletida na dessentencialização da oração subordinada. Casos como esse, entre outros semelhantes analisados pela autora, levam-na a considerar que:²⁸

...a correlação entre as noções de integração sintática e gramaticalização deve ser relativizada, pois nem sempre elas percorrem uma mesma trajetória. Levando-se em consideração o parâmetro grau de finitude (que tem sido utilizado, na literatura lingüística, para a aferição tanto de níveis de integração sintática como de graus de gramaticalização de uma dada construção lingüística), alguns empregos dos verbos aqui investigados configuraram-se como contra-evidências dessa correlação. A título de ilustração, os usos mais gramaticalizados de **ver** (...) somente ocorreram com completivas finitas, que equivalem a estruturas menos integradas sintaticamente. Até o emprego de **ver** na estrutura “p(a)ra ver se” (...), que parece estar se gramaticalizando, também só subcategorizou sentenças na forma finita. É interessante ressaltar que todos esses usos parecem estar em um estágio inicial de gramaticalização, o que talvez explique a falta da correlação supracitada. (Carvalho, 2004, p. 238; sublinhado meu, negritos da autora)

Observe-se, entretanto, que é improvável que uma oração em forma não-finita seja uma alternativa de expressão para o conteúdo da completiva introduzida por *se*, nas construções analisadas por Cezario (2001) e por Carvalho (2004), conforme revelam as tentativas de paráfrase em (94') e (95'). O conteúdo de um complemento oracional introduzido por *se* é, desse ponto de vista, diferente de um contido em uma oração introduzida por *que*. Esse último pode, com um mesmo tipo de verbo, realizar-se, alternativamente, na forma de um complemento não-finito, como mostram as duas construções com o verbo *querer* em (96), uma ocorrência analisada por Cezario (2004).

(94') a) não sei se está funcionando
a') ? não sei estar funcionando

(95') a) eu faço os exercícios pra ver se eu entendi
a') ? eu faço os exercícios pra ver entender

²⁸ A falta de correlação entre grau elevado de integração sintática e dessentencialização dos complementos também foi observada por Carvalho (2004), com relação a *ver*, nos casos em que esse verbo ocorre na expressão “vai ver que”, que, conforme ela analisa, funciona como um advérbio de dúvida, equivalente a *possivelmente*.

- (96) deu tudo normal ... mas é um fato que eu não **quero que aconteça** ... graças a Deus eu não vi ... nem **quero** ... nem longe acontecendo comigo.

(CEZARIO, 2004, p. 63)

A impossibilidade de o conteúdo de uma oração completiva introduzida por *se* expressar-se, alternativamente, em forma não-finita explica-se pela mesma razão que, conforme apontei na seção anterior, justifica a não ocorrência desse tipo de oração completiva como uma predicação encaixada, isto é, pela característica que tem a conjunção *se* de não instaurar uma realidade.

A redução de uma oração completiva a um constituinte da oração matriz, refletida na perda de suas propriedades oracionais, tal como a finitude, representa em termos semântico-cognitivos, como já demonstrei, um aumento no grau de integração entre os eventos expressos na matriz e na completiva. Em outras palavras, significa que os dois eventos passam a ser percebidos como um só evento complexo, como considera Lehmann (1988). Entretanto, dado que *se* não instaura uma realidade, não há no conteúdo da oração completiva que essa conjunção introduz **um** evento que possa ser percebido como mais integrado ao evento na oração matriz, ou que possa formar com ele um único evento complexo. A redução de uma oração completiva introduzida por *se* a um constituinte da oração matriz e, desse modo, a perda de suas propriedades oracionais, como as marcas de flexão no seu núcleo verbal, são, assim, processos barrados, de um lado, pela própria natureza de uma oração completiva marcada pela conjunção *se* e, de outro, pela contraparte semântico-cognitiva da gramaticalização de orações.²⁹

Ainda assim, a oração completiva introduzida por *se* envolve-se em um processo de integração sintática com a oração matriz que conduz à gramaticalização, isto é, à transformação de sentenças complexas (bi-oracionais) em sentenças simples (mono-oracionais). Conforme buscarei demonstrar no capítulo seguinte, no entanto, nesse processo, a completiva introduzida por *se* não se incorpora à oração matriz, tornando-se um constituinte não-oracional dentro dela, como ocorreria a uma oração completiva iniciada pela conjunção *que*. A maior integração sintático-semântica de uma completiva com *se* a

²⁹ É evidente que essa observação quanto à impossibilidade de o conteúdo de um complemento oracional introduzido por *se* ser expresso na forma não-finita não vai de encontro aos resultados dos estudos de Cezario (2001) e de Carvalho (2004), em relação a construções com verbos que podem ter como complemento uma oração introduzida por *se*. A análise do grau de integração das construções, nesses estudos, envolve, afinal, vários outros fatores, além da forma de expressão do complemento. Essa observação apenas sugere que as construções com complemento introduzido por *se* deveriam ser tratadas separadamente daquelas em que o complemento é uma oração introduzida por *que*, já que as formas de gramaticalização dessas duas orações, pelo menos no que diz respeito à finitude, não podem ser equiparadas.

uma oração matriz afeta apenas a conjunção integrante, não o complemento oracional como um todo.

A restrição quanto à possibilidade de redução da oração completiva iniciada por *se* a um constituinte não-oracional da oração matriz indica que os significados do complemento oracional, e não apenas os do verbo matriz, como considera a maioria das abordagens sobre o assunto, interferem no grau de integração sintática e, desse modo, na gramaticalização das orações completivas.

Um modo de tratar as orações completivas do ponto de vista do significado que elas expressam é, conforme aponte na primeira seção deste capítulo, analisá-las segundo o tipo de unidade semântico-funcional que representam, como proposto pela teoria da Gramática Funcional (DIK, 1997). Pode-se, assim, averiguar se o significado de um complemento oracional tem alguma influência sobre a forma como esse complemento se integra a uma oração matriz, investigando se existe uma correlação entre graus de integração de uma oração completiva e sua atuação como predicação, como proposição ou como ato de fala encaixado.

Uma indicação de que pode de fato haver uma estreita correlação entre o tipo de unidade semântico-funcional da oração completiva e seu grau de integração, tanto semântica quanto morfossintática, com a oração matriz encontra-se no estudo de Neves (2002), sobre graus de vinculação entre complemento oracional e oração matriz em construções com verbos implicativos e factivos do português. A autora analisa a atuação, nessas construções, de três tipos de operadores gramaticais (operadores de tempo, de modalidade e de negação), com base na idéia de que a livre atuação de um operador na oração matriz, sem afetar o conteúdo da oração completiva, indica que complemento oracional e oração matriz funcionam como duas unidades independentes, entre as quais há baixo grau de integração sintática. Por outro lado, se o escopo de um operador presente na oração matriz é também o conteúdo da oração completiva, as duas orações funcionam como uma unidade apenas, e há entre elas alto grau de integração sintática. A partir de suas análises, Neves conclui que há maior integração sintática nas construções com predicados implicativos do que naquelas com predicados factivos.

No tratamento que a Gramática Funcional (DIK, 1997) dispensa às orações completivas, fica estabelecida, embora não de maneira explícita, uma relação entre predicados implicativos e complementos oracionais que representam uma predicação, e entre predicados factivos e complementos que se referem a fatos possíveis, equivalentes a uma proposição. No capítulo que Dik (1997) dedica à exposição dos parâmetros semânticos

relevantes para a análise das construções completivas, o autor refere-se à noção de “implicatividade” apenas ao tratar das predicacões encaixadas, e à noção de “factividade” somente quando aborda as proposições encaixadas.

Em Neves (2000), essa correlação entre verbos implicativos e complementos que representam eventos e entre verbos factivos e complementos que equivalem a um fato possível também se encontra pressuposta. Ao tratar dos verbos implicativos em português, a autora diz que: “Nos **predicados implicativos** está envolvida a noção de condição necessária e suficiente, que apenas determina se o estado de coisas descrito na oração completiva ocorre ou não” (p. 35; negritos da autora; sublinhado meu); e quando trata dos predicados factivos, afirma: “A característica dos **factivos** é ter **participantes** de estatuto **oracional** que, para o falante, não indicam um simples evento, mas um fato, que permanece afirmado quer o **verbo** da **oração principal** seja afirmado quer seja negado” (p. 32; negritos da autora; sublinhado meu).³⁰

Uma vez que, conforme demonstra Neves (2002), em construções completivas com predicado matriz do tipo implicativo há maior integração sintática entre oração matriz e complemento oracional do que em construções nas quais o predicado matriz é do tipo factivo, e levando-se em conta que orações completivas de predicados do primeiro tipo são equivalentes a predicacões, ao passo que completivas de predicados do segundo tipo representam proposições, tem-se sugerida uma correlação entre completivas predicacionais e maior grau de integração sintática, e entre completivas proposicionais e menor grau de integração.

No capítulo seguinte, a partir dos resultados que serão mostrados em relação aos graus de integração das orações completivas equivalentes a cada um dos três tipos de unidade semântico-funcional, se verá que, para as orações analisadas nesta pesquisa – tanto as introduzidas por *se* quanto as que se iniciam por *que* – o grau de integração que a completiva exibe em relação à oração matriz mantém uma correlação estreita com o funcionamento dessa completiva enquanto predicacão, ou proposição ou ato de fala encaixado. Com isso, ficará demonstrado que o tipo de unidade semântico-funcional pode ser considerado uma propriedade semântica dos complementos oracionais relevante para a determinação de integração semântico-sintática nas construções completivas.

³⁰ A relação, pressuposta tanto em Dik (1997) quanto em Neves (2000), entre verbos implicativos e complementos oracionais equivalentes a predicacões, e entre verbos factivos e complementos representativos de proposições contribui, ainda, para uma utilização mais precisa das noções de “implicatividade” e “factividade”, as quais, conforme observa Bolkestein (1990), são utilizadas com sentidos diversos e, por isso, de modo bastante confuso na literatura.

4 OS COMPLEMENTOS ORACIONAIS EM DIFERENTES SINCRONIAS DO PORTUGUÊS

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa. Ele inicia-se por uma breve descrição das amostras de texto que compuseram os *corpora* de investigação e por informações relativas à metodologia empregada para a análise dos dados da pesquisa. Em seguida, são mostrados os resultados referentes à integração das completivas introduzidas por *se* e por *que* a uma oração matriz, em função do tipo de unidade semântico-funcional que elas representam. De modo geral, esses resultados comprovam a correlação que, no capítulo anterior, se propôs existente entre o grau de integração de um complemento oracional a uma oração matriz e seu comportamento enquanto uma predicação, uma proposição ou um ato de fala encaixado. Na seção seguinte, analisam-se os resultados, identificando-se, a partir deles, alguns fatores, de ordem tanto semântica quanto sintática, aos quais se mostram associados os comportamentos mais e menos integrados das completivas à oração matriz. A atuação desses fatores na integração dos complementos oracionais revela-se diferente, a depender de qual seja o tipo da oração completiva, ou introduzida pela conjunção *se*, ou iniciada por *que*, conforme busco demonstrar. O principal propósito, tanto da segunda, quanto da terceira seção deste capítulo, é, portanto, mostrar os aspectos em que se assemelham e em que divergem as completivas introduzidas por *se* e por *que*, no que diz respeito à sua integração a uma oração matriz. Os resultados nessas duas seções são, por isso, relativos ao comportamento conjunto dos dados nas três sincronias do português investigadas, e são raras as considerações sobre diferenças de comportamento das completivas em determinada sincronia, comparada a uma outra sincronia. O confronto de comportamento das ocorrências nas diferentes sincronias é feito somente na última seção deste capítulo, e apenas no caso da oração introduzida por *se*, objeto de estudo desta pesquisa. É também nessa última seção que busco demonstrar como se dá a gramaticalização dessa oração completiva em português.

3.1 *Corpus* e metodologia da pesquisa

Os dados das orações completivas finitas investigadas nesta pesquisa são extraídos de textos escritos representativos dos três diferentes períodos em que, nos estudos de base diacrônica, comumente se subdivide o português: o período arcaico (séculos XIII a XV), o período moderno (séculos XVI e XVII) e o período contemporâneo (séculos XVIII, XIX e XX).

Os períodos arcaico e moderno do português estão representados, neste estudo, por textos que integram dois *corpora* maiores, amplamente utilizados em pesquisas de natureza diacrônica desenvolvidas no Brasil: o “*Corpus* Diacrônico do Português”, organizado por Tarallo (1991), e o “Banco Informatizado de Textos do Projeto para a História do Português

(BIT-PROHPOR)”, organizado por pesquisadores vinculados a Universidade Federal da Bahia, sob a coordenação da Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva.¹

O período contemporâneo, por sua vez, está representado por textos digitalizados que compõem o “*Corpus* de Língua Escrita do Brasil”, sediado no “Centro de Estudos Lexicográficos”, da Universidade Estadual Paulista, câmpus de Araraquara. Os textos que integram esse *corpus* são classificados em seis tipos distintos, dos quais utilizo, para esta pesquisa, apenas três: textos técnico-científicos, cartas pessoais e peças teatrais.²

Entre as amostras representativas de cada um dos três períodos, há equivalência no que diz respeito à quantidade de texto investigada. Cada uma delas é composta por cerca de 250 páginas de texto, correspondentes, em média, a 380Kbytes de informação digital. Essa quantidade está distribuída uniformemente pelos séculos que compõem cada período. Assim, cada um dos três séculos que compõem o período contemporâneo, por exemplo, é representado por pouco mais de oitenta páginas de texto que, juntas, formam a quantidade total da amostra referente a essa sincronia.³

Nos quadros 1 e 2, a seguir, encontram-se registrados os totais de ocorrência da oração completiva introduzida por *se* e da que se inicia pela conjunção *que*, nos textos representativos dos três períodos investigados. Esses totais já revelam que a oração introduzida por *se* pode ser considerada uma forma marcada de complementação oracional em relação à oração com *que*, uma vez que, no universo de investigação constituído pela mesma

¹ Inicialmente, minha intenção era investigar apenas textos que integram o *Corpus* de Tarallo (1991). No entanto, durante uma apresentação de partes dos resultados da pesquisa que fiz, por ocasião do XV Congresso Internacional da Abralín, alguns pesquisadores da Universidade Federal da Bahia, integrantes do Projeto para a História do Português, me apontaram que grande parte dos textos que compõem o *Corpus Diacrônico* não constitui fonte segura para a investigação de dados diacrônicos. Isso porque, segundo eles, muitos dos textos não foram editados com rigor filológico, o que acaba por comprometer a autenticidade dos documentos. Esses pesquisadores me sugeriram, então, estender a investigação a textos que compõem o BIT-PROHPOR, cujas edições, a partir de cópias fac-similadas, são efetuadas com o devido cuidado filológico, pelos próprios pesquisadores do Projeto para a História do Português, ou por alunos de pós-graduação que fazem esse trabalho como parte de seus projetos de pesquisa. Com relação ao período arcaico, pude ter acesso a textos do BIT-PROHPOR representativos de cada um dos séculos que compõem esse período, em quantidade próxima à da amostra de textos que selecionei a partir do *corpus* de Tarallo (1991). Como representativos do período moderno, no entanto, tive acesso apenas a textos referentes ao século XVI. Essa forma de ampliação da investigação dos dados referentes aos períodos arcaico e moderno explica as diferenças que, conforme se irá observar, há entre o total de dados relativos às três sincronias investigadas.

² A opção por textos técnico-científicos e correspondências deveu-se a uma tentativa de tornar a amostra do período contemporâneo o mais equiparável possível às amostras dos períodos arcaico e moderno, constituídas por textos que, em sua maioria, correspondem a cartas oficiais e textos de caráter notarial, jurídico e epistolar. As peças teatrais foram selecionadas, por outro lado, dada a proximidade que a linguagem empregada nesse tipo de texto mantém com a modalidade falada, o que pode permitir que se identifiquem comportamentos das estruturas investigadas típicos dessa modalidade do português.

³ Com relação aos tipos de texto investigados, as amostras não são totalmente uniformes, especialmente as representativas dos períodos arcaico e moderno. Não foi possível uniformizar essas amostras quanto aos tipos de texto, ou porque não havia, nos *corpora* de base, textos de um mesmo tipo que representassem todos os séculos que compõem determinada sincronia, ou porque os textos disponíveis eram em tamanhos completamente díspares de um século para outro.

quantidade de textos, a ocorrência da completiva introduzida por *se*, em todos os períodos, é bem menor do que a do complemento oracional iniciado por *que*.⁴

PERÍODO ARCAICO		
século XIII	século XIV	século XV
08	33	33
Total: 74 ocorrências		
PERÍODO MODERNO		
século XVI	século XVII	
46	09	
Total: 55 ocorrências		
PERÍODO CONTEMPORÂNEO		
século XVIII	século XIX	século XX
12	27	36
Total: 75 ocorrências		
TOTAL GERAL: 204 ocorrências		

Quadro 1: Total de ocorrências de *se*-complemento nos três períodos investigados

⁴ O maior número de ocorrências no período arcaico, especialmente com relação aos complementos com *que*, deve-se à ampliação da amostra para incluir textos do BIT-PROHPOR. Essa mesma razão explica, em relação ao período moderno, o maior número de ocorrências referentes ao século XVI do que ao século XVII (veja nota 1 deste capítulo). No que diz respeito ao período contemporâneo, conforme mostram os números nos quadros, no século XVIII há um número menor de ocorrências, tanto de *se*-complemento quanto de *que*-complemento, em comparação aos séculos XIX e XX. Uma explicação para esse fato pode ser que os textos representativos do século XVIII não são todos do mesmo tipo dos textos referentes aos séculos XIX e XX. No “*Corpus de Língua Escrita do Brasil*”, não encontrei peças teatrais datadas do século XVIII, de modo que, como representantes desse século, investiguei apenas textos técnico-científicos e correspondências. Essas últimas, além disso, as únicas correspondentes a esse tipo de texto que encontrei no *Corpus*, têm caráter oficial, diferentemente das cartas dos séculos XIX e XX, que são de natureza mais pessoal. Observe-se que, com relação aos complementos introduzidos por *se*, mantém-se, contudo, um certo equilíbrio entre os totais de dados referentes às três sincronias consideradas como um todo, e é nesses números que me baseio para as análises que apresento na seção 3.2. e 3.3. Mesmo com relação aos complementos introduzidos por *que*, pode-se dizer que há equilíbrio entre os totais de ocorrência nas três sincronias, uma vez que o total de dados do período arcaico é praticamente o dobro do total relativo aos dois outros períodos. Desse modo, o total de dados da fase arcaica reflete diretamente a “duplicação” da amostra desse período, a que se procedeu com a inclusão de textos do BIT-PROHPOR.

PERÍODO ARCAICO		
século XIII	século XIV	século XV
309	417	370
Total: 1096 ocorrências		
PERÍODO MODERNO		
século XVI	século XVII	
373	140	
Total: 513 ocorrências		
PERÍODO CONTEMPORÂNEO		
século XVIII	século XIX	século XX
82	202	202
Total: 486 ocorrências		
TOTAL GERAL: 2095 ocorrências		

Quadro 2: Total de ocorrências de *que*-complemento nos três períodos investigados

Os dados coletados foram analisados segundo o comportamento de 12 grupos de fatores. Entre eles, 4 referem-se ao grau de integração do complemento oracional em relação à matriz, que constitui o principal foco das análises efetuadas nesta pesquisa. Os demais são grupo de fatores cujo funcionamento nas construções completivas foi investigado a fim de se averiguar se haveria alguma correlação entre eles e o comportamento das orações com graus diferentes de integração. Os grupos de fatores analisados são: (i) tipo de unidade semântico-funcional da oração completiva; (ii) tipo semântico do predicado matriz; (iii) valor pressuposicional do predicado matriz; (iv) forma do sujeito na oração matriz; (v) correferencialidade entre os sujeitos na matriz e na completiva; (vi) forma de expressão do sujeito da oração completiva; (vii) controle do referente-sujeito sobre a realização do evento na completiva; (viii) tipo de correlação modo-temporal entre matriz e completiva; (ix) seqüencialidade temporal entre os eventos expressos na construção; (x) posição da oração completiva em relação à matriz; (xi) estatuto ilocucionário (afirmativo, negativo, interrogativo) da construção; e (xii) forma de expressão de significados alternativos em *se*-complemento.⁵

⁵ Na apresentação dos resultados, neste capítulo, se verá que nem todos esses fatores são referidos, porque alguns deles não mostraram uma correlação sistemática com os graus de integração das orações completivas. Para a obtenção das freqüências relativas ao comportamento dos fatores nas ocorrências, foram utilizados alguns programas do pacote estatístico Varbrul (cf. Sankoff, 1988; Pinto, 1989; Pinto & Fioreti, 1992). Evidentemente, a utilização desse pacote estatístico nesta pesquisa não é a mesma que se faz nos estudos sociolinguísticos, uma vez que as diferentes formas de construção envolvendo orações completivas que aqui se investigam não podem

Aos fatores que compõem cada um dos 4 grupos referentes ao grau de integração das orações completivas, atribuíram-se valores numéricos, para que, a partir da soma desses valores, se pudesse aferir, de modo mais objetivo, o grau de integração do complemento oracional à sua oração matriz. Esse procedimento é adotado, nesta pesquisa, com base no estudo de Cezario (2001), e se apresenta, em maiores detalhes, na seção 4.3, juntamente com os resultados obtidos a partir dele.

4.2 Graus de integração de predicções, proposições e atos de fala encaixados

Conforme demonstrei no final do capítulo anterior, a impossibilidade de uma oração completiva introduzida por *se*, em um processo de integração com a oração matriz, perder suas propriedades oracionais e tornar-se um constituinte não-oracional da oração matriz, como pode ocorrer com uma oração introduzida por *que*, deve-se à natureza semântica de uma oração com *se*. Essa restrição sugere, como apontei, que o significado do complemento oracional pode interferir no modo como se dá a integração sintática entre as orações que formam uma construção completiva.

A fim de verificar se de fato o significado do complemento oracional tem um papel relevante na integração de uma oração completiva a uma oração matriz, analisei, nos dados da pesquisa, o comportamento de quatro fatores, considerados por Givón (1990) e por Lehmann (1988) como indicativos de graus diferentes de integração entre orações, em função do tipo de unidade semântico-funcional que a completiva representa. A equivalência entre “tipo de unidade semântico-funcional (predicação, proposição, ato de fala)” e “significado do complemento oracional” encontra sustentação na teoria da Gramática Funcional (DIK, 1997), conforme demonstrei no capítulo anterior.

Nesta seção, são mostrados os resultados obtidos com essa análise. De um modo geral, eles indicam a existência de correlações sistemáticas entre o grau de integração das orações nas construções com completivas finitas introduzidas por *que* e por *se* e o tipo de unidade semântico-funcional da oração completiva. Esses resultados são, portanto, evidência de que o significado de um complemento oracional interage com as formas de integração entre orações

ser consideradas “variantes lingüísticas”, ou seja, “diferentes maneiras de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 1990, p. 8). Aqui, o Varbrul serve apenas como instrumento para que o comportamento de uma grande quantidade de dados possa ser avaliado quantitativamente em termos de um mesmo conjunto de fatores.

nas construções completivas e, assim, dentro da proposta de Hopper & Traugott (1993), com a gramaticalização que pode ocorrer nesse modo de combinação de orações.

Givón (1990) considera como um dos fatores mais relevantes para a integração gramatical de um complemento oracional a uma oração matriz a relação entre a referência temporal do evento na oração matriz e a do evento na oração completiva. Para ele, quanto mais temporalmente seqüenciais forem os eventos da matriz e da completiva, maior será a dependência temporal entre esses eventos e maior também será o grau de integração semântico-cognitiva entre as duas orações, possivelmente refletido na expressão formal da construção completiva. Givón resume essa sua consideração na seguinte “inferência probabilística”: “Quanto mais co-temporais [i.e. ‘estritamente seqüenciais’ (*tightly sequential*)] são os dois eventos, maior é a probabilidade de que eles *não* sejam independentes um do outro” (GIVÓN, 1990, p. 520).⁶

Como exemplo de construções co-temporais, ou seqüenciais, Givón apresenta aquelas cujo predicado matriz é do tipo manipulativo e implicativo, para mostrar que, mais do que a relação lógica de implicação entre os eventos, a dependência temporal entre eles determina o alto grau de integração entre oração matriz e completiva em construções com predicados desse tipo. Embora o autor não estenda a discussão, entende-se que “co-temporalidade” corresponda à seqüência temporal prospectiva de realização dos eventos, dado que, nas construções com predicados manipulativos, a ocorrência do evento na completiva, em geral, dá-se em momento posterior ao evento codificado na oração matriz. Assim, não seriam co-temporais, por exemplo, os eventos na construção a seguir, em que a realização do evento na completiva dá-se em momento *anterior* à ocorrência do evento na oração matriz:

- (97) Também os ditos Padres de Jesu me **diseram que a esta cidade veo degradado** [=esteve preso] **hum Nuno Garcia pedreiro por omze anos por morte de [pelo assassinato de] hum omem mulato** e tendo ja servido do dito degredo hum, como se concertassem os ditos Padres com ele que os servise nas suas obras de graça cimquo anos e que lhe averiam perdam de Vossa Alteza dos outros cimquo anos

(CDP/16V4/CJ-212)

Givón (1990) afirma que, nas construções com predicados manipulativos-implicativos, a “co-temporalidade é uma pré-condição cognitiva para que os dois eventos sejam

⁶ *The more co-temporal two events are, the higher is the probability that they are not independent of each other* (GIVÓN, 1990, p.520).

considerados um evento único (embora complexo)” (p. 520).⁷ Em outras palavras, para o autor, a seqüencialidade temporal prospectiva entre os eventos na matriz e na completiva faz com que eles sejam mais propensos à percepção (e à codificação), por parte do falante, não como dois eventos, mas como um só evento complexo.

Desse ponto de vista, parece plausível que eventos temporalmente simultâneos também sejam considerados eventos co-temporais e, assim, eventos entre os quais há alto grau de dependência e de integração semântica. Se a base para que se considerem dois eventos como co-temporais é que a referência temporal de um deles seja dependente da referência temporal do outro, como se infere da proposta de Givón (1990), eventos simultâneos necessariamente são eventos co-temporais, já que suas referências temporais são tão, ou mais, co-dependentes que os casos de eventos prospectivos, analisados por Givón. Além disso, em termos cognitivos, parece bastante razoável que eventos simultâneos sejam considerados propensos a serem percebidos como um único evento complexo, tanto quanto eventos que são temporalmente prospectivos. Possivelmente, seqüências temporais simultâneas só não se encontram tratadas em Givón (1990) como co-temporais, porque, ao demonstrar a influência da co-temporalidade sobre o grau de dependência semântica entre eventos, o autor, conforme já aponte, restringe a análise a construções completivas com predicados do tipo manipulativo.

Nesta pesquisa, estendo, portanto, a noção de co-temporalidade que, em Givón (1990), refere-se apenas a seqüências temporais prospectivas, a seqüências temporais simultâneas e, desse modo, considero como eventos semanticamente mais dependentes os que, nas construções completivas investigadas, aparecem com os seguintes tipos de seqüências temporais:

A) Seqüências temporais prospectivas

(i) presente na matriz/futuro na completiva:

- (98) ...me pareceo encomendaruos muyto, que com toda a applicaçam, & cuidado deuido vos informeis dos peccados publicos, e uerigandose [=averiguando-os], se proceda com os culpados na mesma conformidade, aduirtindo que com volo ordenar assi, descarrego a obrigação de minha consciencia, & **espero que comprreis com a vossa de maneira** que se de inteira satisfaçam à justiça com exemplo [= de maneira que exemplarmente se faça justiça].

(CDP/17V5/JV-25)

⁷ ...co-temporality is one cognitive pre-condition for considering them [the two events] a single (though complex) event (GIVÓN, 1990, p. 520).

(ii) passado na matriz/futuro (do pretérito) na completiva:

- (99) Achei-o eu mal doente, u jazia
desacordado todo com o mal;
e non **cuidava que guareceria** [= sararia];

(CDP/13V1/CE-208)

B) Seqüências temporais simultâneas

(i) presente na matriz/presente na completiva:

- (100) Assi o rreligioso depois que **sentē del que he bē obediēte** [=sente que o pecador é obediente] e que tornará sempre a ssa ordē con proveyto...o leixã en as voontade pera ir hu quer que melhor poder procurar a prol do seu mōesteiro.

(CDP/14V2/LA-24)

(ii) futuro na matriz/futuro na completiva:

- (101) ...teuerõ por bē os santos padres e ordinarõ que os que derē a pēdença [=penitência] quando pregutassē ao pecador pera saber delle os pecados que fezera que **lhy dissessem** primeiramente **que nõ negasse nē hũa cousa do que sabia em que errara.**

(CDP/14V2/PP-135)

(iii) passado na matriz/passado na completiva:

- (102) E aquella sazom que os cavalleiros vierom [= naquela ocasião em que os cavaleiros vieram] stava el rei acostado a ùa freesta em seu paaço. E quando os vio assi armados vir e sem companhia, **conhoceo que eram cavalleiros andantes.**

(CDP/13V1/DG-70)

Seqüências não co-temporais, indicativas de menor dependência semântica entre os eventos na matriz e na completiva, nos dados investigados, são dos seguintes tipos:

(i) passado na matriz/passado anterior na completiva:

- (103) O homem de Plutarco levantou-se, andou um pouco, contendo a indignação, como se dissesse consigo, imitando o outro: - Ah! se lá estou com os meus atenienses! - Zeus, Dionisos, Afrodita... murmurava de quando em quando. **Lembrou-me então que ele fora uma vez acusado de desacato aos deuses** e perguntei a mim mesmo donde vinha aquela indignação póstuma, e naturalmente postíça. Esquecia-me, - um devoto do grego!

(CCELU/19UV – 3)

- (ii) presente na matriz/passado na completiva:
- (104) Por testemunho do historiador Damião de Góis **sabemos que, em 1513, Jorge Lopes Bixorda apresentara a El-Rei D. Emanuel três índios brasilienses**, que tinham vindo no seu navio do contrato, vestidos de penas à moda do país, aos quais servia de intérprete um português versado no seu idioma.
(CCELU/19MA – 59)
- (iii) futuro na matriz/presente na completiva:
- (105) **Diga a Judite que estou à espera dos cobres que ela me deve.**
(CCELU/20CE –4)
- (iv) futuro na matriz/passado na completiva:
- (106) Ainda não tenho os elementos precisos para saber qual será o meu dever, mas tenho a firme resolução de não sofismá-lo e de não evitá-lo, mas de cumpri-lo todo. Isso talvez por muito tempo me tenha afastado de Londres, para onde é também possível que eu possa em breve voltar. Mas, presente ou ausente, **nunca hei de esquecer que tive em sua casa o lugar de um filho.**
(CCELU/19CA – 13)
- (v) passado na matriz/presente na completiva:
- (107) Por uma informação do "Estado" **soube que há intenção do Itamarati de mandar o Dr. Toledo para a Itália.** Dê-lhe meus parabéns pela vitória.
(CCELU/20CE –23)

Note-se que, por ser esse um fator de base semântico-cognitiva, nem sempre a forma flexional do verbo corresponde à perspectiva temporal do evento. Em (108) abaixo, por exemplo, a perspectiva temporal do evento expresso na encaixada é futura, a mesma perspectiva do evento na oração matriz, embora o verbo da completiva apareça na forma de presente do indicativo.

- (108) - Meu caro Alcibíades, não acho prudente um tal desejo. Eu teria certamente a maior honra, um grande desvanecimento em fazer entrar no Cassino, o mais gentil, o mais feiticeiro dos atenienses; mas os outros homens de hoje, os rapazes, as moças, os velhos... é impossível.
- Por quê?
- Já disse; **imaginarão que és um doido ou um comediante**, porque essa roupa...
(CCELU/19UV – 3)

A escala a seguir ilustra de que modo, nesta pesquisa, o fator “seqüencialidade temporal” indica graus de menor e de maior integração semântica entre os eventos expressos na oração matriz e na oração completiva.



A análise das construções com oração completiva introduzida por *se* mostra que, nos três períodos investigados, eventos seqüenciais ao evento na oração matriz são expressos com maior freqüência em uma oração representativa de proposição, e não de ato de fala, nos termos de Dik (1997). Os resultados estão expostos na tabela a seguir.⁸

Seqüencialidade entre os eventos	ARCAICO (XIII, XIV, XV)		MODERNO (XVI, XVII)		CONTEMPORÂNEO (XVIII, XIX, XX)	
	ato de fala	proposição	ato de fala	proposição	ato de fala	proposição
não-seqüenciais	13/32 41%	10/42 24%	06/21 29%	05/34 15%	11/25 44%	09/50 18%
seqüenciais	19/32 59%	32/42 76%	15/21 71%	29/34 85%	14/25 56%	41/50 82%
TOTAL	32	42	21	34	25	50
	74		55		75	

Tabela 1: Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por *se* e codificação de eventos seqüenciais / não seqüenciais

Os resultados na tabela indicam que predominam, em todos os períodos, eventos seqüenciais, independentemente do tipo de unidade semântico-funcional que a completiva introduzida por *se* representa. Entretanto, colocando-se em destaque a unidade semântico-funcional, observa-se que a freqüência com que **proposições** codificam eventos **seqüenciais**,

⁸ Para a interpretação dos resultados que se faz nesta seção, de um modo geral, privilegia-se uma única direção de leitura das tabelas. Como se poderá notar, nem sempre há coincidência entre os resultados lidos nas direções vertical e horizontal, o que se deve à forma de disposição dos resultados na tabela, que se julgou ser a mais adequada à apresentação conjunta do comportamento dos dados nas três sincronias investigadas.

em todos os períodos, é mais significativa do que a frequência com que esse mesmo tipo de evento ocorre em atos de fala. A partir daí, pode-se considerar que as completivas introduzidas por *se* com maior grau dependência e, assim, com maior grau de integração semântica à oração matriz, em todas as sincronias investigadas, tendem a ser expressas mais como proposições do que como atos de fala encaixados.

Nas construções com oração completiva introduzida por *que*, os resultados com relação a esse fator se mostram mais categóricos. Em todos os períodos investigados, as completivas que representam **predicações** sempre expressam eventos **seqüenciais** ao evento na oração matriz. Nas orações que funcionam como **proposições** encaixadas, os eventos são mais freqüentemente **seqüenciais** e, naquelas que representam um **ato de fala**, por outro lado, expressam-se com maior freqüência eventos **não-seqüenciais** ao evento na oração matriz. Os resultados encontram-se na tabela 2.

Sequencialidade entre os eventos	ARCAICO (XIII, XIV, XV)		
não-sequenciais	predicação 0	proposição 123 / 529 23%	ato de fala 68 / 83 82%
sequenciais	484 / 484 100%	406 / 529 77%	15 / 83 18%
TOTAL	484	529	83
	1096		
Sequencialidade entre os eventos	MODERNO (XVI, XVII)		
não-sequenciais	predicação 0	proposição 63 / 295 21%	ato de fala 33 / 40 82,5%
sequenciais	178 / 178 100%	232 / 295 79%	07 / 40 17,5%
TOTAL	178	295	40
	513		
Sequencialidade entre os eventos	CONTEMPORÂNEO (XVIII, XIX, XX)		
não-sequenciais	predicação 0	proposição 72 / 292 25%	ato de fala 36 / 45 80%
sequenciais	149 / 149 100%	220 / 292 75%	09 / 45 20%
TOTAL	149	292	45
	486		

Tabela 2: Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por *que* e codificação de eventos sequenciais / não sequenciais

Tanto com relação às orações introduzidas por *se*, quanto no que diz respeito às orações iniciadas por *que*, observa-se, assim, uma correlação entre o tipo de unidade semântico-funcional que a completiva representa e o grau de integração semântica do complemento oracional, no que tange à seqüencialidade temporal entre os eventos. As orações completivas introduzidas por *se* exibem uma tendência maior à expressão de eventos mais dependentes, seqüenciais ao evento da oração matriz, quando equivalem a proposições do que quando representam atos de fala. As completivas introduzidas por *que*, por outro lado, veiculam apenas eventos seqüenciais e, assim, eventos mais dependentes e semanticamente mais integrados ao evento na oração matriz quando representam uma predicação encaixada. Quando equivalem a proposições, tendem a expressar eventos seqüenciais, mais dependentes, e, quando são atos de fala, tendem a codificar eventos não-seqüenciais, menos dependentes.

Um outro fator apontado por Givón (1990) como indicativo de grau de integração semântica entre os eventos da oração matriz e da oração completiva é o controle do referente-sujeito da oração completiva sobre a realização do evento com o qual ele se encontra envolvido. Conforme aponta Givón, nas construções com predicados manipulativos, por exemplo, o referente-sujeito não controla independentemente a realização do evento na oração completiva, já que essa realização envolve a manipulação do referente-sujeito da oração matriz. Isso indica, segundo, Givón, maior grau de dependência conceitual entre os eventos na matriz e na completiva e, desse modo, maior probabilidade de que os dois eventos sejam concebidos como um único evento complexo. O autor resume essa relação entre controle do referente-sujeito e grau de dependência e, assim, de integração semântica entre os eventos da oração matriz e da oração completiva, do seguinte modo: “Quanto menos integrados em um único evento semântico-cognitivo são os eventos da oração principal e da completiva, maior a probabilidade de o sujeito no complemento ser concebido como um agente independente, controlador” (GIVÓN, 1990, p. 548).⁹

Pode ocorrer, entretanto, que a realização do evento da oração completiva não envolva nenhum controle por parte do referente-sujeito, por se tratar de um *estado* (evento - controlado), como em (109), ou por envolver a ação de outros que não o referente-sujeito da oração completiva, como em (110).

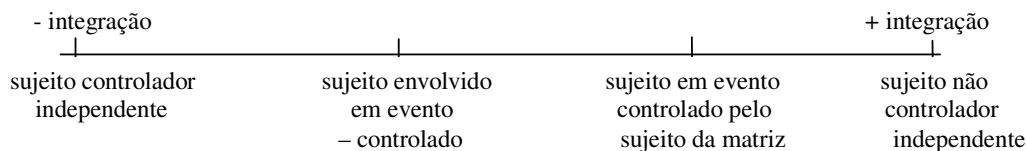
⁹ *The less integrated the main and complement events are as a single cognitive-semantic event, the more will the subject of the complement be conceived of as an independent, controlling agent* (Givón, 1990, p. 548).

- (109) Segundo que parece a Panecio, sobre tres cousas he a determinhaçom do conselho que filhamos. Hũa he quando *duvidamos dalgũa cousa se he onesta ou torpe*, e a esto se requiere nossa deliberaçom; e conssirando sobr'esto, muitas vezes o nosso coraçom he trazido em desvairadas sentenças.
(CDP/15V3/LO-12)
- (110) Lá *creo que saberá V. R. da morte dos nossos dois Irmãos que os Carrijós matarão*.
(CDP/16V4/CJ-228)

Nas construções em que os referentes-sujeitos da matriz e da completiva são correferenciais, evidentemente o referente-sujeito da oração encaixada também não é concebido como controlador independente, como mostra a construção em (111).

- (111) Eu estou em vésperas de transferir-me para São Paulo, deliberado por um copioso arsenal de argumentos forjados pela Purezinha. Para me não desconsolar de todo, **concertamos que um dia nos mudaremos para o Rio**.
(CCELU/20CE –15)

Considero, nesta pesquisa, que os referentes-sujeitos das completivas que indicam um evento “-controlado”, como em (109) e (110), ou que expressam um evento cuja realização é controlada pelo mesmo referente-sujeito da oração matriz, como em (111), correspondem a graus intermediários de integração semântica entre os eventos. Assim, neste trabalho, o fator “controle do referente-sujeito sobre a realização do evento na oração encaixada” indica graus de integração semântica entre os eventos do modo como ilustra a escala a seguir.



A análise dos referentes-sujeitos nas construções com oração completiva introduzida por *se* revela uma tendência à expressão de eventos mais dependentes desse ponto de vista em completivas que representam proposições. Os resultados estão expostos na tabela 3.

Controle do evento no complemento	ARCAICO (XIII, XIV, XV)		MODERNO (XVI, XVII)		CONTEMPORÂNEO (XVIII, XIX, XX)	
	ato de fala	proposição	ato de fala	proposição	ato de fala	proposição
evento com sujeito controlador independente	11/42 26%	06/42 14%	07/21 33%	02/34 6%	10/25 40%	4/50 8%
evento -controlado	21/42 74%	32/42 76%	14/21 67%	26/34 76%	15/25 60%	32/50 64%
evento controlado pelo mesmo sujeito da matriz	0	4/42 10%	0	06/34 18%	0	11/50 22%
evento com sujeito não-controlador independente	0	0	0	0	0	3/50 6%
TOTAL	32	42	21	34	25	50
	74		55		75	

Tabela 3: Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por *se* e grau de controle do referente-sujeito

Conforme mostram esses resultados, em todos os períodos investigados, eventos com referentes-sujeitos que são do tipo controlador independente são expressos preferencialmente em completivas introduzidas por *se* que representam atos de fala. As completivas introduzidas por *se* representativas de **atos de fala** veiculam, desse modo, eventos mais **independentes** do evento na oração matriz com maior frequência do que as completivas que representam proposições.

Eventos que do ponto de vista do controle do referente-sujeito são mais **dependentes** do evento na oração matriz são, por outro lado, codificados com maior frequência em completivas introduzidas por *se* que funcionam como **proposições**. Em todos os períodos, eventos “-controlados” tendem a ser expressos em orações equivalentes a proposições, e eventos controlados pelo mesmo referente-sujeito da oração matriz ou que envolvem um sujeito não controlador independente, embora seja baixo o número de ocorrências, manifestam-se, exclusivamente, em orações que representam esse tipo de unidade semântico-funcional.

Para as orações completivas introduzidas por *que*, por outro lado, observa-se uma maior tendência à expressão de eventos mais **dependentes**, do ponto de vista do controle do

referente-sujeito, nos complementos que representam **predicações** encaixadas. Os resultados referentes a cada um dos três períodos investigados encontram-se nas tabelas 4, 5 e 6.

Controle do evento no complemento	ARCAICO (XIII, XIV, XV)		
	predicação	proposição	ato de fala
evento com sujeito controlador independente	07 / 484 2%	90 / 529 17%	60 / 83 72%
evento - controlado	25 / 484 5%	312 / 529 59%	23 / 83 28%
evento controlado pelo mesmo sujeito da matriz	31 / 484 6%	127 / 529 24%	0
evento com sujeito não-controlador independente	421 / 484 87%	0	0
TOTAL	484	529	83
	1096		

Tabela 4: Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por *que* e grau de controle do referente-sujeito, nos dados do período arcaico.

Controle do evento no complemento	MODERNO (XVI, XVII)		
	predicação	proposição	ato de fala
evento com sujeito controlador independente	05 / 178 2%	46 / 295 16%	31 / 40 77,5%
evento -controlado	21 / 178 12%	186 / 295 63%	09 / 40 22,5%
evento controlado pelo mesmo sujeito da matriz	28 / 178 16%	63 / 295 21%	0
evento com sujeito não-controlador independente	124 / 178 70%	0	0
TOTAL	178	295	40
	513		

Tabela 5: Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por *que* e grau de controle do referente-sujeito, nos dados do período moderno.

Controle do evento no complemento	CONTEMPORÂNEO (XVIII, XIX, XX)		
	predicação	proposição	ato de fala
evento com sujeito controlador independente	02 / 149 1%	51 / 292 18 %	23 / 45 51%
evento -controlado	33 / 149 22%	208 / 292 71%	17 / 45 38%
evento controlado pelo mesmo sujeito da matriz	08 / 149 6%	33 / 292 11%	05 / 45 11%
evento com sujeito não controlador independente	106 / 149 71%	0	0
TOTAL	149	292	45
	486		

Tabela 6: Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por *que* e grau de controle do referente-sujeito, nos dados do período contemporâneo.

Observe-se que, em todos os períodos, as completivas introduzidas por *que* que funcionam como **predicações** codificam com maior frequência eventos com sujeito não controlador independente e, desse modo, eventos que, desse ponto de vista, são mais **dependentes** do evento na oração matriz. Além disso, esse tipo de evento nunca se encontra expresso nas orações que funcionam como proposição e atos de fala encaixados, como mostram os resultados relativos aos três períodos investigados.

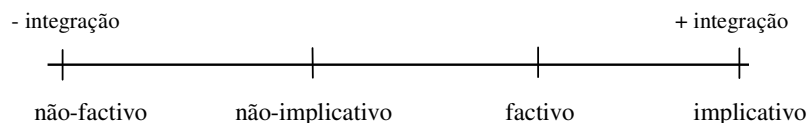
Nas orações introduzidas por *que* representativas **de atos de fala**, por outro lado, expressam-se com maior frequência, em todos os períodos, eventos com sujeito controlador independente e, assim, eventos **menos dependentes** do evento na oração matriz.

Também com relação ao controle do referente-sujeito sobre a realização do evento na oração encaixada, observa-se, assim, uma correlação entre o tipo de unidade semântico-funcional que a oração completiva representa e seu grau de dependência ou integração semântica com o evento na oração matriz. As completivas introduzidas por *se*, com relação a esse fator, tendem a exibir **maior** grau de dependência com a oração matriz quando funcionam como **proposições** encaixadas, e **menor** grau de dependência quando equivalem a atos de fala.

As orações introduzidas por *que*, por sua vez, são **mais dependentes** da oração matriz, com relação a esse fator, quando representam **predicações** encaixadas e, do mesmo modo que as completivas introduzidas por *se*, exibem **menor grau de dependência** quando representam **atos de fala**.

Um outro fator que pode ser considerado como indicativo do grau de dependência e, assim, de integração semântica entre oração matriz e oração completiva é o valor pressuposicional do verbo matriz. Conforme demonstrei no capítulo anterior, com base em Kiparsky & Kiparsky (1970), Karttunen (1970) e em Givón (1984), se o predicado matriz é do tipo implicativo ou do tipo factivo, ele impõe um determinado valor de verdade ao conteúdo do complemento oracional, isto é, complementos de predicados implicativos são sempre interpretados como eventos realizados ou não realizados, e complementos de verbos factivos, como proposições factuais. Há, desse modo, uma maior dependência semântica entre os conteúdos da oração matriz e da oração completiva em construções com verbos implicativos e factivos do que nas construções com verbos não-implicativos e não-factivos, com os quais nenhum valor de verdade é determinado para o conteúdo expresso no complemento oracional. Vistos em uma escala, conforme o valor pressuposicional que expressam, os predicados

podem, desse modo, indicar graus de dependência e, portanto, de integração semântica entre oração matriz e oração completiva do seguinte modo:¹⁰



A análise desse fator nas construções completivas com complemento oracional introduzido por *se* revela que, como era de esperar, uma oração introduzida por *se* só funciona como argumento de predicados não-factivos. Dado que, conforme demonstrei na seção anterior, o conteúdo de uma oração introduzida por *se* é sempre referente a possibilidades, nunca a uma realidade instaurada ou a um fato verdadeiro, essa oração não ocorrerá como complemento de predicados factivos ou implicativos, que determinam um valor de verdade definido para o conteúdo de seu complemento. Uma oração completiva iniciada pela conjunção *se* é, desse ponto de vista, sempre semanticamente independente de sua oração matriz.

Com relação às completivas introduzidas por *que*, os resultados referentes ao valor pressuposicional dos predicados matriz corroboram os que se apresentaram em relação aos outros fatores de integração semântica. Eles indicam que eventos semanticamente mais **dependentes** e, desse modo, mais integrados ao evento da oração matriz, expressam-se com maior frequência, em todos os períodos, em completivas introduzidas por *que* que funcionam como **predicações**. Os resultados estão na tabela 7.¹¹

¹⁰ O modo de distribuição dos tipos de predicado na escala, isto é, com o tipo “factivo” antecedendo o tipo “implicativo” na escala e, assim, indicando menor grau de integração fundamenta-se no estudo de Neves (1999) que, conforme apontei na seção anterior, demonstra que há maior grau de integração nas construções completivas com verbos implicativos do que naquelas com verbos factivos.

¹¹ No capítulo 3, apontei, com base em Neves (2000) e em Dik (1997), uma correlação entre predicado matriz do tipo implicativo/não-implicativo e complemento oracional representativo de predicação, e entre predicado matriz factivo/não-factivo e complemento equivalente a uma proposição. Conforme se observa a partir dos resultados na tabela 7, há, entre os dados analisados, complementos de predicados factivos que representam predicações. Esses dados são todos relativos a construções com o predicado *ver* (e seus correlatos *achar*, *oulhar* e *conhecer*, nos períodos arcaico e moderno), indicando a percepção visual de um evento, como em: *E vendo que ele abanava a cabeça: - Meu caro, disse-lhe, tu podes certamente...* (CCELU/19UV – 4). Note-se que a negação de *ver*, nesse caso, não afeta o conteúdo na oração completiva, que permanece pressuposto como evento factual, e que, portanto, *ver* tem comportamento de verbos factivos, e não de implicativos, embora seja complementado por uma oração representativa de evento e, assim, de predicação.

Valor pressuposicional do predicado matriz	ARCAICO (XIII, XIV, XV)		
	predicação	proposição	ato de fala
não-factivo	0	490 / 529 93%	83 / 83 100%
não-implicativo	435 / 484 90%	0	0
factivo	23 / 484 4,5%	39 / 529 7%	0
implicativo	26 / 484 5,5%	0	0
TOTAL	484	529	83
	1096		
Valor pressuposicional do predicado matriz	MODERNO (XVI, XVII)		
	predicação	proposição	ato de fala
não-factivo	0	273 / 295 93%	40 / 40 100%
não-implicativo	161 / 178 90%	0	0
factivo	15 / 178 9%	22 / 295 7%	0
implicativo	2 / 178 1%	0	0
TOTAL	178	295	40
	513		
Valor pressuposicional do predicado matriz	CONTEMPORÂNEO (XVIII, XIX, XX)		
	predicação	proposição	ato de fala
não-factivo	0	256 / 292 88%	45 / 45 100%
não-implicativo	139 / 149 93%	0	0
factivo	06 / 149 4%	36 / 292 12%	0

implicativo	04 / 149 3%	0	0
TOTAL	149	292	45
		486	

Tabela 7: Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por *que* e valor pressuposicional dos predicados matriz.

Observe-se, entretanto, que, em todos os períodos, o tipo de predicado matriz que as orações representativas de predicções complementam com maior frequência não é o tipo implicativo, que indicaria maior grau de integração semântica entre os conteúdos da matriz e da encaixada. Como mostram os resultados na tabela 7, as completivas que funcionam como predicção complementam mais frequentemente, nos três períodos investigados, predicados matriz do tipo não-implicativo, indicativos do segundo maior grau de integração semântica, depois dos verbos implicativos. Esse comportamento sugere que, pelo menos no que diz respeito a textos escritos, um predicado que determina um valor pressuposicional ao conteúdo de seus complementos não é empregado com muita frequência como matriz de orações completivas introduzidas por *que*. Note-se ainda, a esse respeito, a baixa frequência de ocorrência, indicada pelos resultados na tabela, com que um verbo factivo é matriz de orações completivas, nos três períodos.

Os resultados com relação a esse fator também corroboram uma outra tendência que se observa em relação ao grau de dependência semântica das orações introduzidas por *que* com sua oração matriz. Nota-se, a partir dos resultados que se apresentaram, que as completivas que, nos dados, funcionam como atos de fala só ocorrem com predicados não-factivos, indicativos de maior independência semântica entre os conteúdos das orações. Novamente se observa, assim, uma correlação entre complementos oracionais representativos de **atos de fala** e **baixo grau** de dependência e integração semânticas com a oração matriz.

Os fatores apresentados até aqui dizem respeito ao grau de integração semântica e semântico-cognitiva entre os complementos oracionais e a oração matriz com que eles ocorrem. Além desses, há um fator de ordem gramatical que também permite que se avalie o grau de integração entre as orações nas construções com complementos oracionais finitos. Trata-se da expressão formal do referente-sujeito na oração completiva.

A base para a análise desse fator como indicativo do grau de integração gramatical das orações completivas é o estudo de Lehmann (1988) que, ao propor parâmetros que sejam tipologicamente válidos para as formas de ligação entre orações nas línguas do mundo,

afirma: “Se orações principais e subordinadas estão entrelaçadas por partilharem um elemento de sua estrutura, isso não será especificado na oração subordinada, ficando a especificação suprida na oração principal” (LEHMANN, 1988, p. 208).¹²

Entendendo entrelaçamento como sinônimo de integração das orações, considero nesta pesquisa que, se o sujeito da oração completiva é expresso apenas na oração matriz, o complemento oracional está gramaticalmente mais integrado à oração matriz.

A partir dessa consideração, fica evidente a existência de uma correspondência direta entre a identidade dos sujeitos na matriz e na completiva e o grau de integração entre as duas orações. Desse modo, os dados em que o sujeito da oração principal é idêntico ao da completiva, sendo nela retomado pela flexão verbal, seriam sempre casos de maior integração gramatical do complemento oracional; e as ocorrências em que não há identidade entre os sujeitos das duas orações representariam sempre menor grau de integração do complemento à sua oração matriz.

Apesar de essa correspondência parecer válida, há uma outra forma de manifestação do sujeito que pode representar um ponto intermediário entre a maior e a menor integração gramatical das orações. Trata-se de casos como os que se encontram em (112) a (114) a seguir.

- (112) E *da villa* vos digo **que he muy forte**.
(CDP/14V2/CG-334)
- (113) *Estes* fazem sua aldeã apeguada com esta Villa. Fazia eu de conta se estivera aqui de hir morar entre *elles* mas o P. Brás Lourenço se occupará com *elles* e *espero* no Senhor Deus **que se farão christão** e que dahi ajuntaremos alguns mininos e **que serão mais fieis do que eles acostumão ser**.
(CDP/16V4/CJ-227)
- (114) E *mãdo* **que, quen quer que tenia meu tesouro os meus tesouros a dia de mia morte, que os de a departir** [=que os repartam entre] **aquestes dous arcebispos e aquestes cinque bispos**, assi como suso é nomeado.
(CDP/13V1/TA-398)

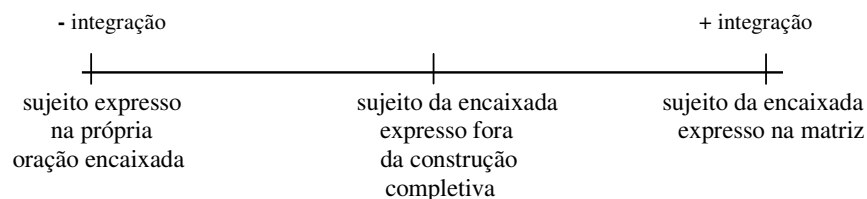
Em todas essas ocorrências, o sujeito da oração completiva é especificado como material que antecede o complemento oracional. Em (112), ele se apresenta como tópico da sentença; em (113), o sujeito do complemento oracional é especificado em porções textuais que antecedem toda a construção completiva e, em (114), a especificação do sujeito faz-se em material intercalado ao complemento oracional. Em nenhum desses casos o sujeito ocupa a

¹² *If main and subordinate clauses are interlaced by sharing an element of their structure, this will be left unspecified in the subordinate clause, the specification being supplied by the main clause* (Lehmann, 1988, p. 208)

posição a ele reservada na oração completiva e, desse ponto de vista, pode-se considerar que a oração completiva exibe menor grau de independência gramatical do que nos casos em que o sujeito é expresso em sua própria posição na oração encaixada, como nas construções de (115) e (116):

- (115) E por ende Nostro Senhor Ihesu Cristo *disse que o grande çuiamêto* [= ensinamento] *nõ uem de nõ comer homẽ cõ as mãos nõ lauadas*, mays dos pëssamêtos maos que saẽ do coraçõ e da uõotade. (CDP/14V2/PP-126)
- (116) E sendo el-rrei doente em Lixboa de door de que sse estonce finou, fez chamar Diego Lopez Pacheco e outros, e disse-lhe que el *sabia bem que o iffante dom Pedro seu filho lhe tiinha maa voontade*, nom embargando as juras e perdom que fezera, da guisa que elles bem sabiam; (CDP/15V3/CP-222)

As formas de manifestação dos sujeitos indicam graus de integração gramatical das orações completivas, nesta pesquisa, do modo como ilustra a escala a seguir.



Os resultados referentes ao comportamento deste fator nas construções com oração completiva introduzida por *se* indicam que, nos períodos arcaico e moderno, seja como ato de fala seja como proposição, esse tipo de oração completiva tende a ter seu sujeito especificado em material fora da construção encaixada. Nesses dois períodos, portanto, essa oração completiva exibe com maior frequência, desse ponto de vista, grau médio de integração gramatical. Os resultados encontram-se na tabela 8.

Forma de manifestação do sujeito	ARCAICO (XIII, XIV, XV)		MODERNO (XVI, XVII)		CONTEMPORÂNEO (XVIII, XIX, XX)	
	proposição	ato de fala	proposição	ato de fala	proposição	ato de fala
sujeito expresso na própria oração encaixada	12 / 42 28%	07 / 32 22%	06 / 34 18%	07 / 21 33%	26 / 50 52%	12 / 25 48%
sujeito expresso em porção textual fora da construção completiva	25 / 42 60%	21 / 32 65,5%	14 / 34 41%	14 / 21 67%	10 / 50 20%	13 / 25 52%
sujeito da encaixada expresso apenas na oração matriz	05 / 42 12%	04 / 32 12,5%	14 / 34 41%	0	14 / 50 28%	0
TOTAL	42	32	34	21	50	25
	74		55		75	

Tabela 8: Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por *se* e forma de manifestação do sujeito

Nos dados do período contemporâneo, por outro lado, observa-se uma maior frequência de proposições com sujeitos expressos na própria oração encaixada, e de atos de fala com sujeito expresso fora da construção completiva. Assim, diferentemente do que ocorre com os dados dos dois períodos anteriores, encontram-se, no período contemporâneo, proposições com baixo grau de integração, e atos de fala com grau médio de integração gramatical com a oração matriz. Para esses últimos, entretanto, os resultados não permitem nenhuma conclusão a respeito desse comportamento, dado que a frequência com que atos de fala aparecem com grau médio de integração, com seus sujeitos especificados fora da construção completiva, é apenas quatro pontos percentuais maior do que a frequência com que eles aparecem com baixo grau de integração, com os sujeitos expressos na própria oração encaixada, e essa diferença, conforme se observa na tabela 8, é representada por uma única ocorrência.

A maior frequência, nos dados do período contemporâneo, de proposições gramaticalmente menos integradas pode refletir um comportamento de “desintegração” sintática da oração completiva introduzida por *se* em relação à matriz. Conforme se verá na

última seção deste capítulo, em algumas construções ocorrentes nesse período, a oração completiva encontra-se de fato sintaticamente “desintegrada” da oração matriz, embora os fatores de caráter semântico indiquem graus elevados de integração entre as orações.

Os resultados com relação à forma de manifestação dos sujeitos nas construções com *se*-complemento indicam, por fim, uma baixa tendência de orações representativas de atos de fala ocorrerem com grau elevado de integração gramatical, com sujeito correferencial ao sujeito da oração matriz e especificado apenas nela. Note-se que, com esse comportamento, a completiva introduzida por *se* aparece somente em quatro ocorrências referentes ao período arcaico. Essas ocorrências são todas com o verbo *dizer* na forma do imperativo, nas quais a construção completiva com *se*-complemento equivale a uma forma indireta de interrogar o interlocutor, como mostram (117) e (118).

(117) – Rogo-vos que mi **digades se houvestes sabor na gram beldade daquela mulher.**

(CBP/14/FS-16)

(118) – Meninho, eu te conjuro pelo nome de Jhesu Christo que **digas se és meu filho.**

(CBP/14/FS-58)

Uma vez que as ocorrências nas quais atos de fala aparecem com alto grau de integração sintática, com sujeitos correferenciais ao sujeito da matriz, são todas de um mesmo tipo e aparecem nos dados de apenas um dos períodos, pode-se concluir que é baixa a tendência de esses tipos de complemento oracional, na forma de uma oração introduzida por *se*, ocorrerem com grau elevado de integração gramatical com a matriz. Lembre-se, aqui, que essa tendência de comportamento caracterizado por baixo grau de integração é indicada, com relação ao complemento introduzido por *se* equivalente a um ato de fala, também pelos fatores de integração semântica.

Com relação à oração completiva introduzida por *que*, os resultados apontam uma tendência, em todos os períodos, de complementos representativos de predicções realizarem-se com grau médio de integração sintática, com sujeitos expressos fora do domínio da oração completiva, e de complementos que funcionam como proposições e atos de fala terem seus sujeitos expressos na própria oração completiva e ocorrerem, assim, com baixo grau de integração. Os resultados estão mostrados na tabela 9.

Forma de manifestação do sujeito	ARCAICO (XIII, XIV, XV)		
	predicação	proposição	ato de fala
sujeito expresso na própria oração encaixada	147 / 484 30%	246 / 529 46,5%	65 / 83 78%
sujeito expresso em porção textual fora da construção completiva	308 / 484 64%	164 / 529 31%	18 / 83 22%
sujeito da encaixada expresso apenas na oração matriz	29 / 484 6%	119 / 529 22,5%	0
TOTAL	484	529	83
	1096		
Forma de manifestação do sujeito	MODERNO (XVI, XVII)		
	predicação	proposição	ato de fala
sujeito expresso na própria oração encaixada	45 / 178 25%	150 / 295 51%	31 / 40 77,5%
sujeito expresso em porção textual fora da construção completiva	107 / 178 60%	88 / 295 30%	09 / 40 22,5%
sujeito da encaixada expresso apenas na oração matriz	26 / 178 15%	57 / 295 19%	0
TOTAL	178	295	40
	513		
Forma de manifestação do sujeito	CONTEMPORÂNEO (XVIII, XIX, XX)		
	predicação	proposição	ato de fala
sujeito expresso na própria oração encaixada	58 / 149 39%	191 / 292 66%	26 / 45 58%

sujeito expresso em porção textual fora da construção completiva	83 / 149 56%	68 / 292 23%	14 / 45 31%
sujeito da encaixada expresso apenas na oração matriz	08 / 149 5%	33 / 292 11%	05 / 45 11%
TOTAL	149	292	45
	486		

Tabela 9: Tipo de unidade semântico-funcional do complemento introduzido por *que* e forma de manifestação do sujeito

A baixa frequência com que, nos dados dos três períodos, os complementos representativos de predicação ocorrem com o maior grau de integração, com sujeitos correferenciais ao sujeito da oração matriz, talvez se explique pelo fato de esse tipo de complemento, dado o seu alto grau de integração sintática com a oração matriz, ser expresso preferencialmente na forma de orações não-finitas, que não são contempladas nesta pesquisa.

Em relação às completivas equivalentes a atos de fala, por outro lado, a tendência de não se realizarem com sujeitos correferenciais ao sujeito da oração matriz confirma o comportamento típico desse tipo de complemento oracional, isto é, seu grau predominantemente baixo de integração com a oração matriz.

Tanto com relação ao comportamento dos fatores indicativos de integração semântica quanto no que diz respeito ao fator indicativo de integração sintático-gramatical, os resultados apontam, assim, a existência de uma estreita correlação entre tipo de unidade semântico-funcional e grau de integração do complemento oracional. Essa correlação, conforme se observou, configura-se sempre no sentido de que, quanto mais baixo, na estrutura em camadas da oração, o nível da unidade semântico-funcional que a completiva representa, tanto mais alto o seu grau de integração com a oração matriz e, inversamente, quanto mais alto o nível da unidade, menor o grau de integração da oração completiva. Assim, a oração introduzida por *que* mostra-se mais dependente, e mais integrada, à oração matriz quando equivale a uma predicação – que é referente a uma entidade de segunda ordem – e exibe menor dependência e menor integração quando funciona como um ato de fala – que é referente a uma entidade de quarta ordem. Também a oração introduzida por *se* tende a exibir graus menores de dependência e integração com a oração matriz ao funcionar como um ato de fala. Os graus mais elevados de integração dessa oração com a oração matriz observam-se, no entanto, nos

casos em que ela equivale a uma proposição, o tipo de entidade semântico-funcional mais baixa que uma completiva introduzida por *se* pode representar. A validade dessa correlação será também comprovada na última seção deste capítulo, em que serão mostrados casos de máxima integração da completiva introduzida por *se* com a oração matriz, e se verá que, em todos eles, essa oração completiva tem o estatuto de uma proposição.

Os resultados expostos até aqui estão baseados no comportamento dos dados em relação às diferentes variáveis que compõem cada um dos quatro fatores de integração analisados. Atestou-se, assim, o grau de integração nas construções completivas observando-se seu comportamento segundo a atuação de cada uma das variáveis tomadas individualmente.

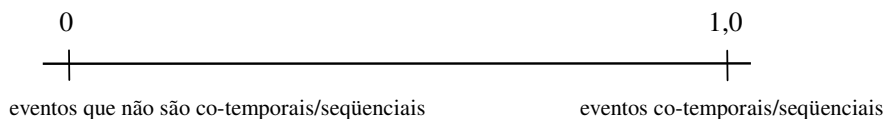
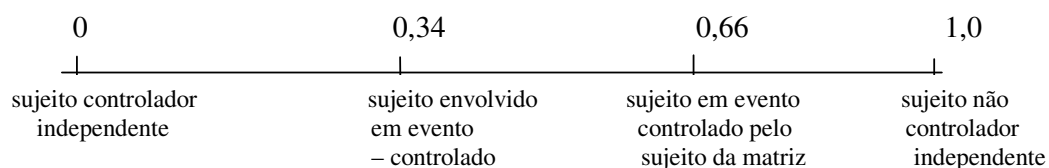
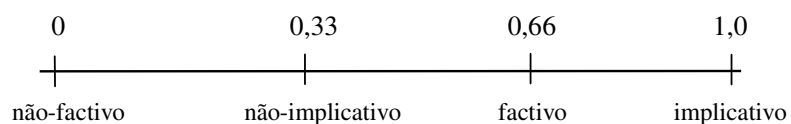
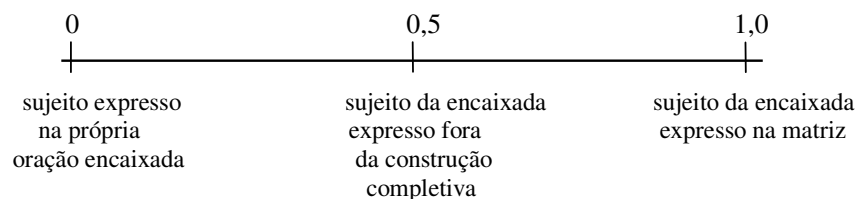
Entretanto, em geral, as variáveis não se comportam, nos dados, indicando todas um mesmo grau de integração. Se, por exemplo, do ponto de vista do “controle dos sujeitos”, uma oração completiva se comporta como menos integrada à matriz, ela pode apresentar-se mais integrada do ponto de vista da “seqüencialidade temporal entre os eventos”, o que torna difícil a atribuição de um grau de integração definitivo a essa oração.

Uma forma de atestar, de modo objetivo, o grau de integração que resulta do comportamento dos fatores nas construções é a que se encontra no estudo de Cezario (2001), que procurei adaptar para esta pesquisa. Dessa forma de análise, bem como dos resultados obtidos a partir dela, passo a tratar na seção seguinte.

3.3 Graus de integração das completivas medidos numericamente

Em seu estudo sobre graus de integração em construções completivas com verbos cognitivos e volitivos, Cezario (2001) traduz em números o valor das variáveis analisadas, de forma que cada uma delas entre com um valor, concretamente medido, na caracterização do grau de integração das construções. A soma dos valores de todas as variáveis é que determina o grau com que uma oração completiva se encontra integrada à oração matriz.

A soma mínima possível, de acordo com essa forma de análise, é 0, e a máxima corresponde ao número de fatores investigados. Para esta pesquisa, a soma máxima possível é, portanto, 4, e as variáveis em cada uma das escalas de integração apresentadas anteriormente recebem valores que variam de 0 a 1, do seguinte modo:

Fator 1: Sequencialidade temporal entre os eventos**Fator 2: Controle do sujeito da completiva sobre a realização do evento****Fator 3: Valor pressuposicional do predicado matriz****Fator 4: Forma de manifestação dos sujeitos**

Esses valores são atribuídos conforme a aplicação das variáveis em cada uma das ocorrências analisadas. No quadro a seguir, encontram-se alguns exemplos dessa forma de análise do grau de integração nas construções.

(119) Na casa grande está o Virgílio na parte que foi de papai e na outra disse-me há dias o Virgílio que entrou um inquilino ocupando só meia casa e portanto pagando só meio aluguel isto é 10\$000. Logo que apareça um inquilino inteiro ponho fora este meio inquilino. (CCELU/20CE – 2)	
Fator 1: eventos não-seqüenciais =	0
Fator 2: sujeito em evento controlado pelo sujeito da matriz (sujeitos idênticos) =	0
Fator 3: predicado matriz não-factivo =	0
Fator 4: sujeito expresso na oração encaixada =	0
SOMA TOTAL =	0
(120) JOAQUIM AGUACEIRO: Parece que esta noite ele arrebentou até as flores. O PESCADOR: Viu que estava desgraçado . Então foi desgraçando tudo. DONA EUDÓXIA: É isso mesmo... Oh! (CCELU/20CF –45)	
Fator 1: eventos seqüenciais =	1,0
Fator 2: sujeito da completiva em evento “-controlado” =	0,66
Fator 3: predicado matriz factivo =	0,66
Fator 4: sujeito da encaixada expresso na matriz =	1,0
SOMA TOTAL =	3,32
(121) Há umas tintas modernas de óleo mas com a consistência do pastel que se usa sem pincel, em forma de bastãozinho. Chama-se em inglês pasteloid colours. Não sei se haverá em São Paulo . (CCELU/20CE – 3)	
Fator 1: eventos seqüenciais =	1,0
Fator 2: sujeito da completiva em evento “-controlado” =	0,34
Fator 3: predicado matriz não-factivo =	0
Fator 4: sujeito da encaixada expresso fora da construção completiva =	0,5
SOMA TOTAL =	1,84

Quadro 3: Exemplos da análise do grau de integração das construções a partir de valores numéricos

O número obtido com a soma dos valores das variáveis corresponde a um grau diferente de integração da oração completiva, do modo como se esquematiza no quadro a seguir.

SOMA TOTAL	GRAU DE INTEGRAÇÃO
0	0
de 0,01 a 1,0	1
de 1,01 a 2,0	2
de 2,01 a 3,0	3
de 3,01 a 4,0	4

MENOR INTEGRAÇÃO
 ↓
 MAIOR INTEGRAÇÃO

Quadro 4: Valores correspondentes a maior e menor integração entre as orações

Na construção em (119), a completiva introduzida por *que* tem, assim, grau 0 de integração e se encontra minimamente integrada à oração matriz. Em (120), essa completiva liga-se à oração matriz com o grau mais elevado de integração (grau 4) e se apresenta, portanto, altamente integrada à matriz. A completiva introduzida por *se* de (121), por sua vez, exibe grau de integração 2, ligando-se, pois, à oração matriz com grau médio de integração.

Os gráficos 1 e 2 a seguir mostram com que graus de integração, medidos numericamente, as completivas introduzidas por *que* e por *se* ocorrem predominantemente, nos dados relativos aos três períodos investigados, ao se comportarem como predicções, como proposições e como atos de fala. Esses resultados corroboram aqueles mostrados na seção anterior e legitimam a correlação entre o tipo de unidade semântico-funcional da oração completiva e seu grau de integração à oração matriz. Conforme se observa, tanto com relação às completivas introduzidas por *se* quanto no que diz respeito às iniciadas por *que*, os dados referentes a orações representativas de unidades mais baixas na estrutura em camadas proposta pela Gramática Funcional concentram-se em pontos indicativos de graus mais elevados de integração.

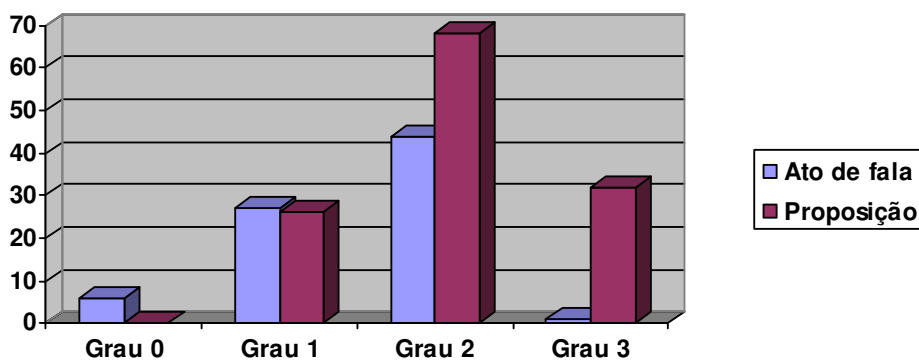


Gráfico 1: Graus de integração e tipo de unidade semântico-funcional de *se*-complemento em todos os períodos investigados

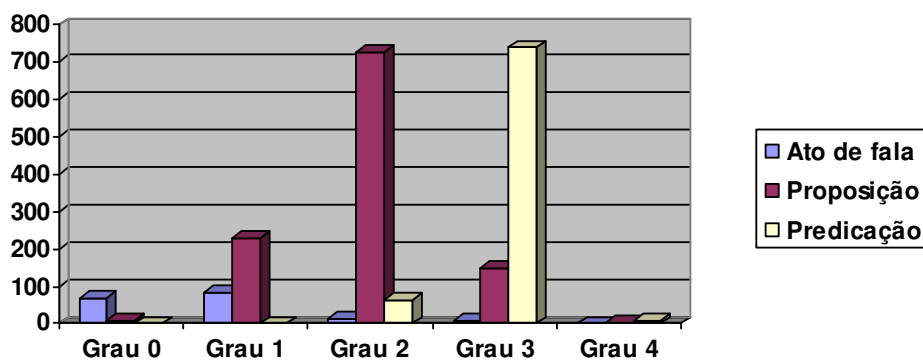


Gráfico 2: Graus de integração e tipo de unidade semântico-funcional de *que*-complemento em todos os períodos investigados

A partir dos resultados nos gráficos 1 e 2, nota-se ainda uma diferença mais geral entre um complemento oracional introduzido por *se* e um iniciado pela conjunção *que*. Conforme está indicado pelas colunas nos gráficos, o maior número de dados da completiva com *se* refere-se ao comportamento dessa oração com grau médio de integração (grau 2), ao passo que, para a completiva com *que*, a maior ocorrência é relativa não apenas à integração média (grau 2) mas também à integração pouco mais elevada (grau 3) dessa oração com a matriz. Isso sugere que uma completiva iniciada por *se* tenderia a comportar-se de modo menos integrado à oração matriz do que uma completiva introduzida por *que*.

Conforme revelam os resultados, entretanto, não se trata apenas de uma tendência de comportamento. Nota-se, pelos gráficos 1 e 2, que, embora seja baixo o número de ocorrências, a completiva introduzida por *que* pode aparecer com o grau que, nesta pesquisa, indica a integração mais elevada do complemento oracional à matriz, isto é, o grau de

integração 4.¹³ A completiva introduzida por *se*, por outro lado, não aparece com esse grau de integração em nenhuma das ocorrências analisadas. O grau máximo de integração do complemento oracional introduzido por *se*, nos dados desta pesquisa, é 3, um ponto abaixo, portanto, do maior grau de integração que um complemento com *que* pode atingir. Esse comportamento indica, pois, que, de modo geral, uma oração completiva introduzida por *se* tem potencial de integração menor do que uma iniciada pela conjunção *se*.

Os resultados das análises do grau numérico de integração nas construções com completivas introduzidas por *que* e *se* também demonstram que o comportamento mais integrado dos complementos oracionais, nos dados dos três períodos, mantém uma relação com o tipo de correlação modo-temporal dos verbos na matriz e na completiva e com a natureza semântica do verbo que a oração complementa. Os resultados referentes ao primeiro desses fatores encontram-se na tabela 10, com relação às completivas introduzidas por *se*.

	Grau 0	Grau 1	Grau2	Grau 3	Total
Indicativo/Indicativo	05 / 4%	37 / 29%	73 / 58%	11 / 9%	126
Infinitivo/Indicativo	01 / 3%	05 / 14%	16 / 44%	14 / 39%	36
Subjuntivo/Indicativo	0	04 / 20%	15 / 75%	01 / 5%	20
Imperativo/Indicativo	0	05 / 36%	05 / 36%	04 / 28%	14
Gerúndio/Indicativo	0	02 / 29%	03 / 42%	02 / 29%	07
Gerúndio/Subjuntivo	0	0	0	01 / 100%	01
Total	06	53	112	33	204

Tabela 10: Graus de integração e correlação modal nas construções com *se*-complemento

¹³ Ao todo, a completiva introduzida por *que* aparece, nos dados desta pesquisa, com grau 4 de integração em apenas 13 ocorrências. Uma explicação para essa baixa frequência pode ser que esse grau de integração, que resulta da presença, nas construções, de variáveis às quais se atribuem valores mais altos, seja característico de completivas *dessentencializadas*, ocorrentes na forma não-finita, que não estão incluídas nos dados desta pesquisa. Convém notar que, dessas 13 ocorrências em que se verifica o grau máximo de integração, em 10 a completiva introduzida por *que* representa uma predicação, e, nas outras 3, uma proposição, o que confirma a tendência de completivas representativas das unidades semântico-funcionais mais baixas exibirem graus mais elevados de integração.

Observe-se, em primeiro lugar, que esses resultados demonstram haver incompatibilidade entre uma completiva introduzida por *se* e a expressão do verbo dessa oração no modo subjuntivo. A razão para isso, obviamente, está ligada ao fato de a conjunção *se*, por si só, marcar como hipotético/irreal o fato expresso na completiva introduzida por essa conjunção, tornando-se, por isso, desnecessário, ou inconveniente, que essa indicação seja marcada também no verbo da oração por meio do subjuntivo. A única ocorrência da completiva introduzida por *se* com verbo na forma do modo subjuntivo é a que se mostra em (122), relativa aos dados do século XV.¹⁴

- (122) O meestre disse que partira de Cantilhana, que som d'alli cinco legoas, e que as pousadas cuidava que seeriam boas; e el-rrei, porque entraram muitos com o meestre, disse que sse fosse aposentar [=descansar], e depois se viinria pere elle [=viria até ele]. O meestre partio-sse, e foi veer dona Maria de Padilha e as sobrinhas, que estavom em outra parte dos paaços, e d'alli se veo ao curral honde leixara as bestas e nom achou hi nêhũa, ca assi fora mandado aos porteiros. O meestre, **nom sabendo se tornasse a el-rrei ou que fizesse**, disse-lhe hũu seu cavalleiro, sospeitando mall de tall feito, que sse sahisse pello postiigo do curral que estava aberto, ca lhe nom mingoaria besta...

(CBP/15/CP- 25)

O comportamento da completiva introduzida por *se*, caracterizado por graus mais elevados de sua integração com a matriz, conforme indicam os resultados na tabela 10, tende a relacionar-se à ocorrência do verbo da oração completiva nas formas do indicativo, ligada à realização do verbo da matriz na forma nominal de infinitivo. A maioria dos casos em que aparece essa correlação está representada, nos dados dos três períodos, por ocorrências nas quais a construção completiva se encontra inserida em uma oração adverbial de finalidade, introduzida pelas preposições *por*, *pera* e *para*, como exemplificam as ocorrências de (123).¹⁵ A indicação de graus elevados de integração, nesses casos, coaduna-se com o fato de que a realização do complemento oracional iniciado por *se* no domínio de uma adverbial final

¹⁴ Note-se que, no português atual, a construção de (122) seria expressa, mais naturalmente, com o verbo da completiva na forma de imperfeito do indicativo (não sabendo se voltava ao rei ou o que faria/fazer...), em vez de imperfeito do subjuntivo.

¹⁵ Em apenas duas ocorrências, a correlação “infinitivo/indicativo” está associada ao comportamento altamente integrado da completiva introduzida por *se*, e a construção completiva não está inserida em uma adverbial final. Em uma delas, a completiva aparece no interior de uma oração adverbial causal, introduzida pela preposição *por* (*Desde que recebi a sua carta em Madri estou para escrever-lhe, mas até agora não o fiz por não saber se devia dizer-lhe sim ou não* (CCELU /19CA – 19)); na outra ocorrência, pertencente aos dados do século XVI, a construção é parte de uma adverbial modal, iniciada por *tam fora de...* (equivalente a “sem”): *vireis e vê-lo-eis que cousa pode ser, entrar em huma povoação de Indios e ver quatrocentas almas ou mais por caminho de perdição, tam fora de saborem de quantos annos são, nem se an-de morrer, nem depois de mortos onde an-de ir, que nenhuma paixam nelles entra* (CDP/16V4/CJ-242).

representa um dos contextos em que se pode observar a ocorrência de gramaticalização da oração completiva, conforme será demonstrado na última seção deste capítulo.

- (123) a. El-rrei dom Pedro fez logo fazer todollos seus prestes [= logo fez com que todos os seus estivessem preparados], cuidando outro dia d'aver batalha; e o mar era tam sem vento que sse nom podia aproveitar das naaos. E avudo seu conselho, em que eram desvairados acordos, determinou que pois [= porque, uma vez que] a armada dos emmiigos jazia em tall rrio que por sua estreirura nom podia pellejar [=batalhar, lutar] com elles, que sse fossem entanto pera Alicante **por veer se quieriam depois pellejar**;

(CBP/15/CP- 30)

- b. Onde quãdo estas tres pregũtas fazer cada hũu pãedençador aquel [= àquele] que sse confessa pregũteo [= interrogar-o] **pera saber del se o sabe** [rezar, fazer oração] e se o souber deue a entãder que cree e sabe fazer oraçom come deryto cristão, senõ deuelhos mostrar.

(CDP/14V2/PP-136)

- c. ...e quem vem do mar em fora **para saber se está tanto avante como esta ilha**, olhe para a terra firme e verá no meio da serra um pico que parece frade com capelo sobre as costas, o qual demora ao leste-noroeste, e podemos os navios entrar por qualquer das bandas da ilha como lhe mais servir o vento e ancorar afoito e lá é a terra firme.

(CBP/16/NB-37)

Para as completivas introduzidas por *que*, os resultados mostram, por outro lado, que o subjuntivo, quase ausente nos verbos das completivas introduzidas por *se*, é o modo característico dos verbos de completivas introduzidas por *que* altamente integradas à oração matriz. Na tabela 11 a seguir, estão expostos esses resultados.

	Grau 0	Grau 1	Grau2	Grau 3	Grau 4	Total
Indicativo/Indicativo	70 / 6,8%	228 / 22%	573 / 54%	183 / 17%	02 / 0,2%	1056
Infinitivo/Indicativo	0	05 / 25%	11 / 55%	03 / 15%	01 / 5%	20
Subjuntivo/Indicativo	04 / 5%	19 / 21%	43 / 49%	22 / 25%	0	88
Imperativo/Indicativo	01 / 2%	27 / 46%	28 / 47%	03 / 5%	0	59
Gerúndio/Indicativo	02 / 2%	22 / 18%	72 / 60%	24 / 20%	0	120
Gerúndio/Subjuntivo	0	0	06 / 21%	23 / 79%	0	29
Indicativo/Subjuntivo	0	10 / 1,5%	59 / 9%	595 / 88%	10 / 1,5%	674
Subjuntivo/Subjuntivo	0	01 / 4%	03 / 13%	19 / 83%	0	23
Infinitivo/Subjuntivo	0	0	03 / 27%	08 / 73%	0	11
Imperativo/Subjuntivo	0	01 / 6,5%	01 / 6,5%	13 / 87%	0	15
Total	77 / 3,4%	313 / 15%	799 / 38%	893 / 43%	13 / 0,6%	2095

Tabela 11: Graus de integração e correlação modal nas construções com *que*-complemento

Observe-se que, independentemente de qual seja o modo do verbo na oração matriz, a ocorrência do subjuntivo na completiva com *que* é mais freqüente nos casos em que essa oração exibe grau de integração 3, e representa a maioria dos dados em que a oração se liga à matriz com grau de integração 4 (10 de 13 ocorrências). A relação entre a presença do subjuntivo na completiva introduzida por *que* e o comportamento mais integrado dessa oração com a matriz não surpreende, se se leva em conta que o subjuntivo é por excelência o modo da subordinação e da dependência.

Os resultados nas tabelas (12) e (13), a seguir, mostram os tipos de relação entre as referências temporais dos eventos na matriz e na completiva, a que se liga o comportamento mais integrado dos complementos com *se* e com *que* à oração matriz. Esses resultados associam-se aos mostrados na seção anterior, referentes ao fator “seqüencialidade temporal entre os eventos”.¹⁶

	Grau 0	Grau 1	Grau2	Grau 3	Total
Presente/futuro	0	0	06 / 46%	07 / 54%	13
Passado/futuro	0	02 / 9%	14 / 67%	05 / 24%	21
Presente/presente	0	02 / 5%	36 / 88%	03 / 7%	41
Futuro/futuro	0	04 / 10%	23 / 57,5%	13 / 32,5%	40
Passado/passado	0	01 / 3%	29 / 83%	05 / 14%	35
Passado/passado anterior	06 / 27%	16 / 73%	0	0	22
Presente/passado	0	21 / 95%	01 / 5%	0	22
Futuro/presente	0	04 / 100%	0	0	04
Futuro/passado	0	03 / 50%	03 / 50%	0	06
Total	06	53	112	33	204

Tabela 12: Graus de integração e correlação temporal nas construções com *se*-complemento

¹⁶ Optei por analisar as relações temporais entre os verbos da matriz e da completiva em termos semânticos, por entender, com base em Givón (1990), que a relação temporal semântica entre os eventos é relevante para que ocorra a integração de uma oração completiva à matriz, muito mais do que a relação entre as formas flexionais-temporais em que os verbos são codificados, as quais, afinal, nem sempre equivalem à referência temporal real dos eventos, como mostrei a partir da ocorrência em (108). A opção por essa forma de análise dos tempos verbais também se justifica porque, com ela, pode-se verificar quais tipos de seqüências temporais favorecem a integração das orações completivas, e se esses tipos são os mesmos, ou são diferentes, para as orações introduzidas por *se* e para as que se iniciam por *que*.

	Grau 0	Grau 1	Grau2	Grau 3	Grau 4	Total
Presente/futuro	0	15 / 3%	91 / 21%	334 / 76%	0	440
Passado/futuro	0	14 / 3%	89 / 19%	360 / 76%	10 / 2%	473
Presente/presente	0	26 / 8,4%	234 / 78%	39 / 13%	02 / 0,6%	301
Futuro/futuro	0	01 / 1%	38 / 35%	69 / 64%	0	108
Passado/passado	0	23 / 6%	265 / 70%	90 / 23,7%	01 / 0,3%	379
Passado/passado anterior	33 / 24%	68 / 50%	36 / 26%	0	0	137
Presente/passado	34 / 23%	91 / 60%	26 / 17%	0	0	151
Futuro/presente	01 / 3%	29 / 83%	05 / 14%	0	0	35
Futuro/passado	02 / 5%	25 / 58%	15 / 35%	01 / 2%	0	43
Passado/presente	07 / 25%	21 / 75%	0	0	0	28
Total	77	313	799	893	13	2095

Tabela 13: Graus de integração e correlação temporal nas construções com *que*-complemento

Na seção 4.2, mostrei, a partir da proposta de Givón (1990), que eventos seqüenciais (prospectivos ou simultâneos) favorecem a integração de um complemento oracional a uma oração matriz, porque são, em termos semântico-cognitivos, percebidos como eventos mais dependentes e mais integrados entre si. Os resultados nas tabelas 12 e 13 confirmam a validade da relação temporal seqüencial entre os eventos como coadjuvante na integração dos complementos oracionais, na medida em que revelam a realização mais freqüente de eventos temporalmente seqüenciais nas construções em que há graus mais elevados de integração entre oração completiva e matriz, e a ocorrência predominante de eventos temporalmente não-

seqüenciais nas construções em que essa integração se caracteriza por graus baixos. Além disso, esses resultados sugerem que, no que diz respeito a seqüências temporais simultâneas, a maior integração entre as orações é favorecida pela presença de eventos futuros na matriz e na completiva, tanto com relação às orações introduzidas por *se* quanto no que tange às orações que se iniciam por *que*.

Seqüências temporais prospectivas favoráveis à maior integração entre as orações, por outro lado, são as que envolvem eventos com referência ao presente na oração matriz, e ao futuro na completiva, no que diz respeito a construções com oração completiva introduzida por *se*, conforme mostram os resultados na tabela 12. Para construções com a completiva introduzida por *que*, os resultados na tabela 13 indicam que tanto a seqüência “presente na matriz e futuro na completiva” quanto a “passado na matriz e futuro (do pretérito) na completiva” são propícias à maior integração entre as orações. Apenas esse último tipo de seqüência temporal, no entanto, aparece nas construções em que se verifica a maior integração de uma completiva com *que* à matriz (grau 4), o que sugere que ele favorece a integração elevada entre as orações, nas construções com *que*-complemento, mais do que a seqüência do tipo “presente/futuro”.

Outro fator que, nos dados desta pesquisa, mostra-se associado ao grau de integração de uma completiva com *se* e de uma com *que* à matriz é o tipo semântico de predicado que essas orações complementam. Na tabela 14 a seguir, encontram-se os resultados referentes à freqüência com que cada tipo de predicado é matriz de uma completiva introduzida por *se*, em função do comportamento mais e menos integrado dessa oração.¹⁷

¹⁷ A classificação dos predicados, baseada em Neves (2000), é que se encontra exposta na seção 3.1, do capítulo anterior.

	Elocução	Elocução NP	Cognição	Modalidade	Atitude	Total
Grau 0	06 / 100%	0	0	0	0	06
Grau 1	27 / 51%	01 / 2%	10 / 19%	04 / 8%	11 / 20%	53
Grau2	44 / 39%	05 / 4%	23 / 21%	06 / 5%	34 / 31%	112
Grau 3	01 / 3%	04 / 12%	07 / 21%	03 / 9%	18 / 55%	33
Total	78	10	40	13	63	204

Tabela 14: Graus de integração e tipo de predicado matriz nas construções com *se*-complemento

Os resultados evidenciam, por um lado, a existência de uma estreita relação entre o comportamento menos integrado da oração com *se* e a ocorrência de predicados de elocução como matriz dessa oração completiva. Observe-se que predicados desse tipo são os únicos com os quais o complemento oracional introduzido por *se* se encontra minimamente integrado à matriz (grau 0). Eles correspondem, ainda, ao tipo de predicado matriz mais freqüente nas construções em que o grau de integração é 1.

Nota-se, por outro lado, que, nas construções em que o complemento oracional se mostra mais integrado, encontra-se mais freqüentemente, na matriz, um predicado de atitude. Conforme apontam os resultados na tabela 14, dos cinco tipos de predicado, os de atitude são os que exibem seus percentuais mais representativos nas construções em que *se*-complemento ocorre com graus de integração 2 e 3.

No tocante às completivas com *que*, a correlação entre o tipo de predicado matriz e os graus de integração do complemento oracional revela-se semelhante à que se observa para as completivas com *se*. Predicados de elocução ligam-se ao comportamento menos integrado também das completivas introduzidas por *que*. À ocorrência dessas orações com graus mais elevados de integração associam-se, por outro lado, os predicados manipulativos, que, conforme demonstrei no capítulo anterior, não são complementados por uma oração com *se*. Os resultados estão expostos na tabela 15.

	Grau 0	Grau 1	Grau2	Grau 3	Grau 4	Total
Elocução	69 / 44%	83 / 53%	04 / 2,4%	01 / 0,6%	0	157
Elocução não-prototípico	0	42 / 9%	270 / 60%	137 / 31%	0	449
Cognição	04 / 1,9%	87 / 42%	109 / 52%	07 / 4%	02 / 0,1%	209
Percepção	0	0	25 / 57%	19 / 43%	0	44
Modalidade	01 / 0,9	20 / 17,5%	81 / 71,1%	12 / 10,5%	0	114
Atitude	03 / 0,7%	81 / 19,3%	277 / 66%	56 / 13,8%	01 / 0,2%	418
Expectativa	0	0	03 / 75%	01 / 25%	0	04
Permissão	0	0	01 / 8%	11 / 92%	0	12
Manipulação	0	0	0	536 / 100%	0	536
Volitivos	0	0	26 / 21%	96 / 76%	04 / 3%	126
Causativos	0	0	03 / 11,5%	17 / 65,5%	06 / 23%	26
Total	77	313	799	893	13	2095

Tabela 15: Graus de integração e tipo de predicado matriz nas construções com *que*-complemento

A frequência com que cada tipo de predicado ocorre como matriz das orações completivas, em construções com graus mais e menos elevados de integração, permite ainda que se identifiquem, entre os diferentes predicados, quais são favoráveis e quais representam ambientes menos propícios à integração dos complementos oracionais. Os predicados de elocução são, nesse sentido, os que menos favorecem a integração, tanto de uma completiva introduzida por *se* quanto de uma iniciada por *que*, com a oração matriz, dada a propensão

que exibe esse tipo de predicado de não se realizar como matriz dessas completivas nas construções em que elas se comportam com índices elevados de integração, conforme revelaram os resultados mostrados acima. Os predicados de atitude colocam-se, por outro lado, como os mais propícios à integração de uma completiva introduzida por *se*, e os predicados de manipulação, como os mais favoráveis a que uma completiva introduzida por *que se integre* à matriz.

Com base em construções do inglês, envolvendo orações completivas declarativas, tanto finitas quanto não-finitas, Givón (1985, 1990, 1995) propõe que verbos matriz de orações completivas podem distribuir-se em um *continuum* que reflete, iconicamente, duas dimensões paralelas do comportamento desses predicados: a dimensão semântica e a sintática. Do ponto de vista semântico, a posição dos predicados no *continuum* reflete a integração semântica entre eventos propiciada pelo predicado, isto é, retrata o grau com que, nas construções que têm determinado predicado na oração matriz, “os eventos na oração principal e na completiva estão integrados em um evento complexo único” (GIVÓN, 1995, p. 125).¹⁸ Do ponto de vista sintático, os predicados distribuem-se no *continuum* segundo a integração gramatical entre as orações, isto é, segundo o grau com que, nas construções em que determinado predicado funciona como matriz de um complemento oracional, “as orações estão integradas em uma única oração complexa” (idem, p. 125-6).¹⁹

Givón (op. cit.) fundamenta essa sua proposta no comportamento de quatro tipos de verbos que são complementados por oração em inglês, classificados pelo autor em verbos de modalidade (*querer, começar, terminar, tentar*, etc.), verbos manipulativos (*fazer, mandar, ordenar, pedir*, etc.), verbos de cognição (*achar, pensar*, etc.) e verbos de elocução (*dizer*, etc.). Com base no grau de integração, tanto semântica quanto sintática, entre a oração matriz e a oração completiva, que se observa em construções completivas do inglês com verbos desses quatro tipos, Givón os distribui em um *continuum* no qual, de um lado, colocam-se os predicados de elocução e de cognição, característicos de ligações mais frouxas entre as orações e, de outro, situam-se os verbos de modalidade e os manipulativos, com os quais oração matriz e completiva se ligam de modo mais tenso.

A partir da correlação, indicada pelos resultados na tabela 14, entre o tipo de predicado matriz e o grau de integração de uma completiva com *se*, pode-se propor que, em português, os verbos complementados por essa oração se distribuam em um *continuum* do

¹⁸ ...the two events in the main and complement clause are integrated into a single complex event (GIVÓN, 1995, p. 125)

¹⁹ ...the two clauses are integrated into a single complex clause (GIVÓN, 1995, p. 125-6).

seguinte modo, conforme o grau de integração semântico-sintática entre matriz e completiva que eles propiciam:

elocução	modalidade	elocução não-prototípico	cognição	atitude
- integração			+ integração	

Observe-se que esse *continuum*, embora se refira a construções com completiva finita introduzida por *se*, vai ao encontro do que propõe Givón (1985, 1990, 1995), no caso específico dos verbos de elocução. Assim como observado por Givón em relação a completivas declarativas finitas e não-finitas do inglês, para construções com a oração completiva introduzida por *se* do português, os verbos de elocução também caracterizam ambientes de integração semântico-sintática mais frouxa entre oração matriz e completiva.

No que tange às construções com completiva introduzida por *que* analisadas nesta pesquisa, os resultados na tabela 15 sugerem que os tipos de predicado, conforme a relação que mantêm com o comportamento mais e menos integrado dos complementos oracionais, se distribuem em um *continuum* do modo como se apresenta a seguir. Note-se que o comportamento dos predicados de elocução e de cognição, por um lado, e o dos manipulativos, por outro, também coincidem com o que observou Givón a respeito desses verbos em inglês.²⁰

²⁰ Observe-se que entre os predicados de modalidade, que, contrariamente ao que propõe Givón (1985, 1990, 1995), aparecem no *continuum* em um ponto representativo de baixa integração entre as orações, não estão, nesta pesquisa, os mesmos tipos de verbos que assim foram classificados pelo autor. Givón considera como predicados de modalidade os que, nesta pesquisa, se classificam como volitivos (e.g. *querer*), além de predicados aspectuais (e.g. *começar*, *terminar*) e indicativos de esforço/tentativa (e.g. *tentar*), que não se encontram entre os dados desta pesquisa, provavelmente porque eles ocorrem, preferencialmente, com complemento na forma de oração não-finita. Os predicados volitivos, os únicos da classe dos verbos de modalidade em Givón ocorrentes nesta pesquisa, aparecem no *continuum* em um ponto de integração elevada entre as orações e, assim, comportam-se de modo semelhante ao que o autor demonstra em relação aos predicados do inglês.

elocução		- integração	
cognição			
modalidade			
atitude			
elocução não-prototípico			
expectativa			
percepção			
volitivos			
causativos			
permissão			
manipulação			
			+ integração

A distribuição dos predicados, em ambos os *continua*, dá-se de modo que, quanto mais alto, ou mais à esquerda, está o predicado matriz, **menor** é a integração entre as orações, e quanto mais baixo, ou mais à direita, **maior** é essa integração. Com relação à gramaticalização entre as orações, essa distribuição dos predicados pode indicar, portanto, que há maior probabilidade de uma completiva se gramaticalizar, integrando-se à oração matriz, quando ela é argumento de predicados mais baixos, ou mais à direita, do *continuum*, do que quando funciona como complemento de verbos alocados em pontos mais altos, ou mais à esquerda, no *continuum*. Para a completiva introduzida por *se*, essa probabilidade é comprovada nesta pesquisa, uma vez que, conforme será mostrado ainda neste capítulo, nas construções em que há gramaticalização da oração com *se*, encontram-se, no domínio da oração matriz, predicados de atitude e de cognição, os dois tipos situados nos pontos mais à direita do *continuum*.

Observe-se, por fim, que o modo como se distribuem os predicados, tanto no *continuum* respeitante à completiva introduzida por *se*, quanto naquele referente à completiva com *que*, comprova, mais uma vez, a relação entre o tipo de unidade semântico-funcional representado pelas completivas e o grau de integração dessas orações a uma oração matriz. Com predicados de elocução, que se encontram no ponto de baixa integração dos *continua*, as completivas introduzidas por *se*, bem como as que se iniciam por *que*, representam um ato de fala, conforme demonstrei no capítulo anterior (seção 3.2), que corresponde à unidade semântico-funcional mais alta na estrutura em camadas da Gramática Funcional, indicativa de

comportamentos menos integrados das completivas que a representam, como mostrei ao longo da seção 4.2 deste capítulo. Ao complementar verbos que se alocam nos pontos mais à direita do primeiro *continuum*, relativos a graus mais elevados de integração, a oração introduzida por *se* representa sempre uma proposição, a unidade semântico-funcional mais baixa, na estrutura em camadas, possível de ser simbolizada por essa completiva, e com a qual os comportamentos mais integrados de um complemento oracional iniciado por *se* a uma oração matriz se mantêm em estreita correlação.

No segundo *continuum*, que diz respeito à completiva introduzida por *que*, a posição dos predicados, nos pontos intermediários e nos pontos mais baixos, também se conforma à tendência de haver maior integração entre essa oração e a matriz quanto mais baixo for, na estrutura em camadas, o nível da unidade semântico-funcional que a completiva representa. Do segundo ponto até o meio do *continuum*, encontram-se predicados com os quais a completiva introduzida por *que* equivale a uma proposição. Como tal, essa oração, conforme já foi demonstrado, tende a ligar-se à matriz com grau médio de integração. Do meio ao ponto mais baixo do *continuum*, situam-se predicados que são todos complementados por oração introduzida por *que* representativa de predicação, unidade semântico-funcional de nível inferior ao da proposição e que se associa aos comportamentos mais integrados à matriz da completiva introduzida por *que*.

Os resultados mostrados até aqui revelam importantes diferenças entre uma oração completiva introduzida por *se* e uma que se inicia pela conjunção *que*, no que diz respeito à integração dessas orações com uma oração matriz. Essas diferenças relacionam-se ao ponto máximo de integração que essas duas formas de oração completiva atingem, que, conforme se pôde observar, para uma oração introduzida por *se*, é menor do que para uma iniciada pela conjunção *que*, e ao modo como se comportam os fatores correlacionados à maior ou menor integração de um complemento oracional à matriz. Os resultados, a partir dos quais se evidenciam essas diferenças, são relativos aos dados dos três períodos investigados.

Nos gráficos 3 e 4, a seguir, pode-se observar, por outro lado, o comportamento desses dois tipos de oração completiva, com graus diferentes de integração à oração matriz, na comparação dos três períodos investigados.

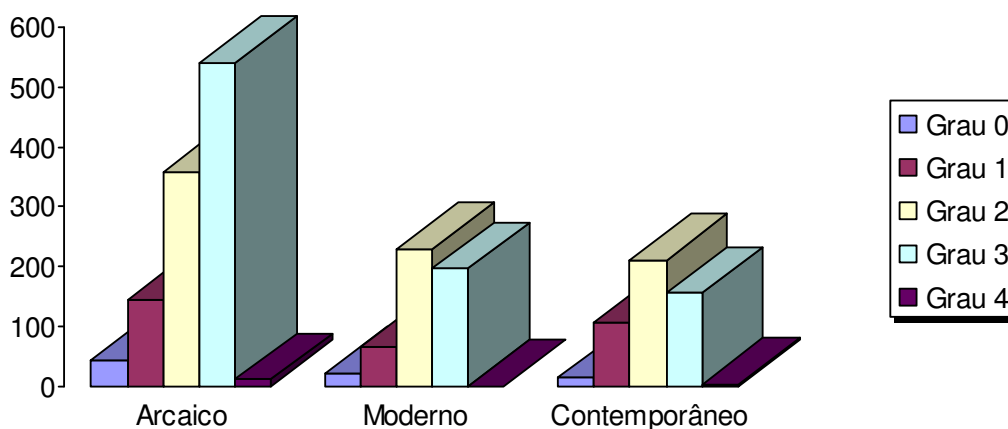


Gráfico 3: Graus de integração de *que*-complemento nos diferentes períodos

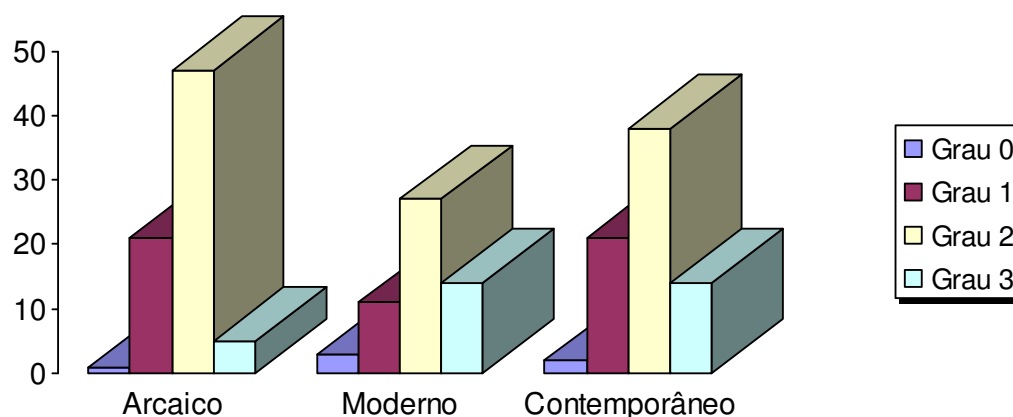


Gráfico 4: Graus de integração de *se*-complemento nos diferentes períodos

Com relação ao complemento oracional introduzido por *que*, os resultados no gráfico 3 apontam que, na comparação do período arcaico com os períodos moderno e contemporâneo, há um decréscimo no número de ocorrências com graus de integração 2 e 3. Essa diminuição ocorre talvez porque completivas *que*, no período arcaico, aparecem com graus 2 e 3 de integração estejam realizando-se, nos dois últimos períodos, na forma de oração não-finita. A queda no número de ocorrências do complemento oracional introduzido por *que* com esses dois graus de integração nos períodos moderno e contemporâneo pode dever-se, assim, a um processo de mudança ocorrente nesses períodos, que conduziu à dessentencialização do complemento oracional. Apenas uma análise que inclua a contraparte não-finita desses casos pode, entretanto, comprovar se essa mudança de fato ocorreu.

No que diz respeito à completiva introduzida por *se*, os resultados no gráfico 2 mostram que há um aumento no número de ocorrências em que essa oração exibe seu grau máximo de integração (grau 3). Esse comportamento indica, portanto, que, do período arcaico para os períodos moderno e contemporâneo, a oração com *se* teria passado por um processo de maior integração com a oração matriz, o que, de acordo com a proposta de Hopper & Traugott (1993), equivaleria a um processo de gramaticalização entre as orações. Entretanto, como ficará demonstrado na seção a seguir, a gramaticalização da completiva com *se* não ocorre no sentido de uma evolução diacrônica por meio da qual o estatuto gramatical dessa oração se teria alterado, uma vez que grande parte dos casos de máxima integração dessa completiva à matriz, ocorrentes nos textos de períodos mais recentes, também se encontram em textos de períodos mais remotos do português.

3.4 A gramaticalização dos complementos oracionais introduzidos por *se*

A partir dos resultados mostrados nas seções 4.2 e 4.3, deste capítulo, observou-se que, em termos gerais, a realização de uma oração introduzida por *se* como complemento de verbos de cognição e de atitude, com o estatuto de uma proposição encaixada, constitui ambiente favorável à coalescência dessa oração completiva com a matriz. O maior grau de integração entre as orações que se observa nesses casos, porém, nem sempre responde pela gramaticalização da oração introduzida por *se*, isto é, pela redução dessa completiva a uma parte da oração matriz. Esse fato em si revela que a integração elevada, tanto semântica quanto sintática, entre uma oração completiva e uma matriz pode conduzir, mas não necessariamente conduz, à gramaticalização entre as orações.

São sistemáticos os casos em que, nos dados desta pesquisa, se detecta alto grau de integração (grau 3) da completiva introduzida por *se* à matriz, sem que se verifique, apesar disso, a ocorrência de gramaticalização. Nota-se, nesses casos, a realização do verbo matriz em formas nominais (gerúndio ou infinitivo), ou a expressão do referente-sujeito, tanto da matriz quanto da completiva, na forma de 1ª. pessoa do singular, como exemplificam, respectivamente, as construções de (124) e de (125). O alto grau de integração entre as orações, conforme se observa, não faz com que as construções completivas adquiram o caráter de mono-oracionais, que refletiria a ocorrência de gramaticalização entre as orações. As

construções permanecem, ao contrário, bi-oracionais, com a fronteira entre oração matriz e completiva demarcada pelo complementizador *se*.

- (124) a. Desde que recebi a sua carta em Madri estou para escrever-lhe, mas até agora não o fiz por **não saber se devia dizer-lhe sim ou não**. Entre os motivos que me trouxeram a Europa, acredite-me, não era o último nem o menor o desejo de vê-lo. A notícia de que se achava em Nice surpreendeu-me muito desagradavelmente.
(CCELU /19CA – 19)
- b. E pera **saberes se já emtras no banco** olha para oeste e se ueras pera aquela banda hum oiteiro beira mar muy comprido chamado Tamsó distante 6 ou 7 legoas estas no meo entre a ylha Macambe e a costa...
(CDP/16V4/MN-329)
- c. O mestre, **nom sabendo se tornasse a el-rrei** ou que fezesse, disse-lhe hũu seu cavalleiro, sospeitando mall de tall feito, que sse sahisse pello postiigo do currall que estava aberto, ca lhe nom mingoaria besta... Elle **cuidando** [= pensando] **se o faria**, veherom-lhe dizer que o chamava el-rrei, e el começou de tornar pera el-rrei, pero spantado, rreceando-sse muito.
(CBP/15/CP- 25)
- (125) a. Até a última hora, **hesitei se iria logo abraçá-los**, mas o conhecimento que tenho da sua pessoa e de mim mesmo fez-me recuar diante da hipótese de vir a Europa para ficar em Nice.
(CCELU /19CA – 20)
- b. Porque já se sabe: eu cá hei de durar pelo menos cem anos! Ou o que é mais certo - não morro mais! Cá vai! Vou dar meu passeio, e **não sei se cá voltarei mais!**
(CCELU /19CI – 29)
- c. DONA EUDÓXIA: ...Toma café conosco?
DONA RITOCA: **Não sei se tenho tempo...** Ela já saiu?
DONA EUDÓXIA: Não. Vai pelo trem das sete.
DONA RITOCA: Ah! (Alto) Pois aceito... Uma canequinha.
DONA SINFONIA: Café nunca se recusa.
(CCELU/20CF – 38)

Os casos em que a integração elevada da completiva introduzida por *se* à oração matriz reflete a ocorrência de gramaticalização entre as orações são de três tipos distintos. Neles, essa gramaticalização não ocorre por meio da integração de toda a oração completiva à matriz, como ocorreria se se tratasse de uma completiva introduzida por *que*. O que se observa é a reanálise apenas da conjunção *se* como parte do predicado matriz.

Um primeiro caso a ser apresentado envolve essa reanálise da conjunção, sem que se observe, no entanto, a redução no modo de combinação entre as orações, de um complexo bi-a um complexo mono-oracional. Trata-se da ocorrência da oração com *se* junto ao predicado matriz *quero ver*, como em (126a-b).

- (126) a. Vou apressar a divisão do terreno de Susano. **Quero ver se vendo aquilo** para pagar-te a tempo.

(CCELU/20CE – 17)

- b. Você defenda os meus interesses aí da melhor maneira e faça como entender melhor. Entrando o dinheiro das letras pague e enfie o resto num banco. **Quero ver se conservo o resto das terras de Susano** para que as crianças tenham mais tarde alguma cousa.

(CCELU/20CE – 25)

Querer é, como se sabe, um verbo indicador de modalidade bulomaica, ou volitiva, que “diz respeito a necessidade e a possibilidade, relacionadas ao desejo do falante” (NEVES, 2006, p. 160). Sua função é, desse modo, qualificadora, ligada ao *modus*, e não ao *dictum*, de uma proposição. Um conteúdo modalizado por *querer* expressa-se, portanto, sempre com relação ao futuro, e é indicado como não-factual, dado que desejos são também futuros e não-factuais.

Quando *querer* qualifica o verbo *ver*, complementado por um constituinte não-oracional, como em:

- (127) Quero ver **seu livro novo**.

a indicação é, pois, a de que o falante deseja *ver* (“perceber visualmente”) o objeto, um desejo que pode ou não se realizar, com referência ao futuro.

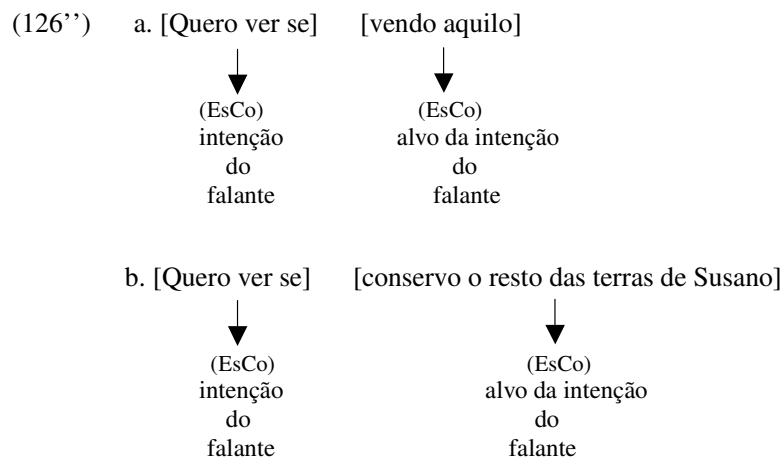
Essa indicação não é, entretanto, a que possui *quero ver* nas construções de (126), com a oração introduzida por *se*. *Querer* não expressa o desejo do falante, e *ver* não denota “percepção visual”, nessas construções, porque *quero ver* forma, juntamente com a conjunção *se*, uma expressão (“quero ver se”), indicativa de intenção do falante em realizar o estado-de-coisas presente no complemento. A semelhança entre uma construção em que *querer* expressa um desejo, como em (127), e uma em que esse verbo é parte da expressão “quero ver se”, indicativa de intencionalidade, encontra-se justamente no fato de que a realização de um estado-de-coisas fundamentada em uma intenção é, do mesmo modo que realizações assentadas em um desejo, marcada como não-factual e relacionada ao futuro. A indicação de estado-de-coisas como não-factuais e realizáveis no futuro é, assim, uma propriedade de *querer* que, muito possivelmente, contribui para que a expressão de desejo, em “quero ver”, seja reinterpretada como expressão de intenção, em “quero ver se”.

O significado de “quero ver se”, nas construções de (126), é próximo ao sentido que tem o verbo *pretender*, encaixador de oração completiva não-finita, como mostram as paráfrases abaixo.

- (126') a. *Quero ver se* vendo aquilo para pagar-te a tempo.
 a' **Pretendo vender** aquilo para pagar-te a tempo.
- b. *Quero ver se* conservo o resto das terras de Susano para que as crianças tenham mais tarde alguma cousa.
 b' **Pretendo conservar** o resto das terras de Susano para que as crianças tenham mais tarde alguma cousa.

A diferença entre uma construção com *quero ver se* e uma com *pretender* está no grau de expectativa que o falante indica ter acerca da realização efetiva do estado-de-coisas. A partir das paráfrases em (126'), nota-se que essa expectativa é menor quando a intenção do falante em realizar o estado-de-coisas, presente no complemento, é expressa por meio de *quero ver se*, do que quando ela é indicada por meio de *pretender*. Essa indicação, em *quero ver se*, de que há baixa expectativa de o falante obter sucesso e, assim, de que o estado-de-coisas, que ele intenciona realizar, se concretize, tornando-se uma “realidade”, deve-se, por sua vez, à conjunção *se*, que, conforme apontei em várias partes deste trabalho, tem como função básica a de marcar estado-de-coisas como hipotéticos e, desse modo, como realidades não-instauradas.

A integração elevada entre as orações nas construções de (126) é reflexo, portanto, do amalgamento da conjunção *se* com o predicado *quero ver*, a partir do qual se forma a expressão indicativa de intencionalidade “quero ver se”. Com esse amalgamento, torna-se obscurecida a fronteira entre oração matriz e completiva, uma vez que a conjunção *se*, que equivaleria ao complementizador, é reanalisada como parte da matriz. Não se pode dizer, entretanto, que essa reanálise afeta o caráter bi-oracional da construção, transformando-a em mono-oracional. Há, na construção, a expressão de dois estado-de-coisas distintos, embora altamente integrados entre si: um referente à intenção, com baixa expectativa de sucesso, que o falante manifesta (“quero ver se”), e outro relativo ao estado-de-coisas cuja realização é alvo da intenção do falante, conforme se esquematiza a seguir, a partir das construções de (126).



Nos outros casos identificados nesta pesquisa como de reanálise do complementizador *se* como parte constituinte da matriz, as construções podem ser tidas como mono-oracionais. Diferentemente do que se observou em relação à expressão “quero ver se”, nesses outros casos, se formam, a partir da reanálise da conjunção, **marcadores** de diferentes tipos, atuantes sobre uma oração simples. Considere-se, primeiramente, a ocorrência da oração com *se* situada no domínio de uma oração adverbial introduzida por *para*, como em (128a-b), a seguir.

- (128) a. Vontade de ir a Santos não me falta, mas são tantos os aborrecimentos de maus negócios que não posso pensar em passeios. É trabalhar, trabalhar **a ver se me safo do atoleiro**. Este mês tenho que entrar com 2 contos para o Banco Agrícola e perco mais 3 de uma letra que endossei e tenho de pagar. É desastre em cima de desastre.
(CCELU/20CE – 7)
- b. ...*lhe ordeno* não consinta que nas embarcações que agora mandar venha nem um só saco de entrega, e se todas estas tiverem.... que bastem para a farinha que tiverem, lhes não consinta trazerem nenhuma ensacada, **para ver se desta sorte posso evitar as velhacarias de que usam os Arrais**.
(CCELU/18CG – 29)

Nas construções de (128), o maior grau de integração da oração introduzida por *se*, que se verifica a partir de fatores como a identidade entre os referentes-sujeitos e a seqüencialidade temporal entre eventos, reflete, na verdade, o amalgamento que há entre (*para*) *ver* e a conjunção *se* que, juntas, formam a locução conjuntiva *para ver se*. Como se observa a partir das duas ocorrências, essa locução indica a intenção (e não apenas a finalidade) com que o referente-sujeito realiza/irá realizar o estado-de-coisas presente na

oração antecedente a *para ver se*. Note-se que favorece essa interpretação a dessemantização do verbo *ver* que, nesses casos, não expressa nem uma “percepção visual” nem uma “atitude mental” (= “verificar”), como é o caso nas construções em que esse verbo, em uma estrutura de complementação oracional canônica, subcategoriza uma oração completiva introduzida por *se*. Comparem-se, a esse respeito, as construções em (128) com a que se mostra em (129) a seguir.

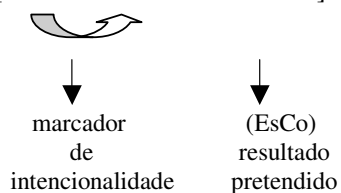
- (129) DONA RITOCA: Vim até cá ***para ver se não havia cartas à minha espera***.
DONA EUDÓXIA Bem sabe que, quando há, sempre lhe mando levar. Não precisava incomodar-se.

(CCELU/20CF – 46)

Embora seja semelhante às construções de (128), a construção completiva dentro da oração introduzida por *para* em (129) não é um caso de amalgamento da conjunção *se* à estrutura *para ver*. O verbo *ver*, nessa última construção, significa “verificar”, e a conjunção *se* introduz a oração que contém o objeto da verificação. Em outras palavras, na construção de (129), *se* funciona como uma conjunção integrante, e não é parte de uma locução conjuntiva como ocorre nas construções de (128). O grau de integração da oração introduzida por *se* reflete essa diferença entre as construções de (128) e de (129). Nessa última, em que não há amalgamento da conjunção com a porção matriz, a oração introduzida por *se* exhibe menor grau de integração, o que se verifica, por exemplo, pela não-correferencialidade entre os sujeitos das orações.

Nas construções de (128), diferentemente daquela de (129), não há, portanto, a expressão de dois estado-de-coisas distintos. A locução conjuntiva, indicativa de intencionalidade, que se forma a partir da reanálise da conjunção *se*, funciona como um operador sobre o conteúdo daquilo que, sem a reanálise, equivaleria à oração completiva, e que constitui o único estado-de-coisas presente na construção, conforme se esquematiza a seguir.

- (128’) a. É trabalhar, trabalhar [*a ver se me safo do atoleiro*].



b. ...*lhe ordeno*...lhes não consinta trazerem nenhuma ensacada,
[*para ver se desta sorte posso evitar as velhacarias de que usam os Arrais*].



↓
marcador
de
intencionalidade

↓
(EsCo)
resultado
pretendido

As ocorrências em (130), a seguir, ilustram mais um dos casos de incorporação da conjunção *se* à matriz, refletida pelo grau elevado de integração entre as orações.

- (130) a. SAMPAIO: - Não há como ser subdelegado lá fora! Faz-se o que se quer, e mais alguma coisa!
CHICA VALSA: - Seu Sampaio, *veja se fala de outra coisa*. Não há mais assunto para a conversa senão a sua subdelegacia?
(CCELU /19FM –47)
- b. Quando fores a S. Paulo *vê se paga o imposto do capital do nosso negócio*: pedirás para isso dinheiro à Rua dos Gustriões, 31, nossa filial.
(CCELU/20CE – 21)

Nesse caso, a conjunção *se* compõe com o verbo *ver* no imperativo (*veja, vê*) uma espécie de “fórmula” (“veja se”, “vê se”) que atenua a ilocução imperativa da oração, além de indicar o envolvimento do falante com o estado-de-coisas que ele quer o interlocutor realize. Em comparação a um ato de fala imperativo sem a fórmula “veja se” / “vê se”, o que se constrói com essa fórmula indica que o falante será, de algum modo, beneficiado pela realização do estado-de-coisas ordenado. Pragmaticamente, um ato de fala imperativo modificado por *veja se* / *vê se* permite que, ao expressar a injunção, o falante se mostre mais delicado, porque menos impositivo, frente ao interlocutor, como se pode observar a partir das seguintes paráfrases das construções em (130).

- (130') a. *Veja se* fala de outra coisa.
a'. **Fale** de outra coisa.
- b. *Vê se* paga o imposto do capital do nosso negócio.
b'. **Pague** o imposto do capital do nosso negócio.

Da reanálise do complementizador *se* com parte do predicado matriz resulta, portanto, também nesse caso, um operador gramatical, atuante sobre o estado-de-coisas (único) contido no ato de fala imperativo, em uma construção mono-oracional, como se esquematiza a seguir.

(130'') a. [veja se fala de outra coisa]



↓ ↓
 marcador (EsCo)
 de ato
 atenuação impositivo

b. [vê se paga o imposto do capital do nosso negócio]



↓ ↓
 marcador (EsCo)
 de ato
 atenuação impositivo

As ocorrências de (131), a seguir, são ilustrativas do último caso identificado nesta pesquisa, em que a integração da completiva introduzida por *se* promove a reanálise da conjunção como parte da oração matriz.

(131) a. O PESCADOR: ...Há muito que não sei dele. Então, como estava me dando saudade, pedi ao Anfilóquio para escrever uma carta.
 JOAQUIM AGUACEIRO: **Quem sabe se ele não anda doente?**
 O PESCADOR: *A última vez que tive notícias, ele estava bem forte e saudável.*

(CCELU/20CF – 42)

b. Prudêncio - ...Olhe: até me havia esquecido de lhe entregar uma carta, que há pouco veio trazer um criado da nossa prima, a mulher do intendente da polícia.
 Leonídia - Uma carta do intendente?...Que novidade haverá?
 Leonídia (Lendo) - Meu Deus!...
 Plácido - Leonídia muda de cor e treme!...Que será?
 Prudêncio - A cartinha, pelo jeito, parece mais um convite de enterro, do que carta de parabéns: **quem sabe se não é notícia de alguma bernarda?**...Ora, que não se pode ter sossego neste tempo de revoluções!...
 Afonsina - Minha mãe, que há?
 Leonídia - Que há de ser?...*Minha prima se mostra ressentida, porque não a prevenimos do teu casamento; queixa-se de mim, e declara-se enfadada; mas vou já obriga-la a fazer as pazes comigo...*

(CCELU/20AP – 35)

A partir da adjunção da conjunção *se* ao bloco que, em uma estrutura de complementação canônica, equivaleria à oração matriz, forma-se, nesse caso, a expressão “quem sabe se”. Conforme se verifica a partir das paráfrases em (131’) abaixo, *quem sabe se*

funciona como um marcador de modalidade dubitativa, com valor próximo ao do advérbio *talvez*. Uma proposição modalizada por *talvez*, no entanto, diferentemente de uma com *quem sabe se*, tende a ocorrer com verbo na forma do subjuntivo, modo em que dificilmente ocorreria um verbo colocado no domínio de *se*, dado o valor já hipotético-*irrealis* dessa conjunção, de acordo com o que também revelaram, a esse respeito, os resultados mostrados na seção 3.3 deste capítulo.

- (131') a. *Quem sabe se* ele não anda doente.
 a'. *Talvez* ele ande [esteja] doente.
- b. *Quem sabe se* não é notícia de alguma bernarda.
 b'. *Talvez* seja notícia de alguma bernarda.

Além dessa diferença relativa ao modo-verbal, nota-se entre o emprego de *talvez* e o uso de *quem sabe se* uma diferença pragmática. Conforme se verifica a partir dos trechos em itálico nas ocorrências de (131), por meio de uma construção com *quem sabe se*, o interlocutor é, de certo modo, convocado a emitir um parecer acerca da validade da proposição que o falante expressa como incerta, efeito que uma construção modalizada com *talvez* não produz. O fato de essa função ser cumprida por uma construção com *quem sabe se*, e não por uma com *talvez*, deve-se, certamente, à força ilocucionária interrogativa da construção com *quem sabe se*, provavelmente induzida pelo pronome que encabeça a expressão. O falante espera, desse modo, que o interlocutor se posicione mediante a proposição modalizada como quem espera, para uma pergunta, uma resposta.

Um fato interessante, em relação às construções com *quem sabe se*, é que, ao se analisar o grau de integração entre as orações que as compõem, identifica-se sempre, nesses casos, grau de integração 2 (grau médio), um grau menor do que o que se detecta nos outros três casos já analisados, em que também a conjunção *se* se incorpora à matriz. A menor integração que se observa nessas construções pode ser considerada, desse modo, um retrato do comportamento sintático mais frouxo do elemento (um advérbio) que se forma, nesse caso, com a reanálise do complementizador *se*.

Note-se, por fim, que, assim como foi observado em relação a “para ver se” e a “veja se”, no que diz respeito a “quem sabe se”, a reanálise da conjunção *se* como parte da matriz também altera o modo de combinação entre orações. A construção que equivaleria a um complexo bi-oracional, composto por oração matriz (*quem sabe*) + oração completiva introduzida por *se* corresponde, agora, a um complexo mono-oracional, constituído de um

único estado-de-coisas, o que está contido na proposição sobre a qual incide o marcador adverbial dubitativo *quem sabe se*, conforme se esquematiza a seguir.

(131'') a. *Quem sabe se ele não anda doente?*



↓	↓
marcador de dúvida	(EsCo) objeto da incerteza

b. *Quem sabe se não é notícia de alguma bernarda?*



↓	↓
marcador de dúvida	(EsCo) objeto da incerteza

Uma característica comum aos casos expostos até aqui, em que a integração elevada entre as orações conduz à reanálise e à fusão da conjunção *se* com a oração matriz, é que, em todos eles, não há indicação de polaridade ligada aos conteúdos do que seria a oração completiva introduzida por *se*, conforme se atesta em:

(126a) Quero ver se vendo aquilo, **ou não**.

Quero ver se conservo o resto das terras de Susano, **ou não**.

(128a) *É trabalhar, trabalhar* a ver se me safo do atoleiro, **ou não**.

...lhe ordeno...lhes não consinta trazerem nenhuma ensacada, ... para ver se desta sorte posso evitar as velhacarias de que usam os Arrais, ou não.

(130a) *Seu Sampaio*, veja se fala de outra coisa, **ou não**.

Quando fores a S. Paulo, vê se paga o imposto do capital do nosso negócio, **ou não**.

(131a) Quem sabe se ele não anda doente, **ou anda doente?**

Quem sabe se não é notícia de alguma bernarda, **ou é?**

Em construções nas quais a completiva introduzida por *se* exhibe graus baixos de integração, há essa indicação de polaridade alternativa, que pode ser explícita, como se observa nas ocorrências de (132), ou estar subentendida, como nos casos de (133).

- (132) a. E depois que esta Tassis esteve em esta peendenza per tres anos, o abade Pannucio que a ali ensarrara houve dela muy gram doo pola peendencia grande que fazia. E veo logo ao abade Antonio pera lhi **preguntar se lhi perdoara ja Deus todos seus pecados, se nã**.
(CBP/14/FS-194)
- b. Entõ o sancto bispo **preguntou-o daquelas duas molheres se era verdadeira acusaçõ que lhi fizeram delas, se falsa**. E o anjo lhi disse que todalas cousas que delas disserom foram verdadeiras.
(CBP/14/FS-199)
- c. Acabadas as rrazões que ouvistes, ditas presentes leterados e outro muito poboo, aquelles que de chaão e simprez entender eram, nom escodrinhando bem o tecimento de taaes cousas, ligeiramente lhe derom ffe, outorgando seer verdade todo aquello que alli ouvirom. Outros, mais sotiis d'entender, leterados e bem discretos, que os termos de tal feito mui delgado investigarom, **buscando sse aquello que ouviam podia seer verdade ou per o contrario**, nom rreceberom isto em seus entendimentos, parecendo-lhe de todo seer muito contra rrazom.
(CBP/15/CP- 35)
- (133) a. Mais, quando foy a manhaa e a porta foy aberta, entrou dentro na cidade e o bispo sancto Fiel preguntou-o em que ora sayra daquel logar. E pois que lhi o menino disse a ora em que se levantara e a deteença que fezera aa porta estando, o servo de Deus o **preguntou se vira algũas cousas (ou nã)**.
(CBP/14/FS-95)
- b. ...junto uma carta ao Lalau, que me farás chegar pois **nã sei se mudou de casa (ou nã)**.
(CCELU/20CE – 26)
- c. – Meninho, eu te conjuro pelo nome de Jhesu Christo que **digas se és meu filho (ou nã)**.
(CBP/14/FS-58)

Pode ocorrer ainda que a alternativa ligada ao conteúdo da oração introduzida por *se* não seja entre os pólos positivo e negativo, mas entre proposições diferentes, como nas ocorrências de (134).

- (134) a. Se ainda houver ocasião pede ao H. que **lhe pergunte se ele tem um drama ou novela**, ou o que quer que é de Martim Francisco Pai sobre Jan Garcia, o Sete Orelhas.
(CCELU/20CE – 14)
- b. Ordeno a Vossa Mercê que tanto que receber esta, **examine logo se os lavradores do distrito do seu Regimento, ocupam as terras que lavram dentro das dez léguas que principiam de beira-mar pela terra dentro que a dita Lei dispõe, para a planta de mandioca, ou se usou nelas da de tabaco**.
(CCELU/18CG – 14)

Pode-se considerar que a indicação de polaridades alternativas (*sim* ou *não*) é uma característica que se liga a orações introduzidas por *se* que têm força ilocucionária interrogativa. Note-se que essa indicação mostra-se sempre presente, explícita ou implicitamente, nas construções em que *se*-complemento funciona como um ato de fala interrogativo, encaixado ao verbo *perguntar*, como em (132a-b) e (133a). A falta desse tipo de indicação é, assim, uma evidência de que o conteúdo da oração introduzida por *se* não é marcado por força ilocucionária própria, diferente da força ilocucionária aplicada ao conteúdo na oração matriz.

Os dados dos diferentes períodos investigados mostram que há uma estreita correlação entre a elevação do grau de integração da completiva introduzida por *se* e a indicação de alternativas ligada ao conteúdo da oração. A alternativa entre os pólos *sim* e *não*, indicativa de força ilocucionária interrogativa, pode ligar-se ao conteúdo da oração introduzida por *se* tanto com um grau mais baixo quanto com um grau mais elevado de integração, o que mostra que a ilocução interrogativa é típica desse tipo de oração completiva, e que, muito provavelmente por isso, ela é classificada pelas gramáticas como *oração interrogativa indireta*. No entanto, conforme se pode verificar a partir do gráfico 5, a seguir, nos casos em que a completiva introduzida por *se* exibe graus mais elevados de integração (graus 2 e 3), é maior o número de ocorrências em que o conteúdo da oração não envolve nenhum tipo de alternativa, como nas construções mostradas acima, em que a conjunção *se* é reanalisada como parte da oração matriz.

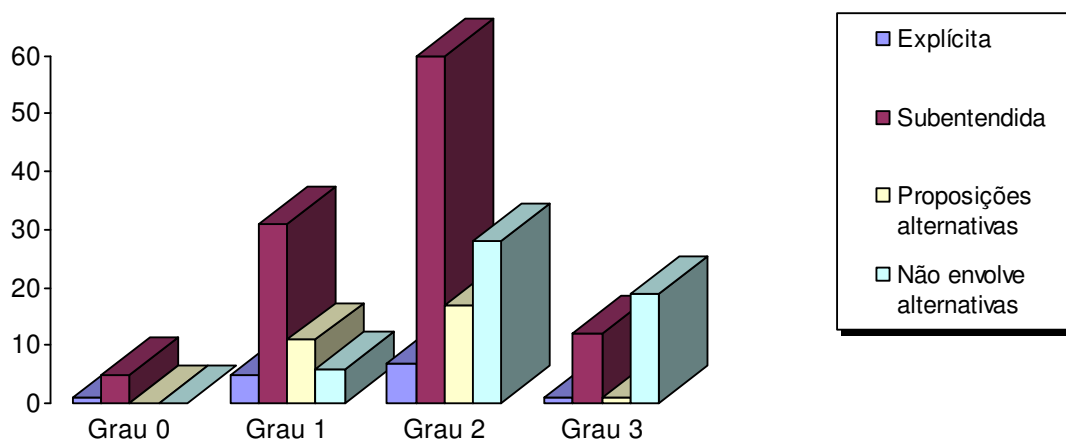


Gráfico 5: Graus de integração e indicação de polaridade em *se*-complemento

Pode-se considerar, portanto, a ausência de força ilocucionária interrogativa na oração com *se*, indicada pelo estatuto não alternativo de seu conteúdo, como um traço que

acompanha a maior integração dessa oração completiva a uma matriz. A não expressão de força ilocucionária estaria associada, assim, à *dessentencialização* da completiva com *se*, que pode conduzir à gramaticalização dessa oração. A força ilocucionária interrogativa parece representar, aliás, a única propriedade de sentença que a completiva introduzida por *se* pode perder ao gramaticalizar-se, integrando-se à oração matriz, já que, conforme foi demonstrado nesta seção, quando isso ocorre, seu estatuto de oração finita permanece sempre inalterado, ao contrário do que poderia ocorrer a uma completiva introduzida por *que*.

Dos quatro casos mostrados nesta seção, em que o grau elevado de integração da completiva introduzida por *se* reflete a incorporação do complementizador pela porção textual equivalente à matriz, em três deles, conforme foi notado, observa-se a redução do complexo, originariamente bi-oracional, a um complexo mono-oracional. No outro caso, que diz respeito à formação da expressão “quero ver se”, essa alteração no modo de combinação entre as orações não se verifica.

Considerando-se, como propõem Hopper & Traugott (1993), que é a alteração no modo de combinação entre orações que responde pela ocorrência de gramaticalização propiciada pela integração semântico-sintática das orações, pode-se afirmar que constituem casos de gramaticalização da completiva introduzida por *se* aqueles em que a fusão da conjunção com a oração matriz promove a formação dos marcadores gramaticais “para ver se”, “veja se” e “quem sabe se”. À formação da expressão “quero ver se” liga-se apenas a ocorrência de reanálise da conjunção *se*, um mecanismo que, conforme ressaltam Hopper & Traugott (1993), acompanha a gramaticalização, mas que não a define e nem é dela sinônimo.

A gramaticalização da completiva introduzida por *se* não pode, entretanto, ser entendida no sentido de uma mudança diacrônica, ou seja, uma mudança que se caracterizaria por integração gradual da oração, ao longo dos períodos mais remotos, até à sua total integração à matriz – refletida por sua ocorrência em construções gramaticalizadas (mono-oracionais) – nos períodos mais recentes do português.

Dos três tipos de construção em que há gramaticalização entre as orações, a construção em que se forma o marcador “quem sabe se” é a única que aparece apenas nos textos do período contemporâneo. Sua ocorrência, entretanto, está restrita a textos de peças teatrais, que são próximos da modalidade falada da língua. Conforme apontei ao tratar das diferenças de comportamento entre *quem sabe se* e o advérbio *talvez*, além de indicar a incerteza do falante acerca da verdade de uma proposição, *quem sabe se*, diferentemente de *talvez*, promove um efeito de sentido que faz com que o interlocutor se sinta convocado a emitir algum comentário sobre a validade da proposição que é objeto da dúvida do falante. Dada essa função de *quem*

sabe se, é provável que sua ocorrência seja característica da modalidade oral, em contextos de interação face a face, daí as construções com esse marcador aparecerem apenas nos textos dramáticos. Uma vez que textos desse tipo não compõem as amostras dos períodos arcaico e moderno, porque, conforme apontei na primeira seção deste capítulo, eles não fazem parte dos *corpora* que serviram de base para esta pesquisa, não se pode afirmar que construções com *quem sabe se* sejam ocorrentes apenas no período contemporâneo, e que sua ausência nos textos dos períodos mais antigos seja indicativa de uma mudança.

A construção em que a reanálise da conjunção *se* como parte da matriz origina o marcador de intencionalidade *para ver se* aparece, por outro lado, em textos representativos dos três períodos do português. A primeira ocorrência dessa construção que se documentou é a que se mostra em (135), pertencente a um texto do século XV.

- (135) Eaa sesta pola manhaã as biiij oras pouco mais ou menos per conselho dos pilotos mandou ocapitam leuamtar amcoras e fazer vela e fomos de lomgo dacosta com os batees e esquifes amarados perpopa comtra onorte **peraveer se achauamos al guũa abrigada** [=abrigo] e **boo pouso** omde jouuesemos [=parássemos] pera tomar agoa e lenha...

(CBP/15/CC- 4)

Construções em que da incorporação do complementizador à matriz resulta o marcador pragmático de atenuação de um ato imperativo também se documentam desde o século XIV, embora a forma desse marcador não seja a mesma que aparece nos textos do português contemporâneo. No português arcaico, o verbo com o qual a conjunção se amalgama é outro e, em vez de *veja se*, ocorre *catade se*, conforme se observa em (136).

- (136) E vos bẽ sabedes commo el rei Bucar vẽ sobre nós e traz cõsigo XXXVI reys. E, pois que [=uma vez que, posto que] elle traz tã grãde poder e eu tã çedo hey de morrer, **vós outros catade se poderedes defēder Valēça.**

(CDP/14V2/CG-176)

Machado (1967) e Coelho (1973) registram a ocorrência do verbo *catar*, no português arcaico, com os sentidos, entre outros, de “buscar”, “procurar” e “esforçar por tomar, por agarrar, captar, conseguir”. Esses são todos sentidos aplicáveis a *ver* quando, em construções do português contemporâneo, como as que se mostraram em (130), esse verbo compõe com a conjunção *se* a fórmula “veja se” que, assim como faz *catade se* em (136), permite ao falante admoestar o interlocutor mostrando-se menos impositivo e, desse modo, mais polido frente a ele. Do período arcaico ao período contemporâneo, ocorre, pois, com *veja se*, uma mudança

apenas lexical, por meio da qual “catade se” renovou-se, no sentido de Meillet (1948), em “veja se”.

Excetuando-se as construções referentes ao marcador de modalidade dubitativa *quem sabe se*, que são típicas da modalidade oral, difícil de ser investigada a partir de documentos históricos, as construções do português contemporâneo, em que a integração elevada da completiva introduzida por *se* a uma matriz promove gramaticalização entre as orações são ocorrentes, portanto, desde os períodos mais remotos do português. Não se pode considerar, desse modo, que ocorre gramaticalização/integração da completiva iniciada por *se*, em português, no sentido de uma mudança diacrônica, por meio da qual se teria alterado o seu estatuto.

A gramaticalização dessa oração só pode ser entendida no sentido em que esse processo se relaciona a estratégias de organização de material lingüístico. Para o caso em questão, a gramaticalização está relacionada a possibilidades diferentes de construção com a completiva introduzida por *se*, mais ou menos gramaticalizada/integrada à matriz, possibilidades essas que são acionadas conforme a necessidade comunicativa do usuário da língua e que se mostram disponíveis desde os períodos mais antigos do português. Em outras palavras, a gramaticalização da completiva com *se* em português dá-se do modo como Neves & Braga (1998), em estudo sobre a gramaticalização de hipotaxes temporais e condicionais, concebem esse processo:

[...] no sentido funcional de acionamento de possibilidades concomitantes, representativas de diferentes graus de coalescência semântica e/ou sintática na organização do enunciado. Mais do que evolução, o caráter gradual da gramaticalização representa escolha entre construções mais, ou menos, gramaticalizadas, entre paradigmas mais, ou menos, estabelecidos, entre itens que estão mais, ou menos, dentro da gramática. (NEVES & BRAGA, 1998, p. 195-196)

5 CONCLUSÕES

Nesta pesquisa investigou-se o comportamento semântico-sintático da oração completiva introduzida pela conjunção *se*, em textos representativos dos três períodos em que se subdivide o português: o período arcaico (séculos XIII a XV), o período moderno (séculos XVI e XVII) e o período contemporâneo (séculos XVIII a XX). A hipótese inicial era de que essa oração se teria desenvolvido, em português, a partir da oração adverbial condicional, o que poderia explicar o fato de, no português contemporâneo, a oração completiva introduzida por *se* ser idêntica à oração condicional, no que diz respeito à forma da conjunção que a introduz. A completiva introduzida por *se* do português seria, desse modo, produto de gramaticalização da oração condicional, conforme a proposta de Hopper & Traugott (1993) de que, no que diz respeito a orações, esse processo envolve aumento do grau de dependência que uma oração possui em relação àquela com que se combina.

A investigação acerca da etimologia da oração completiva introduzida por *se* do português revelou, entretanto, que a passagem da oração condicional à completiva ocorreu no latim, com a eleição da conjunção *si* para ocupar o lugar das extintas partículas interrogativas *-ne*, *nonne*, *num* e *an*. Com essa mudança, a conjunção, que antes introduzia apenas uma oração condicional, passou a ter dupla função: a de introduzir uma oração condicional e a de marcar uma oração completiva, antes marcada por uma das partículas interrogativas do latim. O fato de a oração completiva e a oração condicional serem marcadas pela mesma forma de conjunção, em português, constitui, portanto, segundo o que evidenciou esta pesquisa, nada mais do que a sobrevivência de um comportamento que já se observava no latim.

Na condição de um complemento oracional, a oração introduzida por *se* comporta-se, em português, segundo os padrões de uma completiva introduzida por *que*. Comparada com essa última, a oração com *se* pode ser considerada uma forma marcada de complementação oracional, uma vez que, conforme revelaram os resultados da pesquisa, a ocorrência dessa oração, em um mesmo universo textual, é muito menos freqüente do que a de uma introduzida por *que*. Esse comportamento mais marcado de uma completiva iniciada por *se*, entretanto, não justifica tratá-la como forma secundária de complementação, uma vez que a menor freqüência com que ela ocorre pode dever-se ao tipo de função discursiva a que serve essa oração. Ao uso de uma construção completiva com oração iniciada pela conjunção *se* está ligada, principalmente, a expressão de interrogações e de incertezas do falante, ao passo que,

ao emprego de uma construção com oração introduzida por *que* se associam, mais diretamente, afirmações do falante. Assim, se é verdade que, como parece evidente, a comunicação ocorre mais por meio de declarações do que por intermédio de interrogações e manifestação de dúvidas, torna-se natural que se empregue menos uma construção com completiva na forma de uma oração introduzida por *se* do que uma com oração iniciada por *que*.

O desenvolvimento de uma completiva introduzida por *se* também se dá nos moldes do que ocorreria no caso de um complemento oracional iniciado por *que*. A oração completiva pode integrar-se à oração matriz, passando a compor com ela um só bloco informativo, em uma construção não mais formada por oração principal e oração subordinada, mas constituída de uma só oração simples, o que, de acordo com propostas como as de Lehmann (1988) e de Hopper & Traugott (1993), representa a ocorrência de uma gramaticalização no modo de combinação entre as orações.

Como foi demonstrado por esta pesquisa, no entanto, para uma construção com complemento na forma de oração iniciada por *se*, essa gramaticalização não ocorre do mesmo modo que ocorreria no caso de uma construção com completiva introduzida pela conjunção *que*. Isso porque, dada a natureza de uma oração com *se*, em especial a sua característica de nunca representar uma realidade, é diferente o modo como essa oração se integra a uma matriz. Em vez de a oração completiva perder traços de sua finitude, reduzindo-se a um constituinte não-oracional dentro da matriz, como ocorreria se se tratasse de uma oração iniciada por *que*, no caso da integração máxima de uma completiva introduzida por *se* apenas a conjunção integrante é incorporada pela matriz. Com isso, a porção que equivaleria à matriz da completiva com *se*, em uma construção bi-oracional, passa a ter o estatuto de um marcador gramatical, operante sobre uma oração simples, em uma construção que, portanto, é mono-oracional.

Nesta pesquisa, foram identificados três marcadores formados a partir dessa gramaticalização entre oração matriz e completiva introduzida por *se*, e, em todos eles, reconhece-se uma nuance de hipoteticidade/irrealidade, indicada pela conjunção *se*, que ajuda a formá-los. Um deles é o marcador *para ver se*, que indica a intenção com que um sujeito realiza uma determinada ação; o outro é *quem sabe se*, indicativo de modalidade dubitativa e que funciona com valor próximo ao do advérbio *talvez*; e o terceiro, é *veja/vê se*, marcador pragmático que atenua a força impositiva de um ato de fala injuntivo. Construções em que, como resultado da gramaticalização entre as orações, a conjunção *se* é reanalisada como parte da oração matriz, formando-se marcadores desses três tipos, são documentadas desde os

períodos mais remotos do português, de modo que, como se demonstrou nesta pesquisa, em relação à completiva introduzida por *se* do português não se atesta a ocorrência de gramaticalização no sentido de uma mudança diacrônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRADOS, F.R. *Diccionario griego-español*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1980.

BAILLY, A. *Dictionnaire grec-français*. Paris: Librairie Hachette, 1950.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral* (I). Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1995.

BOLINGER, D. Yes-no questions are not alternative questions. In: HIŽ, H. (ed.) *Questions*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1978, p. 87-105.

BOLKESTEIN, A. Limits to Layering: Locatability and Other Problems. In: FORTESCUE, M.; HARDER P.; KRISTOFFERSEN, L. (eds.). *Layered structure and reference in a functional perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1992.

_____. Sentential Complements in Functional Grammar: Embedded Predications, Propositions, Utterances in Latin. In: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M. & VET, C. (eds). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

BOPP, F. *Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Litauischen, Altslawischen, Gothischen und Deutschen*. Berlin: [s.n.], 1833.

_____. *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*. Frankfurt: Andreäische Buchhandlung, 1816.

BOURCIEZ, E. *Éléments de linguistique romane*. Paris: Klincksieck, 1967.

BRAGA, M.L. Os complementos oracionais no português do Brasil e no português de contato. *Anais da Associação Brasileira de Lingüística*, Florianópolis, 1999a. (CD-ROM da ABRALIN).

_____. *As orações encaixadas no dialeto carioca*. Relatório Científico apresentado ao CNPQ, 1999b. Mimeo.

BRESNAN, J. *Theory of complementation in English syntax*. New York: Garland, 1979.

_____. On complementisers: Toward a syntactic theory of complement types. *Foundations of Language*, n. 6, 1970, p. 297-321.

CÂMARA JR. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

_____. *Princípios de Lingüística Geral*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

CARVALHO, C. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*, 2004. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

CASSEB-GALVÃO, V. C. *O 'achar' no português do Brasil: um caso de gramaticalização*, 1999. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

CEZARIO, M. M. Graus de integração de cláusulas com verbos volitivos. In: VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M.; MARTELLOTA, M. E. (eds.) *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2004, p. 50-81.

_____. *Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos*, 2001. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.

CHAFE, W. L. Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, and Point of View. In: LI, C. (ed.). *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976, p. 25-55.

CHOMSKY, N. Bare phrase structure. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, 5. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 1994.

_____. A minimalist program for linguistic theory. In: HALE, K. & KEYSER, J. (eds.). *The View from Building*, 20. Cambridge, MA: MIT Press, 1993, p. 1-52.

_____. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.

CLIMENT, M. B. *Sintaxis Latina*. Madrid: [s.n], 1971.

COELHO, A. *Manual Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: P. Plantier Editor, 1973.

CONDILLAC, E. B. *Essai sur l'origine des connaissances humaines*. Paris, [s.n], 1746.

COWAN, M. *Tzotzil grammar*. Norman: Summer Institute of Linguistic of the University of Oklahoma, 1969.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Part II – Complex and derived constructions. New York: Mouton, 1997.

_____. & HENGEVELD, K. The hierarchical structure of the clause and the typology of perception verb complements. *Linguistics* 29.2, 1991, p. 231-259.

DIK, S. C. et al. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKESTEIN, A. M.; VET, C. (eds.). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Part I – The structure of the clause. Dordrecht/Providence: Foris Publication, 1989.

DIVER, W. The Modal System of the English Verb. *Word*, n. 20, 1964, p. 322-352.

ERNOUT, A. S. & THOMAS, F. *Syntaxe Latine*. Paris: Klincksieck, 1972.

ERNOUT, A. S. & MEILLET, A. *Dictionnaire etymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck, 1951.

FABER, P. B. & USÓN, R. M. *Constructing a lexicon of English verbs*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999.

FARACO, C. A. *Lingüística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FOLEY, W. & VAN VALIN, R. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

FORCELLINI, A. *Lexicon totius latinitatis*. Pádua: [s.n.], 1940.

FRAJZYNGIER, Z. *Grammaticalization of the complex sentence: a case study in Chadic*. Amsterdam: John Benjamins, 1996.

FREIRE, A. *Gramática latina*. 6ª. ed. Braga: Apostolado da Imprensa, 1998.

GABELENTZ, G. von der. *Die Sprachwissenschaft. Ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. Leipzig: Weigel Nachf, 1891.

GAMA, N. V. *A polissemia e a polifuncionalidade do fr. "si": tentativa de explicação interromânica*. Tese (Livre docência). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1974.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: J. Benjamins, 1995.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction (vol. II)*. Amsterdam: J. Benjamins, 1990.

_____. *Mind, code and context: Essays in pragmatics*. London: Erlbaum, 1989.

_____. Iconicity, isomorphism, and non-arbitrary coding in syntax. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: Benjamins, 1985, p. 187-222.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction (vol. I)*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

_____. The binding hierarchy and the typology of complements. *Studies in Language*, n. 4 (1), 1980.

GONÇALVES, S.C. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil, 2003*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

GONDA, J. *The character of the Indo-European moods; with special regard to Greek and Sanskrit*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1956.

GRANDGENT, C. H. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Revista de Filología Española, 1962.

GREENBERG, J. H. Some universals of language with special reference to the order of meaningful elements. In: _____ (Ed.) *Universals of Language*. Cambridge: MIT Press, 1963.

GRIMSHAW, J. Complement selection and the lexicon. *Linguistic Inquiry*, v. 2, n.10, 1979, p. 279-326.

HAIMAN, J. Conditional are topics. *Language*, v. 54, 1978, p. 564-589.

_____. Concessives, conditionals, and verbs of volition. *Foundations of Language*, 11, 1974. p. 341-359.

HARRIS, A. C. & CAMPBELL, L. *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HEINE, B. & REH, M. *Grammaticalization and reanalysis in African languages*. Hamburg: H. Buske, 1984.

HENGEVELD, K. & MACKENZIE, J. L. Functional Discourse Grammar. In: BROWN, K. (ed.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Oxford: Elsevier, 2006.

HENGEVELD, K. et al. *The expressibility of modality in propositional and predicational complement clauses in Brazilian Portuguese*. Trabalho apresentado na 12th International Conference on Functional Grammar, 2006 (mimeo).

HENGEVELD, K. Dynamic expression in Functional Discourse Grammar. In: Casper de GROOT, C. de & HENGEVELD, K. (eds). *Morphosyntactic expression in Functional Grammar* (Functional Grammar Series 27). Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.

_____. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L. & GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (eds). *A new architecture for Functional Grammar* (Functional Grammar Series 24). Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

_____. The hierarchical structure of utterances. In: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M. & VET, C. (eds). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990a.

_____. Semantic relations in non-verbal predication. In: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M. & VET, C. (eds). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990b.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar. *Journal of Semantics*, v. 6, 1988, p. 227-269.

HOFMANN, J. B. *El latín familiar*. Madrid: [s.n], 1958.

HOPPER, P. J. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. & HEINE, B. (Ed.). *Approches to grammaticalization*. Vol I (Focus on Theoretical and methodological issues). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991, p.17-35.

HORNE TOOKE, J. *Επεα πτερόεντα* (The diversion of Purley). Vol II. London, [s.n], 1805.

_____. *Επεα πτερόεντα* (The diversion of Purley). Vol I. London, [s.n], 1786.

HUMBOLDT, W. von. *Über das Entstehen der grammatischen Formen und ihren Einfluß auf die Ideenentwicklung*. Berlin: Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften zu Berlin, 1822.

ILARI, R. *Lingüística Românica*. 3^a. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

JESPERSEN, O. *A Modern English grammar on historical principles*. V: Syntax. London: George Allen & Unwin, 1940.

KARTTUNEN, L. Implicatives verbs. *Language*. v. 47, n. 2, 1970, p. 340-58.

KIPARSKY, P. & KIPARSKY, C. Fact. In: STEINBERG, D. D. & JAKOBOWITS, L. A. In: *An Interdisciplinary Reader in Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 345-369.

KURYŁOWICZ, J. The evolution of grammatical categories. *Diogenes*, 51, 1965. p. 55-71.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. 2. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LEÃO, A. T. V. O período hipotético iniciado por *se*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1961.

LEHMANN, C. Thoughts on grammaticalization. 2nd. revised edition. Erfurt: University of Erfurt, 2002. Disponível em: <http://www.uni-erfurt.de/sprachwissenschaft/ASSidUe/ASSidUe09.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2006.

_____. Latin subordination in typological perspective. In: CALBOLI, G. (ed.). *Subordination and other Topics in Latin: Proceedings of the Third Colloquium on Latin Linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 1989, p. 153-79.

_____. Towards a Typology of Clause Linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988, p. 275-330.

LEVIN, B. Approaches to lexical semantic representation. In: WALKER, D.; ZAMPOLLI, A.; CALZOLARI (eds.). *Automating the lexicon I: Research and practice in a multilingual environment*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____. & RAPPAPORT, M. The formation of adjectival passives. *Linguistic Inquiry*, n. 17, v. 4, 1986, p.623-661.

LEWIS, G. L. *Turkish Grammar*. Oxford: Clarendon Press, 1967.

LIGHTFOOT, D. W. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: University Press, 1979.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACHADO, J. P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editorial Confluência, 1967.

MATTHIESSEN, C. & THOMPSON, S. A. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. A. (eds.). *Clause combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: Benjamins, 1988, p. 275-333.

MAURER JR., T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

MEILLET, A. Le renouvellement des conjonctions. In: _____. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Champion, 1948a, p.159-174.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Champion, 1948b, p.130-148.

NAKAJIMA, H. Complementizer selection. *The Linguistic Review*, 13, 1996, p. 143-164.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Construções encaixadas: considerações básicas. In: _____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.151-162.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

_____. As construções condicionais. In: _____. (Org.) *Gramática do Português Falado*, v. 7. Campinas: FAPESP, 1999, p. 497-544.

_____. & BRAGA, M. L. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de Tempo e de Condição. *DELTA*, vol.14, 1998, p.191-208.

NEVES, M. H. M. *A coordenação interfrasal em português*. Tese (Livre docência). Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Araraquara, 1984.

NOONAN, M. Complementation. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 42-139.

PARERA, J. B. *Particularidades sintácticas del Latin Medieval*. Vol. XII. Barcelona: Escuela de Filología, 1953.

PINTO, I. I. & FIORETI, M. T. *Tutorial para o pacote varbrul*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992, mimeo.

PINTO, I. I. (org.). *Programas Varbrul*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

RAVIZZA, J. *Gramática Latina*. 14^a. ed. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco, 1958.

ROSENBAUM, P. S. *The grammar of English predicate complement constructions*. Cambridge: MIT Press, 1967.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Lisboa: Melhoramentos, 1966.

SANKOFF, D. Variable rules. In: AMMON, U.; DTTMAR, N.; MATTEIR, K. J. (eds.). *Sociolinguistics: an international handbook of the science on language and society*. New York: Walter de Gruyter, 1988, p. 984-998.

SCHACHTER, P. & OTANES, F. *Tagalog reference grammar*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1972.

SCHLEGEL, A. W. von. *Observations sur la langue et la littérature provençales*. Paris: Librairie grecque-latine-allemande, 1818.

SILVA NETO, S. *Fontes do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1956.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1990.

THOMPSON, S.A. & MULAC, A. A. A quantitative perspective on the grammaticalization of epistemic parenthetical in English. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 314-329.

TRAUGOTT, E. C. Conditional markers. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 289-307.

VÄÄNÄNEN, V. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Gredos, 1967.

VAN VALIN, R. Synopsis of Role and Reference Grammar. In: _____. (ed.). *Advances in Role and Reference Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1993.

_____. & WILKINS, D. Predicting syntax from semantics. In: VAN VALIN, R. (ed). *Advances in Role and Reference Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1993.

VASMER, M. *Russisches etymologisches Wörterbuch*, Vol. I, Heidelberg: Carl Winter, 1953.

WAKKER, G. Conditional in the Layered Structure of Functional Grammar. In: FORTESCUE, M.; HARDER P.; KRISTOFFERSEN, L. (Ed.). *Layered structure and reference in a functional perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1992.

**ANEXO – RELAÇÃO DOS TEXTOS INVESTIGADOS E DAS
ABREVIATURAS EMPREGADAS**

NOME COMPLETO	ABREVIATURA
---------------	-------------

CORPORA UTILIZADOS

Corpus <i>Diacrônico do Português</i> (Tarallo, 1991 (org.)).	CDP
<i>Banco Informatizado de Textos</i> (BIT), do <i>Projeto para a História do Português</i> (PROHPOR), subgrupo da Universidade Federal da Bahia.	CBP
<i>Banco de dados do Centro de Estudos Lexicográficos da Universidade Estadual Paulista</i> , câmpus de Araraquara.	CCELU
Volume do <i>corpus</i> de Tarallo (1991).	V (ex: Volume 1 = V1)

TEXTOS REPRESENTATIVOS DO PERÍODO ARCAICO

SÉCULO XIII	13
<p>Testamento de D. Afonso II.</p> <p>Edição constante do <i>Corpus</i> de Tarallo (1991): In: OLIVEIRA, C. & MACHADO, S. (eds.). <i>Textos Medievais Portugueses</i>. Coimbra: Coimbra, 1967. p. 397-404.</p> <p>Edição utilizada no BIT-PROHPOR: In: COSTA, A. de J. Os mais antigos documentos escritos em português: revisão de um problema histórico lingüístico. <i>Separata da Revista Portuguesa de História</i>, XVII, p.263-340. Coimbra, 1975.</p>	TA
<p>Notícia de Torto.</p> <p>Edição constante do <i>Corpus</i> de Tarallo (1991): In: OLIVEIRA, C. & MACHADO, S. (eds.). <i>Textos Medievais Portugueses</i>. Coimbra: Coimbra, 1967. p. 404-412.</p> <p>Edição utilizada no BIT-PROHPOR: In: CINTRA, L. F. L. Sobre o mais antigo texto não literário português: A Notícia de Torto (Leitura crítica, data, local da redação e comentário lingüístico) <i>Boletim de Filologia</i>, XXXI (1986-1987), p. 21-77. Lisboa, 1990.</p>	NT
<p>Afonso X – Foro Real.</p> <p>Edição constante do <i>Corpus</i> de Tarallo (1991): FERREIRA, J. A. (ed.). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. p. 125-143.</p> <p>Edição utilizada no BIT-PROHPOR: a mesma.</p>	FR

Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses. LAPA, M. R. (ed.). Vigo: Galaxia, 1965.	CE
Afonso X, o Sábio – Cantigas de Santa Maria. METLMANN, W. (ed.). Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, vol. I, 1959. p. 21-38.	SM
A Demanda do Santo Graal. PIEL, J. M. (ed.). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988. p. 69-78.	DG
SÉCULO XIV	14
Alphonse X – Primeyra Partida. FERREIRA, J. A. (ed.). Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980. pp. 120-123, 144, 409-414.	PP
Orto do Esposo. MALER, B.(ed.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, vol. I, 1956. p. 1-13.	OE
Livro das Aves. ROSSI, N. et. al.(ed.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965. p. 19-29.	LA
Crónica Geral de Espanha de 1344. CINTRA, L.F.L. (ed.) Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol.II, 1954. pp. 83-94, 153-157.	CG
Flos Sanctorum. In: MACHADO FILHO, A. V. L. <i>Um flos sanctorum trecentista em português.</i> Brasília: Universidade de Brasília, 2007.	FS
SÉCULO XV	15
A Carta de Pero Vaz de Caminha. CORTESÃO, J. (ed.). Lisboa: Portugália, 1967.	CC
Crônica da Ordem dos Frades Menores. Frei Genebro. In: OLIVEIRA, C. & MACHADO, S. (eds.). <i>Textos Medievais Portugueses.</i> Coimbra: Coimbra, 1967. p. 434-437.	FG
Boosco Deleitoso. MAGNE , A. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, vol. I, 1950. p. 3-13.	BD
Bíblia Medieval Portuguesa. Historias d'abreviado Testamento Velho, segundo o Meestre das Historias Scolasticas. SILVA NETO, S. (ed.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958. pp. 21-25, 129-146.	BM
Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram, o qual tornou em linguagem o Ifante D. Pedro, Duque de Coimbra. PIEL, J.M. (ed.). Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1948. p. 1-30.	LO
Crónica de D. Pedro. LOPES, F. (Edizione critica, con introduzione e glossário a cura di Giuliano Macchi. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1966. pp. 119-121, 207-229.	CP

TEXTOS REPRESENTATIVOS DO PERÍODO MODERNO

SÉCULO XVI	16
Os Sete Únicos Documentos de 1500 , conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940. p. 23-46.	SD
Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil . LEITE, S. (ed.). São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.	CJ
Um manuscrito náutico seiscentista reencontrado . In: TEIXEIRA DA MOTA, A. (ed.). <i>Memórias da Academia das Ciências de Lisboa</i> , Classe de Ciências, Tomo XVIII. Lisboa: Academia Científica Lusitana, 1976. p. 291-371.	MN
Peregrinação de Fernão Mendes Pinto . (Transcrição de Adolfo Casais Monteiro). Lisboa: Casa da Moeda, 1983. p. 13-27.	PF
Desengano de Perdidos [1573] de D. Gaspar de Leão . ASENSIO, E. (ed.). Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1958. p. 25-41.	DP
Livro de José de Arimateia . CASTRO, I. (ed.). Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1984.	JA
Notícias do Brasil . SOUSA, G. S. (ed.). (Transcrição de Maria da Graça Pericão). Lisboa: Publicações Alfa, 1989.	NB
SÉCULO XVII	17
Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal , do Pe. Bartolomeu Guerreiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1966. pp. 17-29, 66-79.	JV
Annaes de ElRei com João Terceiro , por Fr. Luiz de Souza. HERCULANO, A. (ed.). Lisboa: Arcadia Lusitana, 1844. p. 354-357.	JT
Livro Primeiro do Governo do Brasil [1607-1633] . (Prefácio do Emb.J. C. de Macedo Soares). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, s/d.	GV
SÉCULO XVIII	18
Documentos Históricos. Provisões (1717-1718) e Portarias (1711-1715) . Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1941.	DH
Documentos Históricos. Cartas dos Governadores Gerais (séc. XVIII) . Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1939.	CG

TEXTOS REPRESENTATIVOS DO PERÍODO CONTEMPORÂNEO

SÉCULO XIX	19
Uma Visita de Alcibíades. Carta de um desembargador ao chefe de polícia da Corte, datada de 20 de setembro de 1875.	UV
Cartas a Amigos , de Joaquim Nabuco, no ano de 1864. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A, 1949	CA
A filha de Maria Angu. (Adaptação brasileira da Opereta <i>A fille de Mme. Angot de Siraudin, Clairville e Koning</i>). In: AZEVEDO, A. <i>Teatro de Artur Azevedo</i> . São Paulo: Instituto Nacional de Artes Cênicas (Coleção Clássicos do teatro Brasileiro), 1876.	FM
Hoje sou um; e amanhã outro. (Comédia em três atos). SANTO, Q. 1866.	HU
Certa Identidade em Busca de Outra. (Comédia em dois atos). SANTO, Q., 1866.	CI
Textos de Manuel Áries de Casal. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1817.	MA
SÉCULO XX	20
Cartas Escolhidas , de Monteiro Lobato. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.	CE
Estudos de Filosofia. [s.n.], 1977.	EF
Amor e Pátria. MACEDO, J. M. Rio de Janeiro: FUNARTE (Clássicos do Teatro Brasileiro), 1979.	AP
A Casa Fechada. In: Fonte, R. G. <i>Teatro da Juventude</i> . São Paulo: Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Cultura/Imprensa Oficial, 1999. p. 15-25.	CF